

**SERGIO MICELI PESSÔA DE BARROS**

**A ELITE ECLESIASTICA BRASILEIRA (1890-1930)**

TESE APRESENTADA AO CONCURSO DE  
LIVRE DOCÊNCIA EM SOCIOLOGIA DO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HU-  
MANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DE CAMPINAS.

**1985**

## ÍNDICE

I. FONTES PARA O ESTUDO DA ELITE ECLESIÁSTICA BRASILEIRA .....	01
II. A TRANSIÇÃO DO REGIME DE PADROADO PARA UM NOVO STATUS POLÍTICO NO REGIME REPUBLICANO .....	32
III. A EXPANSÃO ORGANIZACIONAL DA IGREJA E A ESTADUALIZA ÇÃO DO PODER ECLESIÁSTICO .....	57
IV. AS MATRIZES SOCIAIS DO EPISCOPADO .....	82
<u>Os Prelados da Aristocracia Imperial</u> .....	90
<u>Os Bispos do Patriciado Decadente</u> .....	94
<u>Os Filhos da Igreja</u> .....	102
V. A PRODUÇÃO ORGANIZACIONAL DOS PRELADOS .....	117
VI. A GESTÃO DIOCESANA NA REPÚBLICA VELHA .....	138
CONCLUSÕES .....	174
BIBLIOGRAFIA .....	187

## AGRADECIMENTOS

Aproveito a oportunidade para expressar publicamente meu reconhecimento à Fundação Guggenheim de Nova York que contribuiu com uma generosa dotação financeira (e um apoio institucional quase incondicional) à realização da pesquisa em que se fundamenta este trabalho. A essa altura, o investimento em tempo, dinheiro e energia, para entrar à vera na reconstrução sociológica da história da Igreja teria sido inviável se não tivesse contado com condições de trabalho tão favoráveis e estimulantes.

## I. FONTES PARA O ESTUDO DA ELITE ECLESIAÍSTICA BRASILEIRA

A maior parte das fontes disponíveis para a reconstrução da história social da Igreja católica brasileira encontra sua razão de ser em demandas derivadas do funcionamento e das lutas sucedidas no interior da própria organização eclesiástica. Além da documentação produzida em resposta a exigências canônicas constantes do processo de recrutamento do pessoal eclesiástico, como por exemplo os processos de habilitação "de genere et moribus", as demais fontes consultadas constituem, em geral, instrumentos de combate ao alcance daqueles setores clericais e para-clericais especializados no trabalho intelectual de produção, conservação e difusão, de uma história quase oficial da organização e que se valem dos dividendos assim auferidos para viabilizar ou reforçar suas pretensões de influência e prestígio no interior da Igreja.

Os chamados processos de habilitação "de genere et moribus" se encontram nos arquivos diocesanos onde ocorreu a ordenação dos interessados. Por esse instrumento as autoridades eclesiásticas competentes realizam um trabalho sumário de investigação das origens sociais (nos termos da tradição que remonta aos estatutos de "pureza de sangue" impostos pela Inquisição) e dos antecedentes morais dos futuros membros do clero.

O processo se inicia a partir de uma petição redigida pelo interessado ou "habilitando", suscitando o Vigário-

Geral\* do bispado a proceder às diligências de praxe. Este delega ao vigário da paróquia de origem do habilitando o trabalho propriamente dito de investigação que consiste na coleta de informações junto a "pessoas fidedignas e desinteressadas, que não sejam parentes do mencionado habilitando, sobre a naturalidade e geração do mesmo, de seus pais e avós paternos e maternos", nomeando em seguida "testemunhas de qualidade" a serem interrogadas, devendo as mesmas prestarem juramento e assinarem o depoimento concedido à autoridade eclesiástica.

O aludido interrogatório indaga sobre as disposições de isenção das testemunhas antes de formular uma série de quesitos envolvendo o habilitando, seus pais, avós paternos e maternos: circunstâncias em que a testemunha conheceu o habilitando, sua naturalidade, local de residência, profissão, legitimidade de sua condição familiar e da de seus genitores e progenitores, todos eles devendo reconhecer o habilitando como tal, "sem que haja fama ou rumor contrário" (1). Outras perguntas incidem sobre as disposições do habilitando em matéria de fé católica ("se o habilitando foi herege ou apóstata da nossa santa fé católica") e quanto a seus antecedentes criminais ("se incorreu em alguma infâmia pública de direito ou de fato, ou foi condenado a alguma pena aviltante"), quesitos extensivos ao

---

(\*) Autoridade cuja posição na hierarquia eclesiástica inclui também o desempenho das funções de juiz de "genere et moribus".

(1) As frases entre aspas são trechos recorrentes nesses processos de habilitação.

comportamento de pais e avós.

A despeito de os quesitos constantes do proceso estarem vazados num léxico e numa sintaxe estritamente burocráticos, os processos compulsados oferecem dados relevantes a respeito da origem, posição social, ocupação e atividades dos pais e avós, do tempo de residência da família na cidade, da mobilidade geográfica e social da família, e dos afazeres dos candidatos até o momento de ingresso no seminário. Alguns poucos processos foram momentaneamente sustados nessa fase de inquirição por dificuldades ou atraso na obtenção das certidões de nascimento do ordenado e/ou de casamento de seus pais e avós, documentos a serem obrigatoriamente anexados aos processos. Em seguida, o processo é devolvido à administração diocesana para nele ser lavrada a sentença final da autoridade eclesiástica competente.

A segunda fase do processo procede à habilitação "de vita et moribus". O Vigário-Geral do bispado e Juiz "de genere et moribus" remete ao vigário do local de residência do habilitando um edital para ser lido durante a Missa, devendo informar-se "em sua paróquia ou fora dela, verbalmente ou por escrito, de pessoas honestas católicas e conscienciosas se sa-  
bem:

- 1º) se o referido habilitando é filho legítimo;
- 2º) se cometeu algum crime ou ação em sua vida que o torne inábil e indigno do Estado Eclesiástico;
- 3º) se deve a alguém restituição de honra ou promessa de casamento;

4º) se é constrangido a tomar ordens;

5º) se incorreu em alguma irregularidade".

Daí em diante, o processo percorre trâmites idênticos aos da primeira fase.

A última fase, o chamado "processo de patrimônio", define a espécie e o montante de capital que o habilitando e/ou sua família está em condições de ofertar à Igreja. Aqueles que se vêem materialmente impossibilitados de arcar com tal contribuição patrimonial, são instados a solicitar sua admissão às ordens sacras com o título de "servidores da Igreja" ("servitii Ecclesiae"). A espécie e o montante da contribuição estipulada (terras, sítios, casas de aluguel, terrenos urbanos, ações, títulos públicos, gado, dinheiro vivo, etc.) permite uma avaliação, conquanto grosseira, da situação material do habilitando e de sua família.

Em cidades pequenas e lugarejos remotos, onde praticamente todas as famílias se conheciam, devia ser quase impossível selecionar testemunhas sem quaisquer laços de sangue com o habilitando. Se tal dificuldade, por um lado, contribuiu para acobertar informações potencialmente prejudiciais ao andamento do processo, por outro garantiu a fidedignidade das evidências relativas às origens sociais do habilitando. Tal exigência era muitas vezes relevada, embora as ligações de parentesco fossem quase sempre longínquas (terceiro e quarto graus) ou indiretas (contra-parentes, parentes tortos, etc.). De qualquer modo, inúmeras testemunhas admitiam às claras suas

ligações de parentesco com o habilitando, mencionando ainda as circunstâncias de tal relacionamento e a força dos interesses envolvidos. Apesar da escassez de evidências a respeito da origem social e da ocupação das famílias dos futuros presbíteros, situação provocada em ampla medida pela censura orquestrada do clero em relação a condicionantes extra-organizacionais, os processos de habilitação se revelam em alguns casos os únicos repositórios confiáveis de materiais biográficos. Na medida que a infância e os anos passados com a família constituem o período de vida dos futuros padres que sofre um tratamento radicalmente eufemizador pelas demais fontes biográficas disponíveis, os dados constantes desses processos acabam por oferecer pistas fecundas para a análise sociológica.

A massa considerável de documentação acessível a respeito do clero, mormente sobre os integrantes da alta hierarquia, foi produzida pelos próprios membros da organização eclesiástica ou por intelectuais católicos especializados no trabalho de propaganda e celebração. Uma parcela das biografias é de autoria de padres com pretensões (e chances objetivas) de acesso ao episcopado, ou como se diz no interior da Igreja, de "candidatos à Mitra", empenhados em relatar a trajetória de seus antecessores hierárquicos como passo de uma estratégia antecipada de canonização.

Os dividendos desse tipo de operação publicitária revertiam em favor dos autores que viam assim se ampliar suas possibilidades de ascensão ao episcopado ou, no caso daque

les prelados recém consagrados, de remoção para dioceses mais prestigiosas. Alguns bispos preferiram redigir biografias circunstanciadas de seus patronos quando o **status** reconhecido de líderes de que desfrutavam os biografados era capaz de justificar um trabalho hagiográfico de tal porte.

Exemplos marcantes de biografias dos líderes do episcopado são as obras escritas pelo então padre e vigário-capitular\* Silvério Gomes Pimenta, seis anos mais tarde nomeado bispo-auxiliar de Mariana, e por D. Joaquim Silvério de Souza. O primeiro rendeu homenagem a D. Antonio Ferreira Viçoso que subsidiou sua manutenção e seus estudos, enquanto o segundo fez o mesmo em relação ao já então D. Silvério Gomes Pimenta de quem fora aluno no Seminário de Mariana e que o havia consagrado como bispo, intercalando na mesma obra vinte páginas dedicadas à administração de D. Benevides a quem devia sua indicação como capelão-diretor do Recolhimento de Macaúbas.

A vida do Exmo. e Rev. Sr. D. Antonio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana e conde da Conceição (Mariana, 1876, 426 pp.) mereceu outras duas edições durante a vida do autor, a segunda em 1892, dois anos após ter sido designado bispo-auxiliar de Mariana e a terceira em 1920, ano de sua posse como primeiro eclesiástico a ingressar na Academia Brasileira de Letras. Mais recentemente, o então bispo-coadjutor D. Belchior J. da Silva Neto, lazarista como D. Viçoso, redigiu uma biografia do mesmo em "estilo popular", por instância de D. Oscar de Oli-

---

(\*) Padre eleito pelo cabido de uma diocese para responder pela mesma durante a vacância ocasionada pela morte ou transferência do bispo titular.

veira, arcebispo de Mariana, intitulada Dom Viçoso - Apóstolo de Minas (Belo Horizonte, 1965). Já em 1916, D. Silvério Pimenta instituiu um tribunal eclesiástico para dar início ao processo ordinário de beatificação de D. Viçoso, tendo ainda publicado em 1920 uma carta pastoral sobre o assunto. A obra de vulgarização escrita por D. Belchior se inscreve no projeto de relançar o plano de beatificação do fundador dessa 'dinastia' episcopal<sup>(2)</sup>.

Tais intentos também podiam tomar forma através da elaboração de histórias eclesiásticas regionais, como no caso da História Eclesiástica do Maranhão, de D. Francisco de Paula e Silva, mais tarde refundida e ampliada por outro prelado nordestino, D. Felipe Condurú Pacheco. Com base nos materiais constantes do arquivo diocesano, ambas as obras citadas estabe-

---

(2) Consultar Vida de D. Silvério Gomes Pimenta, 19 Arcebispo de Mariana, São Paulo, Lyceu Coração de Jesus, 1927, 407 pp., editada por iniciativa de D. Helvecio Gomes de Oliveira, outro sucessor em Mariana. Sobre as origens e o desenvolvimento das instituições religiosas de ensino nas Minas Gerais da segunda metade do século XVII, entre as quais se destacam os recolhimentos femininos, ver a obra de José Ferreira Carrato, Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais (Notas sobre a Cultura da Decadência Mineira Setecentista), São Paulo, Companhia Editora Nacional, coleção Brasileira, vol. 334, 1968, pp. 115/122. D. Joaquim Silvério de Souza dirigiu por quatorze anos o Recolhimento de Macaúbas em cuja capela foi sagrado bispo em 1901 por seu protetor D. Silvério Pimenta. A diocese de Mariana foi criada em 1745 e elevada à condição de arcebispado em 1906. A "dinastia" episcopal a que dão feição essas obras se inicia com D. Antonio Ferreira Viçoso (1884-1875), cujos sucessores foram D. Antônio de São Benevides (1876-1896), D. Silvério Gomes Pimenta (1896-1922) e D. Helvecio Gomes de Oliveira. D. Joaquim Silvério de Souza foi sucessor do primeiro bispo de Diamantina, D. João Antônio dos Santos (1864-1905), diocese criada em 1854 e elevada à categoria de arquidiocese em 1917 durante sua gestão (1905-1933).

lecem um relato cronológico dos principais eventos e empreendimentos de cada gestão episcopal, fazendo referências truncadas às dificuldades e pendências com que se defrontavam os prela-dos<sup>(3)</sup>.

A primeira história eclesiástica do Maranhão, publicada sob o título Apontamentos para a Histórica Eclesiástica do Maranhão, foi editada na Bahia, Typografia de S. Francisco, em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil (1922), por iniciativa de D. Helvécio Gomes de Oliveira, sucessor na diocese maranhense do autor do manuscrito, D. Francisco de Paula e Silva. Lazarista mineiro, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Francisco de Paula e Silva galgara todos os degraus de uma trajetória clerical especializada no desempenho de funções intelectuais da mais estrita confiança. De volta ao Brasil em 1895, após alguns anos de estudos em Roma, começou exercendo o magistério no Seminário Arquiepiscopal da Bahia (1896-1900), passando a diretor do noviciado lazarista em Petrópolis, e daí a reitor do Colégio do Caraça, instituição onde havia realizado seus estudos secundários e sobre a qual também escreveu uma história. Seus Apontamentos... são baseados em material coligido nos arquivos da cúria maranhense, tendo per-

---

(3) D. Francisco de Paula e Silva fez um relato bastante eufemizado dos conflitos políticos e eclesiásticos ocorridos durante a gestão de seu antecessor, D. Antônio Xisto Albanô (1901-1905), que acabou sendo levado a renunciar por interferência da nunciatura. D. Felipe Condurú Pacheco adotou postura idêntica ao narrar o episódio do afastamento de D. Otaviano Pereira de Albuquerque no primeiro período Vargas, motivado por desentendimentos em torno da indicação de um padre de "maus costumes", o Padre Astolfo de Barros Serra, como segundo interventor no Maranhão (de janeiro a agosto de 1931), jornalista e orador festejado mas suspenso das ordens eclesiásticas.

manecido inéditos até a morte do autor. Talvez uma das razões pelas quais não se animou a publicá-los foi o temor de melindrar pessoas e instituições que se haviam desentendido com a Igreja local no curto período dos quatro anos da turbulenta gestão do seu antecessor, D. Antonio Xisto Albano (1901-1905). Ao que se sabe, teria trabalhado uns cinco anos na elaboração da obra, pronta pela altura de 1912-1913. O autor deixou inúmeros escritos sob o pseudônimo de Fra Nigra, tendo produzido ainda um número apreciável de pastorais, e as obras Pontos de Literatura Brasileira e Vida de São Benedito.

A segunda História Eclesiástica do Maranhão, publicada pelo Departamento de Cultura maranhense em 1969, é de autoria de D. Felipe Condurú Pacheco, maranhense e filho de um emérito educador do estado, bispo de Ilhéus e do Piauí, também membro do IHGB, autor de um esboço biográfico do autor da primeira história, Dom Francisco de Paula e Silva. Redigiu essa segunda história eclesiástica sob a forma de perguntas e respostas, praticamente reproduzindo a anterior, a qual foram acrescentados capítulos referentes às gestões diocesanas até a década de 60. O mesmo D. Felipe, que cedo se afastou das lides episcopais por sérios problemas de saúde, também escreveu dois alentados volumes sobre seu conterrâneo, a Vida de D. Luis de Brito: 1º Arcebispo de Olinda, (Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1954) do qual recebera a primeira comunhão e que também o encorajara a abraçar a carreira eclesiástica. Essa obra se baseia em depoimentos de parentes e auxiliares de D. Luís, em seus discursos, notas e pastorais, e em dados levantados em diversos arquivos e bibliotecas. Outros prelados e altos dignitários também escreveram histórias ecle

eclesiásticas de seus estados de origem ou de atuação episcopal<sup>(4)</sup>.

Sem dúvida, tais obras se revelaram instrumentos bastante eficazes nas lutas internas em torno do acesso aos postos de comando organizacional, abertamente empenhadas em firmar uma tradição dinástica cujas chances de continuidade como que passaram a depender dos mandatos episcopais dos próprios biógrafos. Apesar do farto material empírico em que essas obras se apóiam, valendo-se da documentação compulsada nos arquivos diocesanos e da íntima familiaridade dos biógrafos com seus objetos de reverência, procuram sujeitar as evidências coligidas aos princípios de uma produção marcadamente apologética. E por isso mesmo permitem uma avaliação circunsanciada das condições sociais em que essas obras foram produzidas, oferecendo dados indispensáveis quer a respeito dos homenageados quer acerca das trajetórias de seus autores.

Aliás, os bispos que se dispuseram a reconstruir a biografia de seus ilustres patronos e antecessores são os únicos que redigiram páginas de memórias, quase sempre falando de

---

(4) Consultar D. Jaime de Barros Câmara, "A Igreja no Estado de Santa Catarina", in Revista Eclesiástica Brasileira, vol. III, fasc. II, Petrópolis, junho de 1943, e Apontamentos de História Eclesiástica, Petrópolis, Vozes, 1945; D. Alberto Gaudêncio Ramos, Cronologia Eclesiástica da Amazônia, Manaus, Tip. Fenix, 1952; Cônego José do Carmo Baratta (professor do Seminário de Olinda), História Eclesiástica de Pernambuco, Recife, Imprensa Industrial, 1922, e Escola de Heróis; o Colégio de N.S. das Graças, o Seminário de Olinda, Recife, Imprensa Industrial, 1926.

suas experiências de vida por procuração, ou melhor, valendo-se de reminiscências a respeito de seus pais, de sua família ou de estabelecimentos religiosos onde eles mesmos estudaram e ensinaram.

D. Silvério Pimenta escreveu A morte de minha mãe (Mariana, 1885) e D. Joaquim Silvério redigiu Sítios e Personagens (São Paulo, 1897, 374 pp.), coleção de artigos sobre a história de alguns estabelecimentos religiosos e seus vultos beneméritos, com destaque para o Recolhimento de Macaúbas que ele próprio dirigiu, pouco antes de ser indicado bispo-coadjutor de Diamantina<sup>(5)</sup>. D. Francisco de Aquino Corrêa valeu-se de expediente semelhante ao redigir o Elogio Fúnebre do Comendador Antonio Thomaz de Aquino Correa (Cuiabá, Salesianas, 1924), seu pai<sup>(6)</sup>.

Talvez a única fonte autobiográfica redigida pelos próprios prelados sejam os testamentos, por vezes transcritos em anexo nos volumes biográficos, nas histórias eclesiais regionais, ou então, editados em plaquetas à maneira das pastorais. Os testamentos constituem, via de regra, um balanço das iniciativas de uma gestão diocesana, da perspectiva do

---

(5) Sítios e Personagens foi reeditado em 1930 pela Imprensa Oficial Mineira em Belo Horizonte. As biografias desses patronos constituem, ao mesmo tempo, um relato disfarçado do período em que o autor passou no seminário.

(6) Do mesmo prelado, consultar ainda Terra Natal, (Versos), Cuiabá, 1917, 88 pp.; Discurso de Recepção no Instituto Histórico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1926; Oração de Posse na Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 30/11/1927.

mentor e principal interessado, permitindo uma avaliação tanto das relações de crédito ou débito que mantinham com suas famílias e protetores como da situação material e do estilo de mando dos prelados. Esses documentos também oferecem subsídios à reconstrução da divisão do trabalho religioso em nível diocesano, além de conterem outras informações de interesse a respeito dos momentos fortes da trajetória política dos bispos no interior da corporação eclesiástica<sup>(7)</sup>.

As demais fontes biográficas produzidas por membros do clero incluem:

- (I) as histórias de vida de figuras eminentes da corporação eclesiástica, "líderes", "missionários", "místicos", "educadores", "milagreiros" e "santos", com participação destacada nos principais acontecimentos religiosos e políticos da época;
- (II) os perfis de prelados e
- (III) as chamadas "poliantéias" editadas em homenagem a diversos membros do episcopado.

As histórias de vida contemplam um elenco diversificado de membros destacados do clero que firmaram sua reputação

---

(7) Consultar por exemplo, D. Francisco de Aquino Corrêa SS., Testamento do Vosso Arcebispo (Carta Pastoral), Rio de Janeiro, 1949, 46 pp., que redigiu já doente, dando um balanço de sua carreira política dentro e fora da Igreja, ou seja, na qualidade de Presidente do Mato Grosso (1918-1922) e como arcebispo titular de Cuiabá (1921-1956).

ção em função dos serviços especializados que prestaram à organização eclesiástica, seja através de um bem sucedido trabalho pastoral como nos casos do Padre Réus, de Monsenhor Horta, de Padre Eustáquio ou de Frei Casimiro<sup>(8)</sup>, seja por força de sua contribuição enquanto baluartes insignes da ortodoxia doutrinária como nos casos do Padre Julio Maria e do Padre Leonel Franca<sup>(9)</sup>, seja através da contribuição político-administrativa à testa de cargos de confiança nas cúrias como nos casos de Monsenhor Quinderé ou do salesiano Padre Armindo<sup>(10)</sup>, seja pela via das missões delicadas (proselitismo, arrecadação de fundos, etc.) de que muitos deles foram incumbidos no país e no exterior, seja enfim através do trabalho político de mediação e representação dos interesses da Igreja em meio a movimentos sociais de contestação à hierarquia eclesiástica estabelecida e, assim, à autoridade da própria organização, como nos casos de

- 
- ( 8 ) Francisco Horta, Monsenhor Horta (Esboço Biográfico), Belo Horizonte, Livraria Católica do Ginásio Arnaldo, 1939, 134 pp., e Frei Matias Teves O.F.M., Entre os Mocambos de Recife, Frei Casimiro Brochtrup O.F.M., o Missionário dos Pobres, Salvador, Editora Mensageiro da Fé, 1948.
- ( 9 ) Consultar Jônatas Serrano, Júlio Maria, Rio de Janeiro, Livraria Boa Imprensa, 1941; Júlio Maria, A Igreja e a República, Biblioteca do Pensamento Político Republicano, vol. 9, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981; Pe. Luiz Gonzaga da Silveira D'Elboux S.J., O Padre Leonel Franca, Rio de Janeiro, Agir, 1953.
- (10) Monsenhor José Quinderé escreveu um perfil biográfico de seu protetor sob cujas ordens desempenhou o cargo de secretário particular, Dom Joaquim José Vieira, Fortaleza, Editora "Instituto do Ceará", 1958, contribuiu com uma "História Eclesiástica do Ceará" para o volume O Ceará, editado em 1939 por Raimundo Girão e Martins Filho, e redigiu suas próprias Reminiscências, Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1957. Consultar também D. Francisco de Aquino Corrêa, Uma Flor do Clero Cuiabano (ã memória do Padre Armindo Maria de Oliveira, S.D.B.), Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

Frei Rogério Neuhaus, negociador "oficioso" no movimento do Con<sub>testado</sub>, ou Padre Quintino, "vira-casaca" em Juazeiro<sup>(11)</sup>. Seja qual for a modalidade da contribuição desses presbíteros, todos eles se notabilizaram por uma relevante folha de serviços prestados à organização, embora a influência doutrinária e política de alguns "milagreiros" tenha muitas vezes suscitado resistências e perseguições por parte dos altos escalões hierárquicos. As obras dedicadas a essas figuras do clero foram quase sempre elaboradas nos moldes das "vidas de santos", com ênfase nos predicados e virtudes excepcionais que remontariam ao "desabrochar" de suas vocações, sendo que as etapas posteriores de toda uma "vida modelar" viriam apenas afirmar os sinais de um "mandado divino".

Trata-se, pois, de um conjunto homogêneo de narrativas biográficas produzidas com intenções edificantes, frequentemente a versão oficiosa encomendada pela hierarquia a respeito de acontecimentos que deram margem a interpretações controversas e capazes de contrariar os interesses e as posições de facções do clero ou de comprometer a imagem pública da organização.

---

(11) A respeito da movimentação política e eclesiástica do Padre Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, futuro primeiro bispo do Crato (1916-1929), consultar Ralph della Cava, Milagre em Joazeiro, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

O livro do Padre Venâncio Hulsemans SS.CC. a respeito de outro religioso do Sagrado Coração, Padre Eustáquio Van Lieshout SS.CC., O Vigário de Poá (Notas Biográficas), relata a trajetória de um religioso holandês a quem foram atribuídos "curas" e "milagres". Integrante da primeira leva de padres dessa congregação enviados ao Brasil, teve inicialmente a responsabilidade de tocar o santuário de Nossa Senhora d'Abadia, em Água-Suja, lugarejo no Triângulo Mineiro. Desde então desenvolveu um trabalho pastoral empenhado em aliviar os males físicos da população, atuando como farmacêutico e médico prático. Em 1935, foi para a cidade de Poá, na região paulista de Mogi das Cruzes, onde adotou idêntica orientação pastoral, desdobrando-se em visitas aos doentes aos quais receitava tônicos, pomada, óleos, ervas, aplicando injeções e procedendo à benção das águas que o povo trazia em garrafas à sua presença diante da casa paroquial. Os êxitos logrados como "taumaturgo" expandiram seu raio de influência a uma ampla região que incluía Suzano, São Miguel, Arujá e Itaquaquecetuba. Conforme o depoimento de outros religiosos, buscou implantar em Poá um sistema de serviços religiosos e terapêuticos calcado no modelo de funcionamento do santuário de Lourdes de quem era devoto. Acusado de apelar a procedimentos pastorais heterodoxos e de empregar técnicas de cura semelhantes àquelas adotadas pelo espiritismo que ele mesmo considerava a principal ameaça à Igreja, as pressões políticas (do interventor Ademar de Barros) e eclesiásticas (do próprio Arcebispo de São Paulo, D. José Gaspar) se avolumam culminando na decisão de afastá-lo das atividades paroquiais. O arcebispo de São Paulo resolveu enquadrá-lo como "vago" sem sequer lhe permitir residência no território diocesano enquanto

a multidão de fiéis continuasse a procurá-lo. O cardeal Leme acolheu Padre Eustáquio no Rio de Janeiro desde que acedesse em permanecer retirado, abstendo-se de qualquer atividade milagrosa, devendo ainda mudar de nome, limitar seus contatos aos superiores hierárquicos e residir numa "cela de eremita". Logo em seguida, ele retornou ao Triângulo Mineiro sob as mais severas restrições, terminando por se fixar em Belo Horizonte onde o arcebispo se saiu bem no projeto de canalizar o prestígio de Padre Eustáquio para inúmeras iniciativas pastorais, mormente aquelas destinadas a dar combate às seitas espíritas. Seu falecimento na capital mineira em 1943 deu ensejo a uma operação fúnebre com amplos dividendos para a Igreja católica local (12).

A vida do jesuíta Padre Réus foi objeto de duas versões em português, baseadas no Diário e na Autobiografia (escritos autobiográficos) deixados por esse religioso em obediência às exigências de seu Superior Provincial, "no intuito de esclarecer as suas visões e graças espirituais", com ilustrações do próprio biografado "por ordem expressa do Senhor". A primeira edição da versão abreviada logo se esgotou, merecendo uma segunda edição em 1952, corrigida e aumentada. Essa edição foi impressa em dois tipos de papel, simples e especial, com muitas ilustrações, com 200 páginas. O autor do livro, o também jesuíta Padre Leo Köhler, mestre de noviços em Pareci e reitor do Colégio Cristo Rei em São Leopoldo, escreveu também um volume mais extenso e circunstanciado, publicado em formato grande, com

---

(12) Padre Venâncio Hulsemans SS.CC., Padre Eustáquio Van Lieshout SS.CC., O Vigário de Poá (Notas Biográficas), Rio de Janeiro, Centro Nacional de Entronização, 1944.

cerca de 300 páginas ilustradas. A primeira versão foi intitulada Vida do Padre Réus e a versão integral foi denominada Biografia Completa: P. João Batista Réus, (Sacerdote e Místico segundo o Divino Coração de Jesus), a primeira com o selo da editora A Nação e a segunda sob a chancela da Livraria Selbach, ambas de Porto Alegre, traduzidas por outro jesuíta gaúcho. Para aqueles devotos que não "estão em condições de poder adquirir sua Biografia Completa, de 400 páginas, nem mesmo a Vida do Padre Réus, a assim chamada edição popular, de 256 páginas", o jesuíta Padre Cândido Santini preparou o opúsculo O Servo de Deus, P. João Baptista Réus, S.J. (Porto Alegre, Editora Metrôpole, 2a. edição ampliada, 1962), tendo como apêndices os relatos de algumas graças atribuídas à intercessão do Padre Réus e um texto da campanha para construção da Igreja Sagrado Coração de Jesus junto ao túmulo do mesmo Padre Réus.

O tipo ideal dessa modalidade de literatura organizacional é a biografia do franciscano Rogério Neuhaus, de autoria de outro frade da mesma ordem, Frei Pedro Sinzig, um dos historiadores oficiais da ordem franciscana no país, posição encontrada também em outras congregações religiosas<sup>(13)</sup>. O

---

(13) Ver a coletânea organizada por Leonila Linhares Beuttenmüller, Frei Pedro Sinzig O.F.M., Petrópolis, Vozes, 1955. Autor de uma extensa obra musical onde se incluem cânticos sacros, missas, oratórios, hinos, operetas e óperas, prelúdios, fantasias, ladainhas, o biógrafo de Frei Rogério Neuhaus também escreveu um dicionário musical, mais de dez livros com romances e contos, outro tanto de livros didáticos, manuais sacros e guias edificantes, diversas biografias e vidas de santos, devocionários e outros livros religiosos, traduções, sem contar uma dezena de publicações periódicas que fundou e/ou dirigiu. Consultar obra citada acima, pp.200/205.

êxito alcançado pela primeira edição de 1934 justificou o preparo de uma versão abreviada sob o título Um Apóstolo dos Nosso Dias, a preço popular, o que não impediu a reimpressão de uma nova edição completa e aumentada em 1939, agora expurgada dos nomes das pessoas envolvidas nos acontecimentos da região contestada entre Paraná e Santa Catarina. Com base em materiais coligidos nas diversas residências e conventos franciscanos, onde trabalhou e residiu o biografado, em informações fornecidas por parentes e conhecidos e, sobretudo, valendo-se das reminiscências de próprio punho deixadas pelo biografado, o autor busca reconstruir a primeira infância do futuro Frei Rogério passada na Alemanha, numa época marcada pelas perseguições ao clero e aos católicos ("Kulturkampf"), mostrando a influência benfazeja de sua família piedosa para o despertar vocacional do "padrezinho", o ingresso precoce na ordem franciscana então arrebanhando quadros para os conventos-refúgio na Holanda, e a vinda para o Brasil como integrante da segunda leva de franciscanos alemães trazidos ao país pela mediação do Vaticano. Chegados em Santa Catarina em 1891, ficaram encarregados da paróquia de Lages, onde enfrentaram conflitos com a maçonaria. A obra descreve ainda as atividades de Frei Rogério como coadjutor, vigário e terapeuta prático das populações pobres do interior, as dificuldades de comunicação que enfrentava com os índios da região, o envolvimento nas lutas políticas em Lages entre federalistas e republicanos em 1893, e sua progressiva ascensão a postos de comando na ordem franciscana. O momento-chave da obra é o relato de sua participação no movimento messiânico do Contestado, liderado pelo "monge" João Maria. A obra passa então a tratar Frei Rogério como um religioso fervorosamente engajado na missão de catequizar os "bures" (os índios mais os sertanejos) e resistir aos

avanços da maçonaria, em meio aos conflitos locais envolvendo coronéis em luta pela posse de terras e pelo controle político da região, movidos pelo alvo de expulsão dos posseiros. A situação de crise aí abordada se acirra ainda mais com a presença de companhias estrangeiras a braços com a construção da ferrovia e reivindicando a posse de extensas faixas de território asseguradas por contrato, e com a intervenção de tropas estaduais e federais para debelar o surto religioso que ameaçava os interesses fundiários. Os contatos entre o frade e o monge "giraram em torno da disputa a respeito das atribuições específicas de padres e de leigos", e mais, significaram o enfrentamento direto entre os porta-vozes de uma religiosidade européia "popular" e o catolicismo rústico dos sertões brasileiros. As divergências doutrinárias não arrefeceram a disposição do frade em "obter a dispersão do ajuntamento" dos rebeldes, para tanto acenando inclusive com a repressão a cargo das forças legais, até o episódio final de sua "missão pacificadora" como enviado do General Setembrino de Carvalho, chefe da expedição a serviço do governo federal, sendo repellido a tiros pelo reduto<sup>(14)</sup>.

A obra relata a experiência vivida pelo frade alemão, os obstáculos com que se defrontou, prensado entre as simpatias pela penosa situação material dos rebeldes e o temor de prejudicar os interesses da Igreja, sensível à causa política que estavam defendendo mas "grampeado" às diretrizes da "or

---

(14) Frei Pedro Sinzig O.F.M., Frei Rogério Neuhaus O.F.M., Petrópolis, Vozes, 1a. edição/1934, 2a. edição/1939.

dem" (quer dizer, aos interesses dos coronéis, proprietários, militares e poder central), e não obstante, buscando entabular negociações entre os dois lados. A obra oferece subsídios indispensáveis à compreensão das condições que impulsionaram a vinda de religiosos europeus e a difícil adaptação ao ambiente social brasileiro. Relata as práticas políticas e pastorais de religiosos instados a fazer valer os interesses do sistema religioso e que, para tanto, se viram obrigados a se engajar em missões arriscadas na defesa ortodoxa das palavras de ordem impostas pela hierarquia.

Embora tomando como eixo narrativo a vida dos padres diretamente envolvidos, a obra em questão permite reconstruir os desafios políticos e organizacionais com que estava se defrontando a Igreja, quer pelos "movimentos carismáticos" de base popular (Contestado, por exemplo), quer aqueles provocados pela ingerência crescente de autoridades públicas, civis e militares, em domínios de atividade ciosamente "guardados" pela Igreja, quer enfim por aqueles movimentos (litígios patrimoniais, festas religiosas, pendências com irmandades, etc) liderados por membros do clero que firmaram sua presença como "reformadores" cismáticos da organização eclesiástica (o caso do Padre Cícero).

Os perfis biográficos de prelados são, via de regra, de autoria de subordinados imediatos de confiança que desfrutavam de um convívio íntimo e prolongado com seus protetores.

O padre Ascânio Brandão, autor de Dom Epaminondas, se intitula "o discípulo amado" que passou sua mocidade e os primeiros anos de sacerdócio junto ao bispo de Taubaté<sup>(15)</sup>. O Cônego Luís Castanho de Almeida, secretário do bispado de Sorocaba, vigário de Itararé e Guareí, coadjutor de Itapetininga e da Catedral, vigário de Bom Jesus dos Aflitos de Sorocaba (1933/1937), avulso em Sorocaba por doença, autor de Dom Lúcio, estudou no seminário de Botucatu, tendo exercido as funções de cerimoniário de seu biografado, posição que lhe dava o direito de residir no palácio episcopal. Conforme ele mesmo declara, fora incentivado a redigir o livro por um outro padre consultor do bispo de Botucatu<sup>(16)</sup>. O Padre Francisco Lima, autor de dois volumes de 620 páginas, Dom Adauto, tinha razões de sobra para declarar na introdução que "os meus subsídios biográficos a respeito de D. Adauto (...) demonstram apenas a minha gratidão ao excelso Prelado que me arrancou do pó e me guindou às alturas do sacerdócio de Jesus Cristo"<sup>(17)</sup>. Monsenhor José Quinderé, autor do esboço biográfico de Dom Joaquim Vieira, fora a vida inteira secretário particular do prelado do Ceará, extraindo dessa posição uma série extensa de favores, cargos e empréstimos, em favor de pa-

---

(15) Pe. Ascânio Brandão, Dom Epaminondas, São Paulo, Oficinas Gráficas "Ave Maria", 1941, 258 pp., já publicara antes no jornal diocesano de Taubaté "alguns traços biográficos", na expectativa de poder coligir a correspondência e a documentação da família do referido prelado de quem foi amigo e auxiliar durante dezoito anos.

(16) Cônego Luís Castanho de Almeida, Dom Lúcio, Bispo de Botucatu, Petrópolis, Vozes, 1956, 152 pp.

(17) Pe. Francisco Lima, D. Adauto, Subsídios Biográficos, 2 vols., João Pessoa, Imprensa Oficial da Paraíba, coleção "Arquivos Paraibanos", 1956, 620 pp.

rentes e amigos, valendo-se dela para viabilizar sua indicação como parlamentar, professor do Liceu, e comensal íntimo do Dr. Acioli. O clérigo Celso Avellar de Carvalho, biógrafo de D. Joaquim Silvério, se orgulha de ter sido acólito no último retiro espiritual do clero presidido por D. Joaquim a quem conheceu ainda menino por ocasião de suas visitas pastorais a Curvelo<sup>(18)</sup>. João Santos, biógrafo de Monsenhor Frederico Costa, 1º Prelado de Santarém, ocupou o cargo de secretário na referida prelazia onde respondia pela organização do arquivo<sup>(19)</sup>.

De certo a motivação premente desses autores terá sido exhibir, pela via do registro indireto, o cacife de relações e o lastro de confiança de que se sentiam depositários e que lhes foram proporcionados pelo trabalho no séquito desses prelados seus protetores. A produção dessas obras apologéticas vinha dar fecho a uma vida inteira de serviços pessoais e políticos que prestaram a esses bispos. Nas condições então vigentes da divisão do trabalho religioso, as posições e funções intelectuais incluíam a disposição ao trabalho de "canonização" antecipada das lideranças hierárquicas.

A parcela de cálculo embutida na decisão de produzir essas obras publicadas por editoras católicas e de ampla

---

(18) Celso de Carvalho, Dom Joaquim, 1º Arcebispo de Diamantina, Petrópolis, Vozes, 1935.

(19) João Santos, Monsenhor Frederico Costa, 1º Prelado de Santarém, Belém, Conselho Estadual de Cultura, coleção "História do Pará", Série "Arthur Vianna", 1978.

difusão, se manifesta em especial nos perfis biográficos, qua se sempre editados a mando dos próprios autores, de circulação restrita, fundamente marcados pela lógica e pelo tom do ressentimento.

É o caso, por exemplo, da plaqueta organizada em homenagem a Dom Joaquim Mamede, por seu irmão, Padre Maximiniano da Silva Leite, a bem da verdade um ato de desforra póstuma pelo fato de o ex-auxiliar e amigo de Dom Nery ter sido preterido na sucessão da diocese de Campinas. Devendo toda sua formação escolar e religiosa bem como sua rápida ascensão na hierarquia à "proteção" de D. Nery, de quem fora um dos principais "homens de confiança" ao longo de três gestões episcopais, no Espírito Santo (ES), em Pouso Alegre (MG) e em Campinas (SP), e que também fora responsável por sua indicação como bispo auxiliar, Dom Joaquim Mamede se viu preterido em duas ocasiões, a primeira quando da remoção de Dom Nery para Campinas e a segunda quando da morte de seu "protetor". Embora estivesse então ocupando a cargo típico de herdeiro presuntivo, na qualidade de vigário-geral, e mesmo contando com apoio do clero local, não conseguiu viabilizar sua confirmação no cargo de bispo de Campinas, tendo sido convidado para dirigir outra diocese. Nessa oportunidade, se empenhou em organizar às pressas uma "poliantéia" em homenagem a Dom Nery, buscando através dessa iniciativa calçar melhor suas pretensões. Após ter-se recusado a aceitar o posto episcopal numa diocese afastada, retirou-se amargurado para o Rio de Janeiro onde passa os últimos anos de vida

como Comissário da Ordem Terceira do Carmo. A plaqueta impressa por seu irmão constitui o exemplo acabado de uma tomada de posição em favor de um prelado relegado pelos "pares".

In memorian D. Joaquin Mamede da Silva Leite, bispo titular de Sebaste, é um trabalho organizado por Lauro Monteiro de Carvalho e Silva e Maximiniano Oswaldo de Carvalho e Silva, sobrinhos do homenageado pelo lado materno, impresso em Mogi-Mirim, Editora "Casa Cadorna", com data de fevereiro de 1948, trazendo com destaque na capa, em negrito realçado, o título IN MEMORIAN, encimando um retângulo de listas e cercaduras negras, em branco o espaço que pranteia a morte recente do prelado tendo como créditos seu nome e título episcopal, e como arremate em maiúsculas seu lema episcopal em latim, extraído da primeira epístola de São Paulo aos Coríntios, XVI, 14, OMNIA VESTRA IN CARITATE FIANT ("Sejam todas as vossas obras feitas em caridade"). A primeira página interna contém apenas a sugestão gráfica de um cartão fúnebre, com a ponta esquerda dobrada, com os dizeres "Monsenhor Maximiniano da Silva Leite, seus irmãos e parentes próximos, sensibilizados pelas demonstrações de pesar por ocasião da morte de D. Joaquim Mamede bispo de Sebaste, muito agradecem a quem delas tenha participado e oferecem-lhe o presente trabalho sobre a vida e obras do saudoso prelado campineiro, falecido em 1947". A capa interna do volume traz datas e lugares de nascimento e morte do prelado, seu nome por extenso seguido do título também completo (bispo-titular de Sebaste de Laodicéia) e o sub-título em negrito "Saudosa homenagem à sua santa memória, no primeiro aniversário de seu falecimento", abrindo-se a plaqueta com uma foto de página inteira do homenageado, a que se seguem o brasão e o lema episcopais em clichê a co

res, uma foto dele menino reproduzida junto a uma declaração manuscrita em que manifesta o desejo de ser padre, foto do grupo de seminaristas enviados por D. Joaquim Arcoverde ao Colégio Pio Latino-Americano em Roma de que faziam parte os dois irmãos Silva Leite, um esboço biográfico de autoria de um sobrinho (6 páginas), transcrição dos telegramas de condolências enviados pelo Núncio Apostólico, pelos cardeais do Rio e de São Paulo, pelo Cardeal Masella (ex-núncio no Brasil) (1 página), versos e o texto "In Memoriam" de autoria de uma freira carmelita descalça do mesmo convento carioca onde seu irmão Maximiliano atuava como capelão (15 páginas), a oração fúnebre proferida por Monsenhor Henrique de Magalhães (6 páginas), uma nota intitulada "D. Mamede e o ensino superior em Campinas" de autoria de um monsenhor vice-reitor da universidade católica paulista (3 páginas), e cinco páginas de material iconográfico alusivo (fotos do grupo presente por ocasião de sua sagração episcopal, do papa Bento XV que o fez bispo, de um encontro com o cardeal do Rio de Janeiro, de um encontro com outros preladados em vilegiatura na cidade de Campos do Jordão, de seus pais e de um grupo de preladados amigos).

As "poliantéias", por sua vez, constituem um gênero extremado de apologia organizacional, concedendo aos preladados assim homenageados um tratamento honorífico idêntico àquele de que já desfrutavam as grandes sumidades do episcopado europeu. São obras editadas apenas em circunstâncias bastante especiais, em geral como livros comemorativos do jubileu episcopal, as vezes por encomenda do próprio interessado. Edições luxuosas, no tamanho pouco convencional de livros de estampas com capas duras recobertas em couro ou pergaminho, os títulos

gravados em relevo dourado, as páginas de abertura contendo uma foto de corpo inteiro do prelado, com vestes solenes, anel, báculo, pose de autoridade, emoldurada por volutas gregas ou cercaduras "art-nouveau", encimada pelo distintivo e pela divisa episcopal em latim e a cores, impressas em papel acetinado. O apuro no acabamento gráfico e visual se estende à obra como um todo, letras góticas maiúsculas abrindo os capítulos, inúmeras fotos e clichês intercalados, ilustrações e decorações coloridas, e abundante material iconográfico. As poliantéias incluem um esboço biográfico do prelado, entremeado por fotos de seus principais empreendimentos, a que se seguem trechos de suas pastorais e textos encomiásticos de autoria de altas autoridades civis e eclesiásticas, incensando as obras e virtudes do homenageado. É indispensável a consulta e o manuseio dessas obras tanto pelo fato de conterem materiais biográficos pertinentes como para que o pesquisador se possa inteirar de um testemunho conspícuo do estilo de mando do episcopado "romaniizado" da Primeira República<sup>(20)</sup>.

O exame acurado das obras produzidas por aque

(20) O tipo ideal do gênero é a poliantéia que D. Joaquim Mamede da Silva Leite, então vigário capitular de Campinas e com pretensões de ser confirmado como bispo titular, encomendou ao Padre João Batista de Carvalho e ao historiador Benedito Otávio, Saudosa Homenagem, D. João Nery, 1º Bispo de Campinas, XI-IV-MCMXX, São Paulo, Oficinas Gráficas de Cardozo Filho e Cia.. Consultar ainda outro exemplar do gênero, A Diocese do Ribeirão Preto em homenagem grata e festiva a seu amado Bispo D. Alberto José Gonçalves na feliz ocorrência das datas jubilares de seu sacerdócio e episcopado, Emp. Gráf. "Revista dos Tribunais", 1934.

les membros do clero especializados na documentação da história da Igreja revela os incentivos organizacionais ao trabalho intelectual sistemático de registro, transcrição e publicação dos arquivos das paróquias, cúrias, conventos, dos livros de tomo das igrejas e irmandades, da correspondência do clero, dos documentos e circulares episcopais e pontifícias, das pastorais, circulares, e testamentos dos prelados, e de tudo mais que contribui para cristalizar a memória corporativa, num esforço considerável de expurgar documentos "tendenciosos", de revirar aos argumentos e às versões anti-clericais, de resistir ao proselitismo dos concorrentes maçons, protestantes e espíritas, de eufemizar acontecimentos atentatórios ao prestígio e ao bom nome da Igreja, de condenar ao esquecimento os "hereges", cismáticos, heterodoxos e desfradados<sup>(21)</sup>, de 'apagar' in formações a respeito de conflitos e lutas internas que só conseguem vir a público por conta de revisões levadas a cabo por outros grupos de interesse do próprio clero ou por força do confronto sistemático (ou casual) entre fontes eclesiásticas e outras fontes leigas.

Essa documentação abundante produzida no interior da organização contribui decisivamente para a vigência das "definições" institucionais que melhor se ajustam aos interes-

---

(21) Consultar, por exemplo, Isócrates de Oliveira, Drama de um Padre (O Meu Escândalo), Rio de Janeiro, Livraria Calden-se Ltda., s.d.. O autor nasceu em 1922 e a narrativa cronológica do livro se encerra em 1952, ano em que se afasta da Igreja com anuência de seus superiores hierárquicos.

ses dos grupos dirigentes da corporação eclesiástica. O trabalho de resgate e conservação da memória organizacional, desde os gêneros acima referidos, passando pelos livros de devoção, missais, manuais, breviários, novenas, pelos regulamentos, pelas obras monográficas a respeito de igrejas, santuários, conventos, ordens, irmandades, cultos e devoções populares, sociedades pias, seminários, escolas, até os textos doutrinários, litúrgicos, e a imensa cópia de imagens com amplas tiragens (santinhos, oleografias, gravuras, etc.), constitui um dos principais obstáculos sociais à apreensão de pesquisadores leigos que não estejam comprometidos com os interesses da hierarquia, e muito menos a seu serviço.

O Cônego Manoel de Aquino Barbosa é um exemplo ilustre dessa categoria especializada de trabalhadores intelectuais no clero brasileiro. Nascido em 1902, na cidade baiana de Santo Amaro, filho de um comerciante, ingressou no Seminário Menor da Bahia, em 1915, sendo ordenado em 1925 por D. Augusto Álvaro da Silva. Ocupou, sucessivamente, os cargos de coadjutor da paróquia de Nazaré (Salvador), capelão da Igreja de Ajuda e do Asilo de Mendicidade, instalou a "Casa dos Padres", pároco de N.S. de Brotas (1927-1929), da Conceição da Praia (1929-1950), tendo se tornado um defensor intransigente do patrimônio histórico e artístico constituído pelas obras de sua secular paróquia, onde também se empenhou em restaurar diversas cerimônias e procissões. Desempenhou as funções de secretário geral do I Congresso Provincial de Vocações Sacerdotais (1926 - Salvador), presidente da Comissão de Imprensa do I Congresso Eucarístico Nacional (1933 - Salvador), membro e provedor da Irmandade de S. Pedro dos Cléri-

gos onde voltou a editar a "Revista Eclesiástica", órgão oficial da arquidiocese da Bahia. Enquanto colaborador assíduo da imprensa, dirigiu o diário católico baiano "Era Nova" (1929-1933), trabalhando ainda como redator (1933 - A Tarde) e redator-chefe (1935 - Diário da Bahia). Ocupou os cargos de arquivista-chefe da Diretoria do Arquivo Público e Inspeção dos Monumentos (1953-37), inspetor federal de ensino, membro do Instituto Histórico (1935) e da Academia de Letras (1940) da Bahia, fundador da Sociedade Numismática da Bahia, colecionador de medalhas religiosas e obras raras, possuidor de uma biblioteca valiosa sobre história eclesiástica, sendo "uma das maiores autoridades em assuntos do passado eclesiástico no Brasil", sendo que a lista de seus trabalhos, de 1924 a 1950, ultrapassa oitenta títulos, entre folhetos, artigos e textos para a imprensa, destacando-se a obra A Igreja no Brasil - Notas para a sua História, (Rio de Janeiro, Editora A Noite, 1945), importante repositório de informações sobre o episcopado brasileiro, contendo em apêndice documentos raros de legislação e farto material iconográfico. Outros eclesiásticos brasileiros também se especializaram, como intelectuais da corporação: O Cônego Raimundo Trindade, diretor do Museu da Inconfidência em Ouro Preto e autor de uma história da arquidiocese de Mariana; o Padre Heliodoro Pires, autor das obras Visões e Ressonâncias (Alguns Aspectos Sociais do Catolicismo no Brasil), publicado com o pseudônimo de Hildebrando (edição íntima, Campinas, Typ. Livro Azul, A.B. de Castro Mendes, 1917, 233 p.) e Temas da História Eclesiástica do Brasil (São Paulo, 1946); Frei Basílio Röwer O.F.M., historiador oficial da ordem franciscana no país, posição que encontra homólogos entre jesuítas, beneditinos, salesianos, e outras congregações.

Existe ainda uma quantidade apreciável de fontes sobre a Igreja, o clero, o episcopado, etc., produzidas por intelectuais manifestamente clericalistas que dedicaram praticamente todos seus investimentos intelectuais ao trabalho de preservação da memória corporativa. Alguns deles juntaram a essa tarefa o desempenho de importantes funções de representação ou defesa dos interesses eclesiásticos junto às instâncias e autoridades governamentais, notabilizando-se como "homens da Igreja" ou como líderes leigos. Outros são ex-padres, liberados canonicamente de suas funções eclesiásticas, embora continuassem ligados à Igreja, seja cumprindo funções docentes em seminários e estabelecimentos de ensino católicos, seja exercendo cargos administrativos em irmandades e sociedades pias e associações beneficentes. Há também os que se dedicaram à produção de obras sobre a Igreja paralelamente ao desempenho de profissões liberais, de cargos parlamentares ou de postos executivos nos governos estaduais e federal. Inúmeros parentes e descendentes de figuras eminentes da hierarquia eclesiástica também não pouparam esforços no trabalho de rastreamento biográfico de seus antepassados, forma arrevezada de construir a sua própria identidade social, produzindo considerável documentação biográfica em moldes semelhantes aos preitos de homenagem encontrados em outras frações da classe dirigente brasileira.

Seja como for, cumpre salientar o fato bruto de que a parcela majoritária de fontes sobre a Igreja Católica foi produzida em resposta a demandas de algum segmento de interesses da própria corporação. A não ser no caso daqueles títulos

escritos por autores abertamente anti-clericais, ou então, nos casos de desfradados ressentidos que fazem de seu depoimento uma espécie de desforra pelos desacertos de que se sentem vítimas, passando a atribuir a responsabilidade de seus "descaminhos" às mazelas institucionais da organização, quase toda a produção disponível referente à história da Igreja ou atendeu de perto às necessidades clericais ou deveu-se a essa categoria de intelectuais estreitamente espenhados em assegurar as bases de uma continuidade corporativa a ponto de sujeitarem seus escritos e trabalhos à censura canônica das autoridades eclesiásticas competentes<sup>(22)</sup>.

Tal situação provoca, como não podia deixar de ser, um efeito notável de censura sobre quaisquer esforços de investigação suscitados por interesses distintos e para atender a uma demanda diversa daquela produzida pelo mercado cativo a que se destina e se endereça o grosso da bibliografia disponível.

---

(22) Dentre uma extensa lista de obras classificáveis nessa modalidade, consultar, por exemplo, Maria Stella de Novaes, Um Bispo Missionário, Dom Fernando de Souza Monteiro, 1952, prêmio ABL, sobrinha do biografado, professora da Escola Normal de Vitória, primeira catedrática do ensino secundário no Espírito Santo, que também redigiu Relicário de um Povo, O Santuário de Nossa Senhora da Penha no Espírito Santo, Vitória, 1955 (2a. edição, 1958); Vasco Smith de Vasconcelos, História da Província Eclesiástica de São Paulo, ilustrada pelo heraldista Paulo Braga de Menezes, São Paulo, Oficinas Gráficas de Saraiva S/A, 1957, 291 pp.; José Carlos de Ataliba Nogueira, Elogio Histórico de D. João Nery, 1º Bispo de Campinas, Rio de Janeiro, Agir, 1945, 96 pp.; Martins Alonso, Dom Jaime de Barros Câmara (Vida, Pensamento e Obras do 3º Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro), 1972; Pedro Maciel Vidigal (ex-padre), O Cardeal de Vasconcelos Motta, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1973.

## II. A TRANSIÇÃO DO REGIME DE PADROADO PARA UM NOVO STATUS POLÍTICO NO REGIME REPUBLICANO

O processo de "construção institucional" da Igreja Católica brasileira ao longo da República Velha (1890-1930) se prende, de um lado, às novas diretrizes e empreendimentos da Santa Sé durante a segunda metade do século XIX e, de outro lado, aos desafios organizacionais e condicionantes políticos que teve de enfrentar no interior da sociedade brasileira.

Inúmeros historiadores da Igreja são unânimes em apontar o século XIX como um momento-chave para os rumos tomados pela organização eclesiástica em âmbito nacional. O chamado século do ultramontanismo e do apogeu do prestígio espiritual do papado assinala também a invasão dos territórios pontifícios, a consagração de Vitor-Emanuel como rei da Itália, e a unificação em 1870 como fecho do processo. Na verdade, as pretensões de setores liberais católicos influentes em converter Pio IX em primeiro presidente de uma federação democrática de estados italianos já haviam sido liquidadas pela revolução de 1848 e pela queda de Roma em mãos dos revolucionários. Tal fracasso coloca-se na raiz das diretrizes papais em relação a praticamente todas as idéias e movimentos radicais de reforma então em curso na Europa. A postura doutrinária da Santa Sé se consolidou através das encíclicas Quanta Cura e Syllabus Errorum (1864) que condenaram drasticamente os chamados "erros modernos", a saber, o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a maçonaria, a separação entre a Igreja e o Estado, as liberdades de imprensa, de religião, em suma "o progresso, o liberalismo

e a civilização moderna". Esse repúdio à sociedade contemporânea acelerou a difusão do mais feroz ultramontanismo e reforçou as veleidades políticas de seus porta-vozes intelectuais e partidários em diversos países europeus. Desde então, os órgãos dirigentes centrais da Igreja não pouparam esforços na promoção orquestrada do culto místico à figura do papa, chegando ao extremo de proclamar o dogma da infalibilidade papal por ocasião do primeiro Concílio Vaticano (1870).

Entretanto, o século XIX não se caracterizou tão somente pela revisão "defensiva" das doutrinas oficiais da Igreja nos diversos ramos do conhecimento e do apostolado afetados de perto pelas transformações políticas em curso na Europa e, em especial, na Itália. O movimento de reação eclesiástica desembocou numa série de iniciativas que, a longo prazo, significaram o fortalecimento organizacional e condições mínimas de sobrevivência política no acirrado campo de concorrência ideológica, cultural e religiosa, do mundo contemporâneo. Afora o empenho no remanejamento das antigas ordens religiosas, "o século XIX foi mais fecundo do que qualquer outro no que concerne à formação de novas Ordens e Congregações especialmente devotadas ao trabalho missionário"<sup>(1)</sup>. Como se sabe, as gestões pon-

---

(1) Stephen Neill, A History of Christian Missions, Londres, Penguin, 1979, p. 399. Entre as principais ordens e congregações masculinas então fundadas, cabe mencionar os Oblatos da Virgem Maria Imaculada (1816), os Maristas (1817), os Salesianos de Dom Bosco (1859), os Padres Scheut (1862), os Padres Brancos (1868), a Sociedade de São José para Missões Estrangeiras (1866), etc..

tificais da primeira metade do século passado haviam fixado como meta prioritária a criação de uma quantidade apreciável de novas circunscrições em todo o mundo católico. No correr dos longos pontificados de Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903), o Vaticano concentrou recursos no revigoreamento do trabalho missionário, nos incentivos à nacionalização do clero e da alta hierarquia em áreas coloniais de missão e em outros domínios territoriais que continuavam pesadamente sujeitos aos interesses comerciais e políticos europeus, como era o caso da América Latina. Impunha-se, ademais, a tarefa urgente de proceder a uma ampla reformulação dos conteúdos do apostolado católico, crescentemente obsoletos diante da concorrência das denominações protestantes que haviam logrado avanços consideráveis por conta da prestação de serviços educacionais e assistenciais. É em meio a esse conjunto de mudanças da posição internacional da Igreja Católica que se deve situar o processo de "construção institucional" da organização eclesiástica no Brasil das primeiras décadas do regime republicano.

Na maioria das áreas asiáticas e africanas tidas como prioritárias para os novos padrões de apostolado (a China, a Indochina, a Argélia, o Congo, etc.), a presença de missionários estava via de regra estreitamente associada às metas mercantis e geopolíticas contidas no projeto colonizador da potência européia de onde provinha o contingente majoritário de efetivos dessas ordens religiosas de "missão".

No caso dos países latino-americanos e sobretudo

no Brasil, a política expansionista da Santa Sé em fins do século passado e começo do atual adotou uma postura marcadamente patrimonialista, sem abrir mão das metas de "romanização" quer em nível de treinamento dos futuros dignitários, do estilo e orientações de mando episcopal, quer da partilha do território brasileiro entre as congregações religiosas mais dependentes e leais ao Vaticano. No que diz respeito às relações com a sociedade brasileira, a opção da hierarquia eclesiástica, tendo em vista o contencioso legado pela "questão religiosa" dos anos 70, consistiu em firmar uma sólida aliança político-doutrinária com os setores dos grupos dirigentes favoráveis às pretensões católicas e cientes da colaboração ideológica eficaz que a Igreja estava em condições de prestar à consolidação da nova ordem social e política.

De maneira distinta do que vinha ocorrendo nas áreas de colonização européia na Ásia e na África onde o trabalho de evangelização constituía uma das frentes da penetração imperialista, o Brasil dava margem às veleidades expansionistas da Santa Sé e das novas congregações "empreendedoras". Dispondo de um mercado de oportunidades de investimento praticamente inexplorado nos diversos níveis de ensino e de uma série de "negócios" potencialmente rentáveis para confissões religiosas, as perspectivas que então se abriam à expansão eclesiástica esbarravam, não obstante, na escassez de pessoal religioso especializado, nas dificuldades de adaptação das ordens européias e

sobretudo na concorrência movida pelos protestantes<sup>(2)</sup>.

Apesar de tais obstáculos, dada a antigüidade da presença católica no país e o vulto de sua contribuição para o perfil da sociedade colonial e imperial, os problemas com que a Igreja se defrontou nos primeiros tempos republicanos eram bastante distintos daqueles encontrados em áreas novas de evangelização em outros continentes. A rigor, uma das barreiras mais importantes para o êxito da política de "romanização" derivava da herança da Igreja colonial e do estado de desagregação interna a que chegara a Igreja em simbiose com o trono.

A primeira herança impediu que a Igreja enveredasse por completo na "opção" de atendimento prioritário das demandas dos grupos oligárquicos. No entanto, sua dissolução como um "ramo da administração pública" fez ver aos dirigentes eclesiásticos a premência de levar a cabo um projeto de "acumulação patrimonial". Em retrospecto, as metas pontifícias da "romanização", a aliança com os setores católicos dirigentes e a prestação de serviços educacionais e outros inerentes a tal pacto, as prioridades associadas à formação de um "patrimônio" próprio e o enfrentamento dos movimentos religiosos concorren

---

(2) A respeito da entrada e expansão das denominações protestantes no Brasil a partir da segunda metade do século passado, consultar a obra de David Gueiros Vieira, O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980, que contém informações valiosas acerca dos empreendimentos escolares protestantes.

tes (protestantes, Canudos, Juazeiro, Contestado, etc.), se colocam entre os principais condicionantes do processo de "construção institucional" da Igreja Católica na Primeira República.

Em fins do século passado e início do atual, os padrões de relacionamento entre Igreja e Estado na América Latina sofreram profundos abalos. Tais mudanças incluíram situações extremadas de conflito como nos casos do México (1917) e Uruguai (1919) (semelhantes ao ocorrido na França, em 1905), passando por países como a Venezuela onde uma separação parcial assegurou à Igreja um montante apreciável de subvenções até os casos em que não se deu uma ruptura formal (como por exemplo, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina), fazendo com que a Igreja continuasse a fazer jus a benefícios institucionais e financeiros de toda ordem em troca da concessão de as autoridades governamentais poderem interferir na seleção e nomeação dos dignitários eclesiásticos. Seja como for, os rumos do relacionamento Igreja-Estado naquela conjuntura dependeram fortemente dos tipos de aliança com os grupos e partidos dominantes, envolvendo um espectro diversificado de coalizões junto a diversos setores da elite<sup>(3)</sup>.

(3) A esse respeito, consultar Daniel H. Levine, Religion and Politics in Latin America, The Catholic Church in Venezuela and Colombia, New Jersey, Princeton University Press, 1981, parte I; Brian H. Smith, The Church and Politics in Chile, Challenges to Modern Catholicism, New Jersey, Princeton University Press, 1982, parte II, 3, "Separation of the Church from Traditional Alliances: Chile, 1920-1935", pp. 67/85; J. Lloyd Meacham, Church and State in Latin America: A History of Politico-Ecclesiastical Relations, 2a. ed., Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1966.

Os casos chileno e brasileiro apresentam algumas semelhanças, a despeito de ter havido em ambos uma decisão formal de separação entre Igreja e Estado (Brasil, 1891; Chile, 1925). Muito antes do cancelamento do regime de padroado, a deterioração desse relacionamento simbiótico havia atingido vertentes cruciais dos interesses eclesiásticos, a começar pelas liberdades de culto que foram se efetuando através de uma série de medidas em resposta aos pleitos formulados por homens de negócio e técnicos estrangeiros. As liberalidades governamentais também tornaram obrigatório o casamento civil e deram margem a que certas denominações protestantes pudessem construir escolas e igrejas. Por essas razões, a Igreja nesses dois países já perdera de fato o monopólio legal que chegara a exercer sobre diversos domínios da vida social<sup>(4)</sup>.

A exemplo do que ocorreu no Brasil do segundo Império, a Igreja chilena esteve estreitamente associada aos políticos, no caso mediante a sólida aliança celebrada com o Partido Conservador que defendia as prerrogativas eclesiásticas no Parlamento. Ao longo da segunda metade do século XIX, os padres chilenos participaram ativamente das eleições municipais, a maioria deles tendo-se tornado quadros militantes nas hostes conservadoras. No Brasil e no Chile, esse padrão característico de envolvimento político-doutrinário de segmentos importan-

---

(4) Sobre o caso brasileiro, ver João Dornas Filho, O Padroado e a Igreja Brasileira, São Paulo, Companhia Editora Nacional, col. Brasileira, 1939, e David Gueiros Vieira, op. cit..

tes do clero, quer nos partidos, quer nas assembléias, contribuiu para a "desmoralização" do pessoal eclesiástico e motivou dissensões crescentes entre bispos e lideranças leigas. No momento de delinear as bases legais do novo regime de separação, as autoridades brasileiras e chilenas buscaram atender às demandas mais relevantes da própria Igreja de maneira que pudesse firmar uma personalidade jurídica singular, regulamentar seus direitos à posse de um patrimônio e ampliar sua presença no sistema de ensino e em outras esferas estratégicas para a manutenção de sua influência.

Mesmo antes do confronto aberto entre os bispos brasileiros e a Coroa no início da década de 70, já se haviam claramente delineadas indisfarçáveis rotas de colisão entre a cúpula da hierarquia eclesiástica, crescentemente identificada com as diretrizes pontifícias, e o governo imperial. A despeito dos reiterados preitos de vassalagem ao trono, a última geração de prelados designados pelo imperador praticamente orquestrou uma campanha surda contra a ingerência do poder temporal na condução dos negócios eclesiásticos. Como se sabe, o regime de padroado dera margem a uma ampla tutela da Igreja, colocando em risco a própria continuidade da jurisdição pontifícia, tornando letra morta a legitimidade das normas canônicas e brechando quaisquer possibilidades de expansão organizacional.

Ao longo do período imperial, sucessivas medidas legais praticamente lograram estancar o recrutamento de quadros para as ordens religiosas. À proibição de admissão de noviços

pelas ordens religiosas (1855) segue-se um amplo regime de inspeção pública dos seminários seculares (1863) e a proibição de ingresso no país aos noviços brasileiros ordenados no exterior (1870). Durante quase um século não houve sequer fundação de seminário no país<sup>(5)</sup>. Afora o estrito controle que o governo queria exercer sobre o conteúdo das disciplinas e compêndios utilizados nas casas de formação, contribuiu ainda para subtrair os docentes ao controle episcopal ao convertê-los em "professores externos" cujos proventos estavam assegurados orçamentariamente. Tratamento idêntico sofriam as demandas por recursos destinados às obras novas, à conservação dos prédios eclesiásticos e a quaisquer iniciativas que acarretassem a alocação de verbas públicas. A criação de paróquias e circunscricções, a realização de concursos e o posterior provimento de cargos e prebendas eclesiásticas, a divulgação de documentos e diretrizes pontifícias, a indicação dos bispos e a concessão de quaisquer poderes na hierarquia eclesiástica, em suma praticamente quaisquer matérias envolvendo as atividades da Igreja estavam sujeitas ao crivo supremo das autoridades públicas.

As reclamações formuladas pelos bispos nas duas décadas anteriores à "questão religiosa" incidem quase sempre sobre questões menores que revelam muito mais o grau de exacer-

---

(5) Pascal Lacroix, O mais Urgente Problema do Brasil (O Problema Sacerdotal e sua Solução), Petrópolis, Publicações dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, 1936, p. 96 e segs..

bação a que chegara o cerceamento governamental do que eventuais veleidades de mando por parte dos dignitários da Igreja. Assim, por exemplo, em ofício endereçado ao Marquês de Olinda, presidente do Conselho de Ministros, o bispo do Pará, D. Macedo Costa, sugere medidas visando a reforma dos seminários, e solicita modificação na lei designando as igrejas matrizes do Império como recintos para realização das eleições<sup>(6)</sup>. Em ofício do mesmo ano, o mesmo prelado reage vigorosamente à decisão tomada pelo Conselho de Estado impedindo os bispos de deixarem suas dioceses sem licença prévia do Governo Imperial e reclama também a revogação de decretos estabelecendo o direito de recurso à Coroa das suspensões judiciais e extrajudiciais impostas pelos prelados aos seus clérigos.

Conforme evidencia o trabalho de Boehrer, os prelados a postos naquele momento crítico acabaram lançando mão de diversos expedientes para resistir a tais "intromissões" que, por sua vez, desagradaram inúmeros membros do clero temerosos de mudanças capazes de afetar sua condição privilegiada de "funcionários públicos"<sup>(7)</sup>. Os exageros e desmandos do poder impe-

---

(6) Officio de S.Exc.Revma. O Sr. Bispo do Pará ao Exm.Sr. Ministro do Império indicando várias medidas importantes, Pará, Typ. da Estrella do Norte, 1866, p. 12 e segs., e A Resistência dos Bispos, as Suspensões Extra-judiciaes e os Recursos à Coroa, questões canônicas pelo Bispo do Pará, Pará, Typ. da Estrella do Norte, 1866, 69 pp..

(7) George C.A. Boehrer, "A Igreja no Segundo Reinado: 1840-1889", in Henry H. Keith e S.F. Edwards, Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

rial, as reações e contra-ofensivas dos prelados ciosos de suas prerrogativas canônicas e temporais, as reclamações e agravos do baixo clero, muito mais leal ao trono do que aos seus superiores hierárquicos, e ainda o proselitismo dos concorrentes protestantes com sólidos apoios na corte, tudo isso contribuiu para adensar o contencioso a que acabou se reduzindo o relacionamento entre a alta hierarquia eclesiástica e setores de peso da coalizão imperial. Decerto as circunstâncias penosas em que estavam ocorrendo as perseguições à Igreja em curso na Europa e o progressivo esvaziamento do poder temporal dos pontífices contribuíram para aguçar o tom de ressentimento e a postura de resistência que foram adotando os prelados brasileiros das últimas décadas do período imperial.

Na conjuntura de implantação do regime republicano, a Igreja católica passou a enfrentar um duplo desafio. A tarefa mais urgente era, sem sombra de dúvida, a definição de uma moldura organizacional própria em condições de garantir autonomia material, financeira, institucional, doutrinária, capaz de respaldar quaisquer pretensões futuras de influência política. Não podendo mais contar com subsídios governamentais, cumpria desenvolver atividades e serviços de molde a assegurar margem razoável de rentabilidade. A estagnação organizacional ao longo do período imperial permitira inclusive ao governo apossar-se de uma quantidade apreciável de imóveis e outros bens eclesiásticos. Dentre as metas de curto prazo, uma das mais urgentes era justamente reaver a parcela do patrimônio incorporada pelo poder público. As duas primeiras décadas do regime

republicano serão pontuadas por inúmeras pendências em torno da reapropriação de conventos, igrejas, residências, casas de misericórdias, sedes de irmandades e terras. Outros litígios de caráter patrimonial envolviam as pretensões quase sempre vitoriosas dos prelados sobre a retomada de posse e dos direitos de gestão sobre as irmandades leigas. Tais pendências deram origem a graves desentendimentos entre as autoridades eclesiásticas, mormente certos prelados que passaram a reclamar a extensão de seus poderes de jurisdição sobre os bens, as atividades e o processo de designação das lideranças das irmandades, e os grupos dirigentes leigos que delas se haviam apoderado como instrumentos de barganha nas lutas políticas locais.

Do ponto de vista político-organizacional, a separação cancelava praticamente todos os direitos de intervenção sobre os negócios eclesiásticos de que dispunha o poder central conforme estipulava o regime de padroado. A criação de novas dioceses e paróquias, a fundação de seminários e de outras obras, a distribuição do clero pelos diversos cargos e carreiras alternativos, a indicação e nomeação de prelados, a fixação de normas e diretrizes de interesse para as atividades e serviços eclesiásticos, e outras tantas atribuições até então de competência do próprio imperador ou de seus altos prepostos, passavam a depender do alvitre da alta hierarquia eclesiástica. A tomada de decisões em matérias com repercussões tão fundas no sistema político oligárquico exigiu, no mais das vezes, amplas consultas às lideranças leigas. Como se verá adiante, ao invés de restringir o processo decisório aos principais esca-

lões da hierarquia interna, os dignitários eclesiásticos buscaram ampliar o círculo de interlocutores leigos, logrando com isso barganhar em melhores condições a concessão de subsídios de toda ordem por parte das autoridades públicas do novo regime.

A continuidade das relações diplomáticas com a Santa Sé e sobretudo o tratamento privilegiado concedido ao governo brasileiro no âmbito latino-americano através da concessão de regalias como a nunciatura plena (1910) e a nomeação do primeiro cardeal latino-americano na pessoa de D. Joaquim Arcoverde (1905), decerto contribuíram para realçar as prerrogativas do governo republicano como interlocutor de peso na condução dos negócios afetos à organização eclesiástica<sup>(8)</sup>. Não obstante, a despeito da influência considerável de que dispunha o cardeal sediado na capital federal, por força inclusive de sua proximidade dos altos escalões do poder central, o eixo da política eclesiástica no país voltara às mãos dos prelados que adquiriram de chofre uma série de poderes cujos efeitos sobre a ordem política temporal logo se fizeram sentir. As tendências descentralizadoras do regime republicano, ou melhor, os padrões de controle político associados à vigência da "política

---

(8) Margaret Patrice Todaro, Pastors, Prophets and Politicians: A Study of the Brazilian Catholic Church, 1916-1945, tese de doutoramento, New York, Universidade de Columbia, 1971; Sergio Lobo de Moura e José Maria Gouvêa de Almeida, "A Igreja na Primeira República", in Boris Fausto (org.), O Brasil Republicano III, 2/Sociedade e Instituições, Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977, pp. 323/342.

dos governadores", a montagem dos partidos republicanos nos diversos estados, e a autonomia considerável de que passaram a dispor os clãs oligárquicos em âmbito local e regional, favoreceram sem dúvida o processo de "estadualização" das políticas implementadas pelos detentores do poder eclesiástico. Todas as capitais estaduais foram promovidas a sedes de dioceses para cuja gestão foram muitas vezes convocados elementos do clero originários de importantes grupos oligárquicos. O acesso e a familiaridade de trânsito junto a esses círculos constituíam trunfos indispensáveis ao levantamento de recursos nas proporções exigidas pelo vulto das despesas necessárias à formação do patrimônio diocesano.

A separação não significou uma ruptura com os grupos dirigentes locais nem suscitou um redirecionamento das políticas e dos investimentos da Igreja com vistas a ampliar seu público fora do espaço da classe dirigente ou a estabelecer alguma forma de atendimento às demandas de setores sociais subalternos. As figuras-chaves na condução da política eclesiástica destinada ao "público interno" (a saber, os grupos dirigentes) passaram a ser aqueles bispos "empresários" que se mostraram bem sucedidos na montagem de alianças com os detentores locais do poder oligárquico.

Foram raros os casos de altas autoridades eclesiásticas que tiveram uma participação direta no trato dos negócios públicos. Afora alguns padres que exerceram importan-

tes funções de liderança nos círculos oligárquicos e que, por força dessa posição, acabaram desempenhando mandatos partidários e parlamentares<sup>(9)</sup>, apenas D. Aquino Correia ocupou o cargo de presidente estadual em Mato Grosso na qualidade de mediador das facções coronelistas em disputa<sup>(10)</sup>. O envolvimento característico do episcopado na vida política leiga procurou se pautar por uma visibilidade relativamente baixa no encaminhamento de pendências entre as facções oligárquicas e pela quase completa sujeição da organização eclesiástica ao trabalho cerimonial e doutrinário de legitimação dos mandachuvras e procêres oligárquicos. Em meio a essas condições, D. Adauto na Paraíba do Norte, D. Fernando no Espírito Santo, D. João no Paraná, D. Becker no Rio Grande do Sul, D. Joaquim e D. Silvério em Minas Gerais, D. Nery e D. Duarte em São Paulo, buscaram calçar a implementação das metas expansionistas da organização eclesiástica valendo-se de alianças frutíferas com as lideranças oligárquicas.

A "estadualização" da política expansionista adotada pela Igreja contribuiu tanto para o estreitamento dos vínculos entre os bispos e o Vaticano como para o acirramento da concorrência entre os próprios prelados. A "política dos governadores" encontrou assim uma correspondência nas modalidades de

---

(9) A história política de diversos estados assinala a presença constante desses políticos de batina como Monsenhor Waldredo Leal, Pe. Campos, Pe. Astolfo Serra e muitos outros.

(10) Virgílio Correa Filho, História de Mato Grosso, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1969, p. 611 e segs..

exercício do poder episcopal, ainda que as áreas "problemáticas" para o desenvolvimento organizacional no âmbito da Igreja nem sempre estivessem situadas nos estados hegemônicos do pacto oligárquico. Refiro-me, em especial, àquelas regiões nordestinas onde os movimentos liderados pelo Padre Cícero e Antonio Conselheiro suscitararam políticas defensivas por parte da hierarquia no tocante à divisão e ocupação das circunscrições eclesiásticas e ao perfil social, político e doutrinário, da nova geração de prelados.

O referido processo de "estadualização" converteu a Igreja em instituição-chave como espaço de encenação das solenidades de legitimação e ostentação do poder oligárquico, quer por ocasião das festividades (dia do(a) padroeiro(a), procissões, 'te-deums', etc.) inscritos no calendário religioso, quer através de rituais de serviço com o timbre eclesiástico (batizados, casamentos, enterros, posses, formaturas, jubileus, etc.). Os bips atuantes foram progressivamente se tornando figuras de primeiro plano na divisão do trabalho oligárquico, tendo por vezes tomado parte ativa nos principais momentos de crise política em seus respectivos estados. Nesse cenário "estadualizado" de atuação, as autoridades eclesiásticas foram aos poucos dilatando suas pretensões de influência, juntando às funções institucionalizadas de consagração do poder oligárquico a formulação de doutrinas nacionalistas e a prática de atos cívicos. Passaram a colaborar com as campanhas de mobilização da juventude, com o trabalho de propaganda em prol do alistamento militar; organizaram procissões cívicas, dando provas inequívocas de solidariedade às forças armadas através de pastorais e

páscoas especialmente dedicadas aos militares.

A organização eclesiástica encontrou, portanto, meios de recuperar boa parte do terreno político e institucional perdido com a separação, driblando assim aquelas medidas impostas pelo governo provisório no intuito de cercear sua influência política<sup>(11)</sup>. Ademais, a educação fora laicizada, a religião fora eliminada dos currículos e os governos, federal e estaduais, estavam proibidos de subvencionar escolas religiosas. Nada disso, entretanto, impediu que a prestação de serviços educacionais para as elites passasse a constituir a diretriz mor da política expansionista seguida pela organização eclesiástica. Apesar das sucessivas reformas do ensino empreendidas ao longo da República, contendo muitas vezes óbices consideráveis ao desenvolvimento do ensino confessional, e da concorrência crescente das escolas protestantes<sup>(12)</sup>, o mercado de ensino secundário constituiu a alavanca mais dinâmica e rentável dos empreendimentos eclesiásticos no período em apreço.

A criação de escolas secundárias, femininas e masculinas, se tornara um dos principais itens dos programas de governo dos dirigentes oligárquicos, inclusive nos estados

---

(11) A respeito dessas medidas, consultar o artigo citado de Sergio Lobo de Moura e José Maria Gouvea de Almeida.

(12) Consultar Fernando de Azevedo, A Cultura Brasileira, São Paulo, Melhoramentos, 5a. ed., 1956, e Jorge Naggle, Educação e Sociedade na Primeira República, São Paulo, E.P.U./E.D.U.S.P., 1974.

mais atrasados. Não podendo arcar diretamente com os encargos financeiros e institucionais requeridos pela formação de quadros docentes e administrativos, e sem contar com o respaldo de políticas públicas adequadas na área educacional, os governantes estaduais e alguns setores de peso dos grupos dirigentes locais preferiram dar mão forte aos empreendimentos confessionais. Empréstando ou fazendo cessão de terrenos e prédios em condições vantajosas, concedendo subsídios financeiros diretos ou sob forma de bolsa de estudos, convênios, contratos de serviços e, sobretudo, matriculando seus próprios filhos, os grupos dirigentes se mostraram particularmente empenhados no sucesso dessa política educacional entregue em mãos das autoridades diocesanas e das ordens religiosas, sobretudo das estrangeiras, especializadas na prestação desse tipo de serviço.

Decerto a expansão acelerada dessas oportunidades de investimento no mercado de ensino secundário viabilizou a importação de pessoal religioso europeu cuja disponibilidade se devia naquele momento às severas restrições que vinha enfrentando em seus países de origem. Não fora a penosa conjuntura de perseguições religiosas de que estavam sendo vítimas algumas das mais importantes ordens religiosas na Europa, o desenvolvimento organizacional da Igreja brasileira ficaria consideravelmente comprometido.

O desenvolvimento organizacional apoiado nas alianças firmadas com setores de peso das oligarquias e cuja principal frente eram os investimentos na prestação de servi-

ços educacionais, acabou frutificando também no que diz respeito à expansão e diversificação das instituições destinadas ao recrutamento e formação de quadros. Em 1890, havia no Brasil 9 seminários maiores (8 seculares e 1 regular), dois deles fundados no século XVIII, o dos jesuítas em Belém (1751) e o de São José na cidade do Rio de Janeiro (1739), entregue aos lazaristas em 1866<sup>(13)</sup>, os demais tendo sido abertos quase todos durante a primeira metade do século passado nas cidades-sedes de dioceses, a maioria deles aos cuidados dos lazaristas que, chegados ao Brasil em 1819, foram aos poucos assumindo os encargos dos jesuítas no trabalho de formação sacerdotal, em meio à crise profunda causada pela expulsão da Companhia de Jesus em meados do século XIX. Já em 1927, contando com o apoio do Vaticano, particularmente disposto a suprir as deficiências de pessoal eclesiástico especializado, e com os incentivos à vinda de lazaristas e ao retorno dos jesuítas, a situação das casas de formação havia se alterado positivamente, havendo então 15 seminários maiores e cerca de 30 menores em funcionamento no país. A reabertura de conventos, mosteiros e outras residências das ordens religiosas, também ocorreu para intensificar o recrutamento e a formação de uma nova geração de quadros para o clero.

O regime republicano e a Igreja Católica "tinham objetivos semelhantes de estabelecer influência por todo o

(13) Gustavo Perez, Alfonso Gregory e François Lepargneur, O Problema Sacerdotal no Brasil, Rio de Janeiro, CERIS 1965.

país" (14). Ao contrário do que sugerem alguns autores, isso não significou o ponto de partida para um confronto político e tampouco caracterizou um processo aberto de competição pelo monopólio de esferas de influência. A concepção de que "as relações entre as duas instituições eram amigáveis, embora oficialmente muito formais" talvez seja aplicável apenas ao clima de relacionamento de governo a governo, quer dizer, entre o regime republicano e o Vaticano.

O mesmo não se pode afirmar no que concerne ao padrão característico das relações que os prelados brasileiros mantinham com os presidentes e lideranças estaduais. Muito embora seja praticamente unânime o reconhecimento quanto ao rápido desenvolvimento organizacional após 1891, tomando-se quaisquer indicadores usuais como dioceses, bispos, padres, freiras, irmãos, seminários, escolas, hospitais, conventos, etc., alguns estudos identificam como lacunas organizacionais a falta de coesão, comunicação e liderança, como os pontos nevrálgicos da organização no período em questão. Buscando estabelecer uma correlação entre os tipos de atividades então privilegiadas pela instituição (a administração usual de sacramentos, as escolas para setores abastados, os grupos devotos, as associações e obras pias, etc.), a sociedade burguesa como público-alvo e o perfil de uma liderança provinciana, regionalizada e descentralizada, tais estudos acabam traduzindo a interação dessas

---

(14) Thomas G. Bruneau, O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição, São Paulo, Editora Loyola, 1974, p. 68.

forças sociais como um processo mimético das práticas religiosas vigentes na Europa, ou melhor, como sintoma da extrema dependência a que fora relegada a Igreja Brasileira em meio ao êxito relativo das políticas de 'romanização' (15).

A Igreja brasileira pós-separação teve de lidar com dois interlocutores sociais cujas demandas por vezes se revelavam contraditórias. De um lado, o Vaticano empenhado na imposição às Igrejas da periferia de um modelo extremado de 'romanização' e, de outro, os benfeitores abastados, os clãs oligárquicos e os governos e lideranças estaduais desejosos de cercar a influência eclesiástica sobre negócios temporais e, ao mesmo tempo, abrindo espaços à presença da Igreja em domínios de atividade como o sistema de ensino. Embora seja inegável a força das diretrizes 'romanas' sobre o treinamento do clero, as formas exteriores dos cultos, o calendário de eventos religiosos, o estilo de mando e autoridade episcopal, cumpre salientar os ganhos organizacionais logrados em função das coalizões firmadas com os detentores do poder local e estadual.

Ademais, seria preciso qualificar de maneira mais detida os efeitos "europeizados" e "alienantes" provocados pela sintonia com Roma. As transformações sofridas pelo clero brasileiro oferecem um prisma favorável ao esclarecimento dessa questão. A postura eminentemente regalista do clero no

---

(15) Id., ibid., pp. 69/71.

período imperial derivava de sua dependência dos proventos governamentais, como que dispensando-o do cumprimento estrito de inúmeras exigências canônicas, mormente o celibato, a posse e a disposição lucrativa de bens, e o envolvimento direto em atividades políticas leigas. O legado das perspectivas doutrinárias liberais entronizadas por Pombal em Coimbra, inspirando iniciativas como a criação do seminário humanista de Olinda, reforçaram a legitimidade dos sentimentos corporativos de vassalagem e sujeição ao trono e conseqüente alheamento ao comando pontifício.

A reaproximação com o papado trouxe assim mais benefícios do que desvantagens do ponto de vista dos interesses dominantes no interior da organização eclesiástica. A firme orientação doutrinária e sobretudo disciplinar que Roma passou a exercer através dos jesuítas e lazaristas nos seminários brasileiros, os prolongados estágios de formação da elite do clero brasileiro no exterior, as manifestações ostensivas de lealdade e ortodoxia por parte do episcopado nacional, a implantação maciça de obras pias sob severo controle diocesano liquidando com o regime até então vigente das irmandades, esses e outros fatores contribuíram eficazmente para o êxito do trabalho de "moralização" e profissionalização do clero nos termos das reformas estimuladas por pontífices enfraquecidos politicamente e desejosos de remanejar os recursos internos da organização.

Até mesmo a tendência algo postiça de inúmeros

prelados brasileiros de importarem sem mais um arremedo da divisão do trabalho cerimonial vigente em Roma propiciou uma diferenciação nos altos escalões da organização eclesiástica, ampliando as posições honoríficas ou servindo-se delas como insígnias de consolação para carreiras truncadas dos ressentidos, e permitindo a formação de uma espécie de estado-maior diocesano abrangendo postos de confiança (secretários, auxiliares, etc.), cargos cerimoniais (caudatário, etc.) e funções técnicas como a de visitador. Tais mudanças tornaram o encaminhamento para diversas alternativas de carreira, e a movimentação nelas, extremamente dependentes da decisão episcopal. Não obstante, a ampliação dos quadros no estado-maior diocesano e a inevitável diferenciação funcional daí resultante ampliaram as expectativas de alguns jovens presbíteros até então praticamente condenados às posições de vigário ou cura, muitas vezes em lugarejos longínquos, praticamente impossibilitados de terem alguma experiência pastoral, intelectual ou administrativa, fora dos limites de sua jurisdição.

Ao invés de centrar a análise no 'efeito-demonstração' provocado pelas exigências emanadas de Roma, conviria reexaminar algumas das consequências positivas dessas mudanças com relação ao desenvolvimento organizacional da Igreja. Os bispos passaram a cumprir com regularidade a disposição canônica das visitas 'ad limina'<sup>(16)</sup> para prestação de contas de

(16) Por exigência da legislação canônica, os prelados residentes no exterior deveriam realizar visitas periódicas, a cada cinco anos, à sede da Igreja, quando eram recebidos em audiência especial pelo pontífice.

sua gestão e entrega de contribuições pecuniárias, algumas delas arrecadadas através de campanhas orquestradas pela Cúria romana. Por outro lado, começaram a avaliar suas visitas pastorais com parâmetros de produtividade copiados daqueles vigentes na Europa ou nos chamados territórios de missão (Ásia, África, etc.). Assim, por exemplo, as quantias arrecadadas eram contabilizadas em função do volume de sacramentos administrados. Seja como for, não se pode tomar esse fato como mero indicador de racionalização administrativa calcada numa religiosidade importada. Tais evidências traduzem, em larga medida, o desenvolvimento e a fixação de uma "cultura organizacional" própria, dotada de procedimentos uniformes de gestão e de um estilo homogêneo de comando.

O êxito considerável desse modelo organizacional "romanizado" nas condições peculiares da República Velha contribuiu bastante para fomentar "vocações" junto aos próprios grupos dirigentes, permitindo à Igreja brasileira compensar em parte a perda de sustentação política junto a parcelas importantes da elite política e intelectual dos fins do Império e início do regime republicano. Nas condições da época, a Igreja ainda ocupava espaços consideráveis nas áreas da saúde, educação, lazer e cultura. Presidia à organização das festas e comemorações coletivas (procissões, quermesses, etc.), fazendo praticamente coincidir o calendário de festas e eventos religiosos com os momentos fortes de efusão coletiva e doméstica. A administração dos sacramentos, por sua vez, ritmava e sancionava os momentos-chaves do itinerário pessoal e familiar dos

grupos dirigentes. Ungia os dirigentes das irmandades, os detentores de mandatos parlamentares e executivos, dispensava diplomas e certificados escolares, sacramentava formaturas, inaugurações, posses e acordos políticos, benzia prédios públicos, residências, fazendas, fâbricas, geria hospitais, dispensários, asilos, escolas, marcando presença em quaisquer dimensões da vida social.

### III. A EXPANSÃO ORGANIZACIONAL DA IGREJA E A "ESTADUALIZAÇÃO" DO PODER ECLESIASTICO

Entre 1890 e 1930, foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas, para as quais foram designados, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos, cabendo, respectivamente, ao conjunto dos estados nordestinos, a São Paulo e a Minas Gerais, os percentuais mais elevados no repartimento de circunscrições e prelados. A literatura disponível sobre a história da Igreja Católica no Brasil trata esses números como indicadores de uma expansão bem sucedida da organização eclesiástica, dispensando quaisquer indagações acerca dos princípios e diretrizes político-institucionais que condicionaram esse processo de ocupação territorial, das características sociais e doutrinárias dessa leva considerável de dirigentes ou a respeito dos frutos materiais e políticos da gestão empreendida por esses prelados.

As razões subjacentes à concentração regional das novas circunscrições eclesiásticas são bastante diferenciadas, embora revelem quase sempre uma parcela de cálculo político no processo decisório relativo à ocupação territorial. A organização eclesiástica foi inteiramente estadualizada. Até 1890, as doze dioceses existentes estavam situadas em dez províncias e nove capitais afora aquela sediada na corte. No período 1890-1930, as outras onze capitais estaduais foram também convertidas em sedes diocesanas.

A continuidade do esforço expansionista nos esta

QUADRO I - CONCENTRAÇÃO REGIONAL DAS NOVAS CIRCUNSCRIÇÕES  
ECLESIÁSTICAS (1890-1930) (\*)

REGIÃO/ESTADOS	SITUAÇÃO ANTERIOR (Nº)	NÚMERO DE NOVAS DIOCESES	PORCENTAGEM (%)
. Nordeste/Norte	4	14	25
. São Paulo	1	12	22
. Minas Gerais	2	10	18
. Estados do Sul	1	9	16
. Bahia/Espírito Santo	1	4	7
. Rio de Janeiro	2	4	7
. Centro-Oeste	2	3	5
<b>TOTAIS</b>	13	56	100

(\*) Estão excluídas deste quadro as 18 prelazias e as 3 prefeituras apostólicas criadas no mesmo período e destinadas ao trabalho missionário junto às populações indígenas, quase sempre entregues aos cuidados de ordens e prelados estrangeiros e, por isso mesmo, menos permeáveis aos choques internos de interesses, pelo menos na quela época.

**QUADRO II - LISTAGEM DAS DIOCESES NOVAS (1890-1930) (\*)**

DIOCESES NOVAS	ESTADO	ANO DE CRIAÇÃO
<b>NORTE/NORDESTE</b>		
. Manaus	Amazonas	1892
. Paraíba	Paraíba e Rio Grande do Norte	1892
. Maceió	Alagoas	1900
. Teresina	Piauí	1905
. Natal	R.G. do Norte	1909
. Aracaju	Sergipe	1910
. Pesqueira	Pernambuco	1910
. Cajazeiras	Paraíba	1914
. Crato	Ceará	1914
. Sobral	Ceará	1915
. Penedo	Alagoas	1916
. Garanhuns	Pernambuco	1918
. Nazaré	Pernambuco	1918
. Petrolina	Pernambuco	1923
<b>SÃO PAULO</b>		
. Botucatu	São Paulo	1908
. São Carlos do Pinhal	São Paulo	1908
. Ribeirão Preto	São Paulo	1908
. Taubaté	São Paulo	1908
. Campinas	São Paulo	1908
. Sorocaba	São Paulo	1924
. Santos	São Paulo	1924
. Bragança	São Paulo	1925
. Cafelândia	São Paulo	1926
. Jaboticabal	São Paulo	1927
. Rio Preto	São Paulo	1927
. Assis	São Paulo	1928
<b>MINAS GERAIS</b>		
. Pouso Alegre	Minas Gerais	1901
. Campanha	Minas Gerais	1907
. Uberaba	Minas Gerais	1907
. Montes Claros	Minas Gerais	1910
. Arassuaí	Minas Gerais	1913
. Caratinga	Minas Gerais	1915
. Guaxupé	Minas Gerais	1916

## (CONTINUAÇÃO DO QUADRO II)

DIOCESES NOVAS	ESTADO	ANO DE CRIAÇÃO
. Aterrado	Minas Gerais	1918
. Belo Horizonte	Minas Gerais	1921
. Juiz de Fora	Minas Gerais	1925
<b>ESTADOS DO SUL</b>		
. Curitiba	Paraná e Santa Catarina	1892
. Florianópolis	Santa Catarina	1908
. Pelotas	R.Grande do Sul	1910
. Uruguaiana	R.Grande do Sul	1910
. Santa Maria	R.Grande do Sul	1910
. Ponta Grossa	Paraná	1926
. Jacarezinho	Paraná	1926
. Joinville	Santa Catarina	1927
. Lages	Santa Catarina	1927
<b>BAHIA/ESPIRITO SANTO</b>		
. Espírito Santo	Espírito Santo	1895
. Barra	Bahia	1913
. Caetité	Bahia	1913
. Ilhéus	Bahia	1913
<b>RIO DE JANEIRO</b>		
. Niterói	Rio de Janeiro e Espírito Santo	1892
. Campos	Rio de Janeiro	1922
. Barra do Piraí	Rio de Janeiro	1922
. Valença	Rio de Janeiro	1925
<b>CENTRO-OESTE</b>		
. Corumbá	Mato Grosso	1910
. São Luís de Cáceres	Mato Grosso	1910
. Porto Nacional	Goiás	1915

(\*) O Quadro não inclui as 18 prelazias "nullius" (Santarém, Rio Branco, Conceição do Araguaia, Registro do Araguaia, São Peregrino, Senhor Bom Jesus de Gurgueia, São José de Grajaú, Bananal, São José do Tocantins, Porto Velho, Lábrea, Foz do Iguaçu, Marajó, Guamã, Santana de Jataí, Diamantino, Guajarã-Mirim, Paracatu) e as 3 prefeituras apostólicas criadas nesse período (Rio Negro, Alto Solimões, Teffé).

dos do nordeste deveu-se sobretudo à premência em resguardar posições num dos mais importantes terrenos de luta e concorrência no campo religioso brasileiro da época. Na impossibilidade de incorporar ou domesticar os movimentos de Canudos e Joazeiro (1), a organização eclesiástica buscou fechar o cerco em torno dessas ameaças de cisma, revigorando os serviços religiosos nas regiões vizinhas de modo a prevenir surtos idênticos de heresia capazes de por em risco os interesses da Igreja. Tirante a diocese de Manaus e as cinco dioceses instaladas nas capitais nordestinas (Paraíba, Maceió, Teresina, Natal e Aracaju), as outras oito dioceses criadas na região nordestina como que configuram uma espécie de cinturão de segurança em torno de Joazeiro.

Pesqueira e Garanhuns, centros de abastecimento e entrepostos comerciais de peso no agreste pernambucano, se consolidaram como postos avançados para o sertão em função da

---

(1) Acerca da repercussão e efeitos desses movimentos sobre a organização eclesiástica brasileira, consultar Ralph Della Cava, Milagrê em Joazeiro, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, onde analisa em profundidade o caso cearense; Douglas Teixeira Monteiro, Os Errantes do Novo Século, um Estudo sobre o Surto Milenarista do Contestado, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1974; do mesmo autor, o artigo-síntese "Um confronto entre Joazeiro, Canudos e Contestado", in Boris Fausto (org.), O Brasil Republicano, III, 1889-1930, São Paulo, Difel, 1977, pp. 41/92; Maurício Vinhas de Queiroz, Messianismo e Conflito Social no Brasil. A Guerrra Sertanejo do Contestado, 1912/1916, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966; Maria Isaura Pereira de Queiroz, La Guerre Sainte au Brésil: le Mouvement Messianique du Contestado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957, e O Messianismo no Brasil e no Mundo, São Paulo, Dominus/EDUSP, 1965.

passagem das estradas de ferro, "cidades ponta de trilhos" que ampliaram seu raio territorial de influência<sup>(2)</sup>; Petrolina e Cajazeiras, centros medianos na divisa entre a Bahia e o Ceará, a primeira um empório comercial geminado a Juazeiro(BA), capital do médio São Francisco (margem esquerda) cuja influência alcança sertões do Piauí e Goiás, operando como centro redistribuidor de produtos chegados a Juazeiro e núcleo das transações comerciais com o alto sertão de Pernambuco e o nordeste do Piauí, e a segunda situando-se nos confins do sertão paraibano na vizinhança da região do Cariri, justamente a área sob a liderança político-religiosa do Padre Cícero. Sobral e Crato se colocam entre as mais importantes praças sertanejas, a primeira como centro distribuidor da produção econômica proveniente do vale do Acaraú, dos sertões de Santa Quitéria e de Cratêus, na confluência de diversas estradas e lugar de passagem para o Piauí, enquanto Crato, capital do Cariri, já era o núcleo urbano mais desenvolvido do sul cearense, verdadeira capital de uma região fértil, a doze quilômetros de Juazeiro que o Padre

---

(2) A maioria das informações relativas à situação espacial e econômica das cidades elevadas à categoria de sedes diocesanas foi extraída da série Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Rio de Janeiro, IBGE, 1960. Sobre as cidades-sedes em Pernambuco e Minas Gerais, ver ainda, respectivamente, Robert M. Levine, A Velha Usina, Pernambuco na Federação Brasileira, 1889-1937, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, pp. 32/51, 57/86, e John D. Wirth, O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

Cícero não logrou converter em sede diocesana<sup>(3)</sup>. Crato e Sobral eram ainda servidas pela Rede de Viação Cearense desde o século passado, a primeira como "cidade ponta de trilhos" do tronco que cobria a região do Cariri, e a segunda como estação do tronco que se estendia até Cratêus. Afora as razões de ordem econômica, Cajazeiras e Crato se tornaram sedes diocesanas sobretudo em função dos interesses eclesiásticos empenhados em erigir frentes capazes de resistir aos avanços de Joazeiro, mas também por abrigarem, respectivamente, o seminário menor e o renomado colégio religioso do Pe. Rolim. Nazaré(PE), situada na faixa setentrional da zona da mata, e Barra(BA), às margens do Rio São Francisco, eram centros urbanos que se destacavam pela força política da aristocracia rural local.

Muito embora as motivações derivadas das lutas religiosas do período culminando com a perda do Ceará para a liderança cismática do Padre Cícero tenham constituído o princípio-chave da política eclesiástica de ocupação territorial na região nordestina, razões de ordem econômica, facilidades de transporte e acesso, o dimensionamento das áreas vizinhas de influência em termos de recursos mobilizáveis em favor do patri

---

(3) A respeito da concorrência Crato-Joazeiro, ou melhor, entre o arcebispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira, apoiado no então vice-reitor do Seminário do Crato, o "vira-casaca" Padre Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, futuro primeiro bispo do Crato por conta de sua adesão e lealdade irrestrita ao "partido" de D. Joaquim contra o Padre Cícero, ambos querendo fazer, respectivamente, de Crato e Joazeiro, a nova sede diocesana na conturbada região do Cariri, consultar o relato circunstanciado de Ralph Della Cava, op.cit., pp. 140 e segs..

mônio diocesano, também entraram em linha de conta para definição das prioridades dessa política.

O reparte do território paulista e da região sul de Minas Gerais constituiu, por exemplo, a resposta pronta e lucrativa da hierarquia às frentes de prosperidade impulsionadas pela expansão do café. As dioceses de Campinas, São Carlos do Pinhal, Ribeirão Preto, estavam situadas nas duas linhas férreas, as Companhias Paulista e Mogiana, que serviam ao chamado 'oeste paulista', principal região de expansão cafeeira nas últimas duas décadas do império, também favorecida pela imigração em massa de colonos italianos. A área de influência dos diversos ramais da Mogiana abrangia Poços de Caldas e outras cidades do sul mineiro, desde então incorporado à órbita econômica de São Paulo. É o caso de Pouso Alegre, também elevada à condição de diocese, beneficiária do ramal ferroviário ligado a São Paulo, na região próxima a Campinas. Quatro das dez dioceses mineiras do período foram instituídas em cidades incrustadas em regiões econômicas dependentes da esfera de influência paulista: a diocese criada na cidade de Uberaba, centro pecuário, agrícola, comercial e bancário do Triângulo Mineiro, e as três dioceses implantadas no sul mineiro, Pouco Alegre, Campanha e Guaxupé, regiões que, nas palavras de Wirth, "são extensões lógicas do interior de São Paulo"<sup>(4)</sup>. Aliás a região sul de Minas assumiu a dianteira durante o período em questão, quer em termos de concentração demográfica e riqueza econômica,

---

(4) A respeito do caso mineiro, consultar John D. Wirth, op. cit., p. 41/2.

quer em termos de poder político. Essa mesma região sul constituiu, em fins do século passado, a principal área de imigração italiana no estado mineiro, dispondo ainda de "uma rede bem articulada de rotas de transporte, que adquiriram suas modernas feições durante o grande 'boom' do café e a fase de construção de estradas de ferro entre 1850 e 1900"<sup>(5)</sup>. Tendo-se beneficiado com a parte do leão em termos de população, produtividade, transportes, poder político, serviços urbanos, não é de estranhar o fato de ter sido brindada com a criação de três dioceses.

As demais circunscrições paulistas e mineiras instituídas entre 1890-1930 foram sendo implantadas nos principais centros regionais, ou então, em postos avançados das frentes de expansão econômica. Assim, foram elevadas à categoria de sedes diocesanas as cidades de Campinas, Taubaté e Santos no estado de São Paulo, de Juiz de Fora e Belo Horizonte em Minas Gerais. A região setentrional de Minas Gerais foi contemplada com a diocese de Montes Claros, "cidade ponta de trilhos" com a extensão da Estrada de Ferro Central do Brasil a Curvelo em 1905, até Montes Claros em 1926. A zona da Mata mineira também foi se deslocando progressivamente das cidades ao sul abaixo de Leopoldina em direção à fronteira do Leste, fazendo com que Caratinga, outra nova sede diocesana, passasse a integrar a lista das quinze principais cidades do estado em termos de renda municipal em meados dos anos trinta. A criação da diocese de Caratinga também serviu aos desígnios políti-

---

(5) Id., *ibid.*, p. 61.

cos dos grupos dirigentes mineiros na contenda territorial envolvendo ampla área litigiosa na fronteira leste com o estado do Espírito Santo, a qual acabou sendo incorporada sob jurisdição da diocese de Caratinga por empenho direto do arcebispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta.

O reparte das circunscrições eclesiásticas expressa ainda o reconhecimento à folha de serviços prestados pelas principais lideranças do episcopado da época, refletindo o poder de pressão de que dispunham junto a seus pares, à nunciatura e ao próprio Vaticano. A margem de influência desses líderes pode ser aferida pela quantidade de promoções ao episcopado feitas sob sua chancela. A criação da província eclesiástica de São Paulo e a ampla redivisão do estado durante a Primeira República ocorreu na gestão D. Duarte Leopoldo e Silva. Três das quatro dioceses instaladas em Pernambuco no mesmo período foram decisões tomadas ao tempo em que D. Sebastião Leme esteve a frente da arquidiocese de Olinda e Recife. A esfera de influência de D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, ocupante da sede episcopal da Paraíba durante 41 anos — a gestão mais duradoura em toda a Primeira República — extravasou as fronteiras de seu estado estendendo-se a todo o norte-nordeste, tendo logrado indicar seus auxiliares de confiança para o Piauí, Sergipe, Pernambuco, Bahia e Amazonas. As três dioceses do sul de Minas, Pouso Alegre, Guaxupé e Campanha, viabilizaram a liderança de D. Nery que incorporou aquela região como área de influência da diocese de Campinas.

A expansão organizacional da Igreja tomou o feito de um processo de "estadualização" do poder eclesiástico. Tendo perdido o status oficial de "ramo da administração pública", destituída dos privilégios inerentes à condição de corporação subsidiada, e sem poder contar com o respaldo de qualquer segmento de peso na coalizão à testa do novo regime republicano, os detentores dos postos de decisão na alta hierarquia concentraram seus esforços e investimentos na área mais próxima de influência.

A política de implantação das novas circunscrições respeitou as fronteiras territoriais dos estados. Ao brindar todos os estados brasileiros com pelo menos uma diocese, a Igreja passou a dispor de um sistema interno de governo que se puatava pelas linhas de força que presidiram à montagem do pacto oligárquico, vale dizer, o atendimento ao requisito mínimo de uma diocese mesmo nos estados menores não cerceou a concentração de recursos organizacionais -- circunscrições, dignitários, seminários, escolas, pessoal eclesiástico, etc. -- nos estados hegemônicos do regime republicano (pela ordem, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia).

A política de "estadualização" foi implementada através de estratégias diferenciadas conforme o peso político e a contribuição econômica de cada unidade federativa para a manutenção do pacto oligárquico e, conseqüentemente, em função da margem de influência e prestígio já conquistada pela Igreja, do grau de receptividade à sua contribuição por parte dos círculos

culos dirigentes locais e do potencial de mobilização dos católicos como grupos articulados de pressão a ponto de influir sobre as decisões governamentais suscetíveis de afetar as áreas vitais de interesse para a própria organização eclesiástica.

É possível identificar duas modalidades básicas de estratégias adotadas pela hierarquia eclesiástica no contexto mais geral da política de "estadualização". Naqueles estados menos importantes em termos do valor de sua contribuição econômica, demográfica e política, a organização eclesiástica buscou assentar suas possibilidades de expansão e consolidação em alianças explícitas com alguma das facções oligárquicas dominantes. Na Paraíba do Norte, no Espírito Santo, em Mato Grosso, entre outros, onde a luta política se resumia à competição feroz envolvendo alguns poucos clãs e lideranças de estilo coronelista, os dirigentes eclesiásticos se viram obrigados a sujeitarem suas pretensões expansionistas à proteção dispensada pelas lideranças oligárquicas. Essa tendência podia se traduzir numa aliança de prestação de serviços de que se beneficiavam mutuamente a autoridade episcopal e os chefes oligárquicos, como no caso da Paraíba onde o principal protetor da Igreja, Monsenhor Walfredo Leal, cingiu suas ambições à esfera temporal, deixando caminho livre a D. Adauto como responsável pela condução dos negócios eclesiásticos. No estado do Espírito Santo, os vínculos entre a organização eclesiástica e os grupos dirigentes locais se estreitaram com a designação para o episcopado do lazarista Fernando de Souza Monteiro, filho, irmão e cunhado de presidentes estaduais, um dos herdeiros do clã fami

liar que praticamente monopolizou a vida política capixaba. No caso de Mato Grosso, em meio às lutas violentas e sucessivos golpes de mão, a única solução ao impasse criado pelo equilíbrio instável de forças acabou sendo a indicação de D. Aquino Correia como presidente interino do estado<sup>(6)</sup>.

A outra modalidade de "estadualização" do poder eclesiástico ocorreu nos estados mais desenvolvidos do país. Em Minas Gerais, por exemplo, a prolongada gestão de D. Silvério Gomes Pimenta encontrou condições amplamente favoráveis à sua política de recatolicizar o estado. Valendo-se da receptividade que as diretrizes católicas obtinham junto a segmentos majoritários da população e do apoio ostensivo de setores dirigentes de peso inclusive no interior do partido republicano estadual, D. Silvério logrou restaurar a influência político-doutrinária da Igreja através de campanhas institucionais e de novas associações. Dispunha desde logo de recursos organizacionais de vulto como a rede de seminários e escolas secundárias católicas, entre elas as principais casas de formação das elites como o Colégio Caraça, dirigido pelos lazaristas. Tendo que enfrentar, desde fins do século passado, a concorrência dos ginásios estaduais (em Belo Horizonte e Barbacena,

---

(6) A esse respeito, consultar Afonso Arinos de Melo Franco, Rodrigues Alves, Apogeu e Declínio do Presidencialismo, 2 vols., Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, cap. 3 do livro VI, vol. II, "Intervenção em Mato Grosso", pp. 503/514; Edgar Carone, A República Velha (Instituições e Classes Sociais), São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, 2a. parte, "Oligarquias Agrárias", p. 151 e segs., 3a. parte, "Oligarquias", p. 267 e segs., e do mesmo autor, A República Velha (Evolução Política), São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

por exemplo) e daqueles instalados pelas denominações protes<sup>u</sup> tantes (em Juiz de Fora e Belo Horizonte, por exemplo)<sup>(7)</sup>, foi enérgica a reação católica oficial orquestrada por D. Silvério para minorar as perdas acarretadas pela separação do Estado.

Ainda em 1891, os católicos obtiveram ganho de causa contra a secularização da educação pública e a favor da instrução religiosa. O governo João Pinheiro cancelou essa prerrogativa e sustou as subvenções concedidas aos seminários. Novamente, os grupos católicos leigos sob tutela da hierarquia desencadearam intensa campanha pela imprensa, organizaram congressos e mobilizaram as bases católicas. O grupo leigo União Popular aprontou manifesto com mais de duzentas mil assinaturas, reivindicando permissão para o ensino de religião nas escolas públicas fora do horário normal. Organizada pelos padres redentoristas de Belo Horizonte em 1909 a fim de congregar operários e estudantes, a União Popular abriu filiais em todo o estado, passou a controlar a Federação de Associações Católicas e patrocinou diversos congressos católicos leigos, tendo viabilizado uma frente de trabalhadores, uma liga feminina e a União da Juventude Católica em 1915<sup>(8)</sup>. Já em 1920, o então governador Bernardes atendeu à demanda dos católicos.

(7) Ver John D. Wirth, op.cit., p. 142 e segs.

(8) Os congressos católicos foram realizados em Juiz de Fora (1910) e em Belo Horizonte (1911, 1914 e 1918). O grupo leigo União Popular foi extinto no início dos anos vinte mas a União da Juventude Católica acabou se tornando uma organização nacional em 1928, com a sede transferida para o Rio de Janeiro. A esse respeito, ver John D. Wirth, op.cit., p. 271 e p. 279, nota 31.

O trabalho de mobilização alcançou outros campos de atividade, motivando a criação de associações leigas para jovens (União de Moços Católicos), sociedades beneficentes de trabalhadores, até atingir os setores católicos da elite política estadual. Os frutos dessa aliança logo se fizeram sentir através da recondução sistemática de deputados sintonizados com as demandas da Igreja, da indicação de porta-vozes eclesiásticos nas chapas parlamentares e até mesmo na comissão executiva do PRM. A reação mais contundente às ameaças de "descristianização" vislumbradas na proibição do ensino de religião consistiu na criação de um "partido católico" (o Partido Regenerador), logo desativado diante do êxito alcançado nas demais frentes de combate, e mais tarde redivivo através do Centro Popular Mineiro, baluarte das causas católicas e "árbitro" de quais candidatos estariam dispostos a defendê-las. Em 1928, a instrução religiosa foi restabelecida nas escolas públicas. Os ganhos da Igreja também se traduziram em termos do volume de recursos arrecadados pelos bispos em suas visitas pastorais, bem como das doações e subsídios governamentais aos empreendimentos eclesiásticos<sup>(9)</sup>. Por sua vez, os gestos políticos da hierar

---

(9) As ligações estreitas entre os círculos dirigentes e a hierarquia eclesiástica em Minas Gerais podem ser melhor exemplificadas através da gestão de D. João Antônio dos Santos em Diamantina (1863-1905). Filho do encarregado da Real Fundição de Ouro da Vila do Príncipe, neto pelo lado paterno do guarda-mor das minas do Serro, irmão de Antônio Felício dos Santos, comerciante de diamantes e revolucionário de 1842, de Joaquim Felício dos Santos (1828-1895), o autor das Memórias do Distrito Diamantino e do Projeto do Código Civil, cunhado do Barão de Guaicuí (1814-1879), de Pedro de Alcântara Machado, deputado, revolucionário de 1842 e mais tarde diretor do Banco do Brasil, de Feliciano Amador

quia em favor da elite política se manifestaram sobretudo através dos ganhos territoriais validados pela criação ou ampliação de circunscrições eclesiásticas. Mariana passou da condição de sufragânea da Bahia à categoria de província eclesiástica, tendo Goiás, Diamantina e Pouso Alegre, como dioceses sufragâneas; a diocese de Caratinga incorporou a zona contestada ao Espírito Santo na Serra dos Aimorês; a nova capital estadual, Belo Horizonte, tornou-se sede diocesana.

A outra modalidade de "estadualização" consistiu nas alianças políticas firmadas pela Igreja com classes ilus-

---

(Continuação da nota 9)

dos Santos, explorador de diamantes, tio de Antônio Felício dos Santos (1843-1891), médico, político, escritor e líder católico, e dos ministros Antônio Olinto dos Santos Pires (1860-1925) e Francisco Sá (1862-1936), D. João construiu um novo edifício para o Seminário de Diamantina em 1867, fundou o Colégio de Nossa Senhora das Dores com o Asilo de Órfãos, e criou uma fábrica de fiação e de tecidos de algodão, em Biribiri, a treze quilômetros da cidade, com recursos angariados entre seus familiares, tendo adquirido a maquinaria nos Estados Unidos. Inaugurada em 1877, a fábrica mantinha oficinas de tinturaria, de lapidação de diamantes e de fundição de metais, sob a administração de uma sua cunhada. Os dados acima foram extraídos de José Teixeira Neves, "Aspectos do século XIX na vida de um prelado mineiro: atividades e influência de Dom João Antonio dos Santos, 1º Bispo de Diamantina", in Revista do Livro, XX, dezembro de 1960, pp. 49/59. A respeito das doações e subsídios concedidos a D. Silvério Pimenta pelo governo estadual, ver John D. Wirth, op.cit., p. 239. Apenas a título de exemplo, os saldos arrecadados durante as visitas pastorais de 1905 e 1906 se deveram às seguintes rubricas, respectivamente: 13.763 crismas sendo 3.225 sem esportula e 5.663 comunhões, 2.768 comunhões e 13.355 crismas sendo 1.794 gratuitas. Tais cifras se encontram, detalhadas para todos os anos de visita pastoral, na obra de autoria de D. Joaquim Silvério de Souza (1859-1933), Vida de D. Silvério Gomes Pimenta, já citada.

tres de algumas oligarquias estaduais. Em meio a conjunturas locais extremamente diversas, tais alianças garantiram o apoio institucional e financeiro às pretensões expansionistas da organização eclesiástica. Na Paraíba do Norte, no Espírito Santo e em Mato Grosso, por exemplo, a aproximação entre a hierarquia local e os setores oligárquicos sucedeu, via de regra, através de figuras de proa desses clãs familiares que acabaram guindados à posição episcopal em seus estados de origem.

Descendentes de fazendeiros abastados e pioneiros da cultura do café em Cachoeiro do Itapemirim, o centro político mais importante do estado, os irmãos Jerônimo, Fernando e Bernardino de Souza Monteiro praticamente monopolizaram a política capixaba na República Velha. Ao longo das quatro décadas do antigo regime republicano, a família Souza Monteiro cumpriu três mandatos completos (12 anos) à frente do executivo estadual, primeiro com Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912), depois através de Bernardino de Souza Monteiro (1916-1920) e, finalmente na pessoa do cunhado, o empreiteiro e engenheiro Florentino Ávidos (1924-1928). Enquanto o primogênito Antônio assumia a direção da fazenda paterna, os três irmãos Souza Monteiro faziam os estudos secundários no Caraça, sob orientação dos lazaristas franceses. Jerônimo completou os preparatórios no Colégio São Luís em Itu(SP), Fernando e Bernardino ingressaram no Seminário do Rio Comprido(RJ). Jerônimo e Bernardino, os futuros políticos da família, acabaram se formando em direito na faculdade paulista, enquanto Fernando ingressava como noviço na ordem lazarista, daí tendo sido enviado ao Seminário de São Sulpício em Paris onde foi ordenado presbítero aos 24 anos (1890). Ainda aca-

dêmico, Jerônimo foi designado promotor público em Cachoeiro do Itapemirim, sendo eleito deputado estadual em 1895 pela corrente Muniz Freire e chegando à Câmara Federal na legislatura de 1897. Em função de desentendimentos com a corrente munizista, foi excluído da chapa de deputados federais na legislatura seguinte (1900-1904), fundando então o Partido da Lavoura que lançou candidato próprio à presidência estadual. Nesse curto período de ostracismo político, advogou primeiro em Cachoeiro (até 1903) e depois em Santa Rita do Passa Quatro, cidade onde residia a família de sua esposa. De regresso da Europa, Fernando ajudou a fundar o primeiro seminário menor de sua congregação no país, sendo em seguida designado bispo do Espírito Santo em 1902. Bernardino, por sua vez, também se tornou um quadro militante contra a hegemonia da corrente Muniz Freire, na qualidade de vereador em Cachoeiro e, já em 1907, como deputado estadual.

Em meio à crise econômica motivada pelo declínio dos preços do café e dada a insolvência do erário estadual para fazer face aos empréstimos contraídos para construção da estrada de ferro no sul capixaba, os irmãos Souza Monteiro são convocados como negociadores de uma saída. Como prêmio aos serviços prestados pelo bispo D. Fernando, o primeiro a ser convidado a assumir o executivo estadual, Jerônimo acaba se viabilizando como nome de consenso para o governo estadual. A solução encontrada não poderia ter sido mais benfazeja aos empreendimentos da gestão D. Fernando que, antes mesmo da ascensão do irmão, já vinha participando de inaugurações de obras públicas, contratando missões estrangeiras, promovendo conferências religiosas e intervindo nas contendas entre grupos políticos desejosos de manter controle sobre as irmandades leigas. Durante o governo do irmão, D. Fernando obteve um montante

apreciável de recursos a favor de suas principais obras e iniciativas: a construção de prédio próprio para o Colégio Diocesano dirigido pelos redentoristas, o novo prédio da Santa Casa de Misericórdia, a fundação do Asilo Coração de Jesus, a reforma do edifício do Carmo. O apoio firme do irmão governador e do outro com assento no Senado contribuiu para a solução favorável de inúmeras pendências envolvendo interesses eclesiásticos: a equiparação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora à escola normal do estado, fundada em atenção a um requerimento assinado pelo bispo; a devolução pelo governo federal do antigo convento do Carmo às religiosas; a interdição do seqüestro dos bens dos franciscanos que fora determinada pelo Ministério da Justiça<sup>(10)</sup>.

Na Paraíba do Norte, D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques se valeu do apoio político de Monsenhor Walfredo Leal (seu amigo íntimo e dileto) e dos irmãos Machado, dirigentes de uma das facções oligárquicas dominantes nas primeiras décadas do regime republicano, todos eles conterrâneos da cidade de Areia onde eram colegas de infância e dos ban

---

(10) Os materiais a respeito da família Sousa Monteiro foram compulsados nas seguintes obras: José Teixeira de Oliveira, História do Estado do Espírito Santo, 2a. ed., Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo/IBGE, 1975 (1a. edição, 1951), cap. XIX, p. 406 e segs.; Maria Stella de Novaes, História do Espírito Santo, Vitória, Fundo Editorial do Espírito Santo, 455 pp., s.d.; da mesma autora, O Presidente Jerônimo de Souza Monteiro; Rio de Janeiro, D.A.S.P., série Pequenos Estudos sobre Administradores Brasileiros, vol. 14, 1960, 92 pp. e Um Bispo Missionário (Dom Fernando de Souza Monteiro), prêmio ABL, 1952.

cos escolares<sup>(11)</sup>. Tanto o bispo paraibano como o político de batina haviam persistido na carreira eclesiástica por força do grande empenho de suas famílias e dos favores materiais recebidos para custear a formação de ambos. Haviam estudado em Roma por um período prolongado. De volta ao Brasil, o então jovem padre Leal assumiu o posto de vigário colado na freguesia de Guarabira, município de Areia, base eleitoral do Partido Republicano que mais tarde irá fundar associado aos irmãos Machado. Após lecionar uns tempos no Seminário de Olinda, D. Adauto é empossado como bispo da nova diocese da Paraíba (1894) quando Álvaro Machado e Monsenhor Leal ocupavam, respectivamente, os cargos de presidente e vice-presidente estaduais. A facção liderada por Monsenhor Leal (Walfredo Soares dos Santos Leal) comandou o executivo estadual durante onze anos, as duas primeiras gestões através de Álvaro Machado (1892-1896; 1904-1908) e a última tendo a frente João Lopes Machado (1908-1912), outro herdeiro da mesma família de grandes proprietários rurais, médico formado no Rio de Janeiro e ex-deputado estadual em duas legislaturas. A morte de

---

(11) "Das famílias tradicionais de Areia (...) o tronco mais remoto parece ser o de Miranda Henriques (...) Francisco Xavier de Miranda Henriques, o primeiro desse nome, foi nomeado capitão-mor da Paraíba, empossando-se no governo da capitania em janeiro de 1761. Em 1764, após governar a Paraíba um filho seu, de igual nome, é o pai de Nunes Guedes de Miranda Henriques, político conservador, avô do arcebispo (...)", in Luiz Pinto, Octacílio de Albuquerque (Época, Vida, Obra), Rio de Janeiro, Editora Minerva Ltda., 1966, p. 19. A respeito de D. Adauto, Monsenhor Leal e a oligarquia Machado na então Paraíba do Norte, consultar ainda Cel. Delmiro Pereira de Andrade, Evolução Histórica da Paraíba, Rio de Janeiro, Editora Minerva Ltda., coleção Estados do Brasil, vol. VII, 1946; Guilherme (Barão de Studart), O Ceará no tempo de Miranda Henriques, 1892, bem como o repertório biográfico de Liberato Bittencourt, Paraibanos Illustres.

Álvaro Machado e o fim do governo de seu irmão facilitaram a ascensão ao comando situacionista de Epitácio Pessoa com quem Monsenhor Leal também celebra um acordo. O longo domínio exercido pelos irmãos Machado e pelo Padre Leal viabilizou a nomeação de D. Adauto, brindado no dia de sua posse com a cessão à diocese do convento de Santo Antônio para aí ser instalado o novo seminário. Já em 1897, D. Adauto cria o jornal diário A Imprensa, um dos poucos diários católicos do período, que lhe propiciou ampla base de operações no trabalho de revide às campanhas anti-clericais desencadeadas nos primeiros anos de sua gestão.

Nos quase vinte anos de "um dos domínios oligárquicos mais longos do Brasil" durante o qual a família Machado, secundada por Monsenhor Leal, deteve o controle político absoluto na Paraíba, D. Adauto se valeu de condições excepcionalmente favoráveis para impor sua autoridade. Combateu duramente o movimento de Joazeiro e se empenhou em abortar herecias de porte idêntico em sua jurisdição.

Para lograr o cacife político que chegou a dispor dentro e fora da organização eclesiástica, passou a colaborar de perto com os dirigentes oligárquicos, celebrando missas, 'te-deums' e solenes pontificais em dias festivos de posse e natalício, atuando como primeiro celebrante em casamentos, batizados e crismas, de figuras eminentes dos clãs oligárquicos, e até mesmo integrando comitivas oficiais em recepções, formaturas e viagens pelo interior do estado. O saldo obtido por conta dessa colaboração se traduziu sobretudo através da extensão de sua área de influência a praticamente todos os estados do norte-nordeste. Na conjuntura de crise eclesiástica que assolou a região nordestina em fins do século passado, em consequência dos movi-

mentos de Joazeiro e Canudos, a gestão de D. Adauto constituiu uma reação bem sucedida da hierarquia às sucessivas ameaças de heresia e indisciplina que estavam irrompendo no interior da própria organização. Daí o empenho com que se lança à instalação de um seminário-modelo, alternativo às casas tradicionais de Olinda e Fortaleza, onde poderá recrutar seus colaboradores mais chegados, a maioria deles designados para os postos episcopais que foram se abrindo na região.

Assim como os irmãos Machado, Monsenhor Leal e o próprio D. Adauto pertenciam a famílias ligadas à propriedade rural, os integrantes da panela de D. Adauto foram selecionados em função de critérios idênticos de representatividade dos interesses econômicos, políticos e religiosos dos grupos dirigentes em nível local. D. Joaquim Antônio de Almeida, D. Manoel Antonio de Paiva e D. Santino Maria da Silva Coutinho, este último herdeiro da família proprietária do engenho Avarzeado em Guarabira, base política de Monsenhor Leal, eram filhos de senhores de engenho.

A indicação de D. Moisés Sizenando Coelho para a diocese de Cajazeiras explica-se em função dos interesses de longo prazo da organização eclesiástica. Na qualidade de parente próximo do "santo e sábio Padre Mestre Inácio de Souza Rolim", fundador do famoso colégio "Pe. Rolim" naquela cidade, de cujas mãos recebeu a primeira comunhão, e irmão do Padre Sabino Coelho, pároco de São Lourenço da Mata (PE), o primeiro bispo de Cajazeiras estava social e politicamente habilitado a en-

frentar o trato dos interesses da Igreja numa circunscric̃o particularmente exposta à influênc̃a de Joazeiro. Diante de sucessivos atos de indisciplina no clero nordestino, o "herdeiro" do Pe. Rolim garantia o êxito do cerco ao movimento liderado pelo Padre Cícero.

A designaçãõ de D. José Ireneo Joffily, outro protegido de D. Adauto, revela os critérios ideais de recrutamento que guiavam a seleçãõ de nomes para o episcopado. A família do candidato em questãõ era fruto de um consórcio entre poderosos interesses econômicos associados à linhagem materna e um apreciável capital social e cultural amealhado pelo pai ao longo de uma acidentada carreira política e intelectual que culmina com seu ingresso nos quadros da liderança católica leiga.

José Ireneo Joffily descendia, pelo lado materno, do capitãõ João Martins Torres Brasil, um dos maiores criadores de toda a província paraibana, abastado senhor de engenho das terras de "Riacho Escuro", de "Riacho Amarelo", dono de muitos escravos e, pelo lado paterno, do tenente-coronel da Guarda Nacional, José Luiz Pereira da Costa, outro grande proprietário de terras e senhor de engenho. O pai do futuro prelado, Irenêõ Ceciliano Pereira da Costa, herdara os vultosos bens imóveis deixados pelo pai além de desfrutar da esmerada formaçãõ escolar que lhe proporcionou seu padrasto, o tenente da Guarda Nacional Joaquim Antonio de Santiago Lessa, possuidor de invejável patrimônio. Irenêõ frequentou o Colégio do Padre Rolim, passando em seguida oito anos em Recife onde concluiu os cursos colegial e superior. Após um breve período como magis

trado, começou a advogar e a colaborar na imprensa da capital paraibana, tendo sido eleito deputado provincial em seis legislaturas (1868/9; 1878/9; 1880/1; 1884/5; 1886/7; 1888/9), lançando-se em 1887 empresário de uma oficina tipográfica e do diário Gazeta do Sertão. Embora eleito deputado geral em 1889, a instalação do regime republicano cortou rente suas pretensões políticas, inviabilizando a manutenção de seu jornal com fortes inclinações monarquistas. A escassez de anúncios, a circulação irregular e sucessivos reveses políticos culminam com o empastelamento do jornal em 1891. Foi nessa penosa conjuntura de crise profissional e pessoal que Joffily, já leproso, ingressou no Partido Católico, que lhe garantiu legenda para se candidatar ao Senado. A derrota nessa eleição e o empastelamento de seu jornal em 1892 liquidam sua carreira política, passando desde então até sua morte em 1902 a colaborar regularmente na imprensa carioca e a redigir trabalhos históricos. A despeito da queima de muitas reservas financeiras nos últimos anos de vida em que fora excluído das lides parlamentares, Joffily deixou fortuna considerável em terras, gado e dinheiro vivo. Portanto, a escolha de seu primeiro filho homem (o recém ordenado João Irêneo Joffily) para o corpo episcopal significou um ato de gratidão por parte da hierarquia que prestava assim homenagem a um líder leigo que, embora tardiamente, havia dado uma contribuição relevante ao 'partido' dos interesses da Igreja<sup>(12)</sup>.

---

(12) Os materiais biográficos relativos aos prelados da panela constituída por D. Adauto foram coligidos na obra citada do Pe. Francisco Lima, bem como em José Joffily, Entre a Monarquia e a República (Idéias e Lutas de Irenéo Joffily), Rio de Janeiro, Livraria Kosmos Editora, 1892.

Tanto no nordeste como em outros estados do país, havia inúmeras lideranças políticas saídas do clero, algumas delas exercendo considerável influência em nível estadual como no caso dos irmãos Campos em Sergipe. O que distinguia D. Adauto do Cônego Campos, senador republicano, não era propriamente a posição e as reservas quase inexauríveis de poder político de que dispunham em seus respectivos estados. D. Adauto se valeu das relações com os círculos oligárquicos para carrear recursos, subsídios e favores em prol da organização eclesiástica, enquanto o Cônego Campos, Monsenhor Leal e outros líderes clericais de porte idêntico, colocaram suas insígnias eclesiásticas e a autoridade associada ao fato de serem membros por inteiro da corporação a serviço de suas pretensões de mando na esfera leiga e temporal.

#### IV. AS MATRIZES SOCIAIS DO EPISCOPADO

Em face dos desafios institucionais com que a Igreja passou a se defrontar após a separação e, sobretudo, da urgência de acomodar soluções locais para a constituição de um patrimônio diocesano nas novas circunscrições, cumpre sublinhar o sentido de oportunidade política com que as instâncias e os quadros decisórios da organização se amoldaram às diversas conjunturas regionais por ocasião da escolha dos integrantes do episcopado. Ao lado dos condicionantes sociais que presidiam ao processo de formação dos diversos grupos dirigentes no país, considerações caracteristicamente institucionais interferiram de perto sobre os princípios de recrutamento para as posições mais elevadas no interior da hierarquia.

O perfil social do episcopado brasileiro ao longo da República Velha traduz, de um lado, o empenho na consolidação da máquina organizacional através da imposição de linhas hierárquicas de comando e autoridade e, de outro lado, viabiliza tais metas organizacionais através de sólidas alianças com setores oligárquicos. O intento de atrair ao corpo episcopal filhos de famílias ilustres da classe dirigente e a consagração de uma cota mínima de padres de origem humilde, educados às custas do patrocínio eclesiástico, ou melhor, social e politicamente desamparados fora da organização, constituíram os princípios de composição dos altos escalões eclesiásticos que melhor pareciam se ajustar às pretensões de influência da Igreja nas circunstâncias da época. Entre esses dois grupos, situam-se os descendentes de linhagens tradicionais cujas famí

lias se encontravam em estágio acentuado de declínio social e material e aqueles poucos prelados recrutados nas ordens religiosas cuja ascensão à condição episcopal derivou dos interesses próprios dessas linhas de frente a serviço das políticas pontifícias de 'romanização' (1). Portanto, pode-se explicar o processo de formação da alta hierarquia eclesiástica sob a condição de aliar os determinantes ligados à origem geográfica, familiar e social, àqueles derivados do complexo e prolongado processo de conversão de seminaristas adolescentes em jovens presbíteros que, "levados adiante" como testemunha o sentido etimológico original da palavra prelado, ascenderam à mais altas funções hierárquicas.

Quase 50% dos prelados atuantes na República Velha eram originários dos estados nordestinos, seguidos pelos 20% nascidos e educados em Minas Gerais e pelos 14% provenientes de São Paulo, então a mais dinâmica frente de expansão da organização eclesiástica. Essa distribuição reflete o processo histórico de expansão territorial da organização eclesiástica no país através da implantação de circunscrições, seminários

---

(1) Entre as principais ordens fundadas no contexto da política de "romanização", os maristas e salesianos tiveram um papel importante na expansão organizacional da Igreja brasileira no período em questão. Dos 79 bispos constantes do Quadro III, 15% deles (=12) provinham do clero regular: 5 salesianos (D. Francisco de Aquino Corrêa, os irmãos D. Helvécio e D. Emanuel Gomes de Oliveira, D. Henrique Mourão, D. Antonio de Almeida Lustosa), 5 lazaristas (D. Claudio José Gonçalves Ponce de Leão, D. Antonio Xisto Albano, D. Francisco de Paula e Silva, D. Fernando de Sousa Monteiro, D. Antônio José dos Santos), e 2 franciscanos (D. Basílio Manuel Olímpio Pereira e D. Innocência Engelke).

QUADRO IV - LOCAL DE NASCIMENTO DOS BISPOS (1890-1930) (N = 79)

BISPOS (N= 79)	NASCIDOS EM MINAS GERAIS	NASCIDOS EM SÃO PAULO	NASCIDOS EM (*) ESTADOS DO NORTE-NORDESTE	NASCIDOS EM (**) ESTADOS DO SUL-SUDESTE	OUTROS (***)	NASCIDOS EM CAPITALIS ESTADUAIS	NASCIDOS EM CIDADES GRANDES	NASCIDOS EM FAZENDAS E PEQUENAS VILAS
§	20 (16)	14 (11)	48 (38)	14 (11)	4 (3)	15 (12)	15 (12)	60 (55)

( \*) Inclui Pernambuco (9 = 11%), Ceará (7 = 9%), Bahia (7 = 9%), Paraíba (5 = 6%) e, pela ordem, Alagoas(4), Rio Grande do Norte(2), Sergipe(2), Maranhão(1) e Pará(1).

( \*\*) Inclui Espírito Santo(3), Rio de Janeiro(3), Rio Grande do Sul(2), Santa Catarina(2) e Paraná(1).

(\*\*\*) Inclui Mato Grosso(1) e dois nascidos em países europeus (Alemanha e Portugal).

rios e casas de formação, sendo ainda indissociável do grau de influência organizacional logrado por alguns líderes do episcopado à frente de suas dioceses por mais de duas ou até três décadas. As áreas em questão eram particularmente favoráveis à consecução das políticas organizacionais então em curso, pela conjunção de circunstâncias associadas ao recrutamento e formação de novos quadros, à pujança dos movimentos católicos e aos dividendos materiais e institucionais carreados através de compromissos firmados com círculos oligárquicos.

Os movimentos cismáticos ocorridos em Joazeiro (Ceará) e em Canudos (Bahia) ensejaram uma vívida reação organizacional que tomou a forma de um "cerco" territorial implantado no nordeste, com a multiplicação de seminários e, sobretudo, mediante acordos políticos junto a importantes setores dirigentes. Se bem que por razões distintas, e de consequências mais duradouras a longo prazo, processo idêntico teve lugar nos estados de Minas Gerais e São Paulo, em especial naquelas regiões da Mogiana e do sul mineiro beneficiadas pelo 'boom' do café. Em todos esses casos, a crescente influência da organização eclesiástica esteve estreitamente dependente das prolongadas e bem sucedidas gestões de prelados como D. Adauto na Paraíba, D. Jerônimo na Bahia, D. Leme em Pernambuco, D. Silvério e D. Joaquim Silvério em Minas, D. Duarte e D. Nery em São Paulo.

Com exceção dos 15% de prelados nascidos em capitais estaduais e de outros 15% originários de cidades importantes em seus respectivos estados (Campinas, Cachoeiro, Pelo-

QUADRO IV A - BISPOS DA REPÚBLICA VELHA: ORIGEM SOCIAL, ESCOLAR E CLERICAL; CARREIRA PROFISSIONAL

BISPOS (I) (N = 34)	ANO E LUGAR DE NASCIMENTO	PROFISSÃO DO PAI (OU POSIÇÃO SOCIAL DO PAI)	CAPITAL DE RELAÇÕES FAMILIARES	ANOS DE INGRESSO NO SEMINÁRIO, DE ORDENAÇÃO E DE CONSAGRAÇÃO (LOCAIS)	ESTUDOS E FORMAÇÃO ECLESIASTICA NO PAIS (LOCAIS)	ESTUDOS E FORMAÇÃO ECLESIASTICA NO EXTERIOR (LOCAIS E TÍTULOS)	ANO DE REGRESSO AO PAIS E DURAÇÃO DO ESTÁGIO NO EXTERIOR	GRUPOS E PATRONOS ECLESIASTICOS	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EXTERNA	TRAJETÓRIA EPISCOPAL E ANO DE FALLECIMENTO
D. JOAQUIM JOSÉ VIEIRA	1836 - Itapetininga São Paulo			1883 SECLAR	Sen./São Paulo	NÃO	NÃO		Juazeiro/Padre Cícero	B/Ceará/1883 + 1917
D. LUIS RAIMUNDO DA SILVA BRITO	1840 - São Bento de Paris Maranhão	pequeno comerciante e criador (português) amulatado		1853 - 1864 - 1901 SECLAR	Sen./São Luís/antes estudos c/ 1 prof. partic. Pe. - Liceu do Maranhão	NÃO	NÃO	Cônego Luis Raimundo da Costa Leite	"Questão Religiosa"	B/ARC/OLINDA + 1915
D. SILVÉRIO GOMES PIMENTA	1840 - Congonhas do Campo Minas Gerais	órfão de pai (1849) "Negro"	Alfama Manoel A. Pimenta (tio e padrinho)	1852 - 1862 - 1890 SECLAR	Col. Congonhas (C.V.D.) Sem./Marilena gratuito	NÃO	NÃO	D. Antonio F. Viçoso (padrinho de crisma)	"Questão Religiosa"/Campanhas diversas/Partido Político Católico	Aux/B/ARC/Marilena + 1922
D. CLAUDIO J.G. PONCE DE LEON	1841 - Salvador Bahia	"família nobre e rica" desembargador		1861 - 1867 - 1381 (Paris) (Paris) LAZARISTA		Escola Politécnica/Paris Sem./São Sulpício/Paris	1867 - 6 anos			B/Colônia/1890 B/ARC/P. Alegre/1912 REN./1912 + 1924
D. JOSÉ LOURENÇO DA COSTA AGUIAR	1847 - Sobral Ceará	negociante		1866 - 1870 - 1894 SECLAR	Sen./Fortaleza	Univ. Sto. Apolinário/Roma Col. do; Nobres/Roma Dr./Dir. Civil e Canônico	1889-1893 - 4 anos	D. Macedo Costa	Deputado no Império "Questão Religiosa"	B/Amazonas + 1905
D. FRANCISCO DO REGO MAIA	1849 - Recife Pernambuco			- 1882 - 1895 (ROMA) (ROMA) SECLAR		Univ. Gregoriana/Roma Dr./Direito Canônico Bac./Filosofia		D. Vital	"Questão Religiosa"	B/Riterói B/Belém/1902 REN/1905 + 1908
D. ANTONIO M. DE CASTILHO BRANDÃO	1849 - Mata Grande Alagoas			- 1874 - 1894 (Fortaleza) (Roma) SECLAR	Sen./Olinda		NÃO	D. Vital	"Questão Religiosa" (D. Vital preso, foi condenado no Ceará)	B/Belém B/Macotá/1901 + 1910
D. JERÔNIMO TOMÉ DA SILVA	1849 - Sobral Ceará	coronel da Guarda Nacional	irmão/presidente de províncias	1864 - 1872 - 1890 (Roma) (Roma) (Roma) SECLAR	Fac./Mod./Bahia(Int.)	Univ. Gregoriana/Roma Col. Pio Lat. Amer./Roma Direito/Filosofia/Teologia	1864-1873 - 9 anos	D. Luis Antonio dos Santos	Canudos "Questão Religiosa"	B/Belém/1893 ARC/Salvador/1894 PRIMAIZ + 1904
D. JOAQUIM ARCOVERDE DE A. CAVALCANTI	1850 - Cisternas Pernambuco	proprietário de terras		1866 - 1874 - 1888 (Roma) (Roma) (Roma) SECLAR	Humanidades/Col. Pe. Rollin/Cajazeiras	Col. Rom./Col. Pio Lat. Amer.; Univ. Gregoriana/Roma/Direito/Teologia; Filosofia: Ciências e Letras/Roma	1866-1875 - 10 anos	Pe. Antonio Arooverde de A. Cavalcanti/Prof. Sem./Olinda	"Questão Religiosa" Juazeiro/Canudos 19 Cardeal/BR e A.L.	B/Colônia/1890/REN Coad. suc./B/SP/1893 + 1930 ARC/Cará./RJ/1897 (1 recusa)
D. EDUARDO DUARTE DA SILVA	1852 - Florianópolis (Destacado) Santa Catarina			- 1874 - 1891 (Roma) (Roma) SECLAR	Col. Lazaristas e Jesuítas Sem./S. José/RJ	Col. Pio Lat. Americano Univ. Gregoriana/Roma Direito/Teologia Ciências Naturais/Roma			Conflito c/ Gov. do Estado/Abandona a diocese	B/Colônia/1908 B/Uberaba/1923/REN + 1924
D. JOÃO D'ALMEIDA FERREIRO	1853 - Campesha Minas Gerais			- 1876 - 1909 SECLAR			NÃO	D. Silvério G. Pimenta D. Correa Nery		B/Campanha + 1935
D. ADAUTO AURELIO DE MIRANDA HENRIQUES	1855 - Areia Paraíba do Norte	senhor de engenho	irmãos e primos/senhores de engenho antepassados/políticos ilustres	1875 - 1880 - 1894 (Paris) (Roma) (Roma) SECLAR	Humanidades/Areia Sem./Olinda/1875 (prezo D. Vital)	Sen. São Sulpício/Paris Col. Pio Lat. Americano Univ. Gregoriana/Roma Dr./Direito Canônico	1875-1882 - 7 anos	Monsenhor Walfredo Leal/D. Vital (padrinho de crisma) em Paris 1876/id. las ordens 1877/Roma	Juazeiro/Canudos	(1 recusa - Curitiba) B/Paraíba/ARC + 1935
D. JOSÉ DE CAMARGO BARROS	1858 - Indaetuba São Paulo			1877 - 1833 - 1894 (Roma) SECLAR	Col. São Luís/Itú/Jesuítas Sem./São Paulo		NÃO	D. Lino Deodato	Lutas políticas/Paraná	B/Curitiba/1903 B/São Paulo/1904 + 1906
D. ALBERTO JOSÉ GONÇALVES	1859 - Palmeiras Paraná			1874 - 1882 - 1909 SECLAR	Liceu Paranaense Sem./São Paulo		NÃO		Dep./Const. Repub./Benedictor federal por 10 anos; cargos púb.	B/Ribeirão Preto + 1945
D. JOAQUIM SILVÉRIO DE SOUZA	1859 - S. Miguel de Piracicaba Minas Gerais	fazendeiro (patente de capitão) - "família humilde"		1872 - 1882 - 1902 SECLAR	Col. Caraca/Sem. Mariana(Lazaristas)		NÃO	D. Benevides D. Silvério		Coad./B/Diamantina Aux./RJ ARC/Diamantina/1917 + 1933
D. JOÃO ANTONIO PIMENTA	1859 - Capelinha da Graça Minas Gerais			- 1883 - 1906 SECLAR	Col. Caraca Sem./Diamantina		NÃO	D. Claudio Ponce de Leon		Coad./Suc./P. Alegre B/Montes Claros/1910 + 1943
D. ANTONIO XISTO ALBANO	1859 - Fortaleza Ceará	coronel e Barão de Aratanha, cavaleiro da ordem de São Gregório Magno	pai amigo de D. Luis, mãe benfiteira obras piás/2 irmãos negociantes/Fortaleza	1880 - 1885 - 1901 (Paris) (Paris) LAZARISTA	Ateneu Cearense Col./Lazaristas/Lig. boa (1874-76)	França/I.D.C. e lazaris-tas/São Sulpício	1874-1885 - 11 anos 1895(audiência papal)	D. Luis Antonio dos Santos 1 irmão freira/Paris		B/São Luís/REN/1905 (res./Paris) + 1917
D. JOSÉ MARCONDES HOMEM DE MELO	1860 - Pindamonhangaba São Paulo			- 1883 - 1906 (Roma) SECLAR	Colégio Caraca		NÃO			B/ARC/Belém/1906 B-ARC/São Carlos/1908 + 1937
D. CYRILLO DE PAULA FREITAS	1860 - Capelinha da Graça Minas Gerais			- 1885 - 1905 SECLAR			NÃO			Aux/Diábia/1906 B/Corumbá/1912/REN/1917 + 1947
D. MANOEL ANTONIO DE OLIVEIRA LOPES	1861 - São Gonçalo dos Campos - Bahia			- 1886 - 1908 SECLAR			NÃO		D. Jerônimo Tomé da Silva	COAD/Ceará/1908 B/ARC/Macotá/1910 + 1922
D. QUINTINO RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA	1861 - Quixeramobim Ceará	fazendeiro		1881 - 1887 - 1916 SECLAR	Seminário/Fortaleza		NÃO		D. Joaquim José Vieira	Juazeiro B/Crato/1916 + 1929
D. JOÃO BATISTA CORREIA NERI	1861 - Campinas São Paulo	capataz	clãs familiares decadentes - criado pelos avós paternos - Cel. Euclides Egidio de Souza Arana	1880 - 1886 - 1896 (Roma) SECLAR	Colégio "Culto à Ciência" Campinas/Seminário "S. Paulo" - gratuito		NÃO	D. Joaquim José Vieira Monsenhor João Alves	Campanhas Cívico-Militaristas	B/Esp. Santo/1896 B/Passo Alegre/1901 B/Companha/1900 + 1900
D. ANTONIO AUGUSTO DE ASSIS	1863 - Lagoa Dourada Minas Gerais			- 1892 - 1907 SECLAR			NÃO	D. Nery D. Silvério		COAD/B/Pouso Alegre/1907-1909 B/Quaxipe/1913 - Aux. Mariana/1918 - B. Jaboticabal/1931 + 1923
D. LUCIO ANTUNES DE SOUSA	1863 - Lençóis do rio Verde - Minas Gerais	fazendeiro		1880 - 1890 - 1908 (Roma) SECLAR	Seminário/Diamantina		NÃO	D. João A. dos Santos D. Joaquim Silvério 1 sobrinho-neto padre		B/Botucatu + 1923
D. CARLOTO FERNANDES DA SILVA TAVORA	1864 - Jaguaribe-Mirim Ceará		um irmão padre	- 1889 - 1920 SECLAR			NÃO		irmão padre	B/Caratinga/1920 + 1933
D. MODESTO AUGUSTO VIEIRA	1865 - Brumado do Mato Dentro Minas Gerais			- 1890 - 1910 SECLAR			NÃO		D. Silvério	B/Cócoras/1910 Aux./Marilena/1914 + 1916
D. SANTINO MARIA DA SILVA COUTINHO	1865 - Pilões Paraíba do Norte	senhor de engenho		- 1891 - 1907 (Roma) (Roma) SECLAR		Univ. Gregoriana/Roma Dr./Teologia/Direito Canônico	- 1894 -	D. Adauto 1 irmão Cônego na Paraíba		B/São Luís ARC/Belém/1906 ARC/Macotá/1923 + 1939
D. JOHNS DE ARAÚJO BATINCA	1865 - Penedo Alagoas			- 1888 - 1914 SECLAR			NÃO			B/Penedo/1914 + 1941
D. FRANCISCO DE PAULA E SILVA	1866 - São João Batista do Douradinho Minas Gerais			1888 - 1892 - 1907 LAZARISTA	Colégio do Caraca/MG	Estudos superiores/Paris e Dex (com os lazaris-tas?)				B/São Luís/1907 + 1918
D. OTAVIANO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	1866 - Caraguá R. Grande do Sul			1884 - 1888 - 1914 (Roma) SECLAR	Humanidades/Sem. Diocesano de Porto Alegre; Gin. Imaculada Conceição/S. Leopoldo		NÃO	D. João Becker	Cisão do "Estado de Moura"; conflitos no Maranhão	B/Paim/1914 ARC/São Luís/1923 ARC/B/Campo/1935 + 1949
D. FERNANDO DE SOUZA MONTEIRO	1866 - Cachoeiro do Itapeturinga - E.Santo	fazendeiro do café	3 parentes presidentes do Estado (2 irmãos e 1 cunhado); família ilustre de políticos e (deputado) plantadores.	- 1890 - 1901 (Paris) LAZARISTA	Colégio de Caraca/MG	Seminário de S. Sulpício - Paris			Figura de proca na política carioca em toda sua gestão	B/Esp. Santo/1901 + 1916
D. DUARTE LEOPOLDO E SILVA	1867 - Taubaté São Paulo	alfaiate	família oligárquica decadente; trabalho materno	1887 - 1892 - 1904 (Roma) SECLAR	Escola de Farmácia anexa a Fac. de Medicina/Rio de Janeiro - Seminário/São Paulo					B/Curitiba/1904 B/São Paulo/1906 - ARC/1908 + 1938
D. JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA LOPES	1868 - Recife Pernambuco			- 1892 - 1915 SECLAR		Colégio Pio Latino Americano/Roma				B/Floresta (Pesqueira) + 1947
D. JOAQUIM ANTONIO DE ALMEIDA	1868 - Goiânia R. Grande do Norte	proprietário de terras		- 1894 - 1906 SECLAR	Seminário/Fortaleza		NÃO	D. Adauto	Juazeiro - Canudos/Conflitos com burguesia/Partido Católico no Estado	B/Paim/1906 B/Natal/1910 REN/1915 + 1947

FONTES: Biografias e Repertórios Biograficos

- . 1 décadas de gestão episcopal
- .. 2 décadas de gestão episcopal
- ... 3 décadas de gestão episcopal
- .... 4 décadas de gestão episcopal

Dr. = Doutor  
B = Bispo  
ARC = Arcebispo  
COAD = Bispo-Coadjutor  
REN = Renúncia  
REC = Recusa

QUADRO IV A - BISPOS DA REPÚBLICA VELHA: ORIGEM SOCIAL, FORMAÇÃO ESCOLAR E CLERICAL, CARREIRA EPISCOPAL

BISPOS (IT) (N = 32)	ANO, LUGAR E ESTADO DE NASCIMENTO	PROFISSÃO DO PAI (OU POSIÇÃO SOCIAL DO PAI)	CAPITAL DE RELAÇÕES FAMILIARES	ANOS DE INGRESSO NO SEMINÁRIO, DE ORDE- NAÇÃO E DE CONSAGRA- ÇÃO EPISCOPAL (SECU- LAR/RELIGIOSO)	ESTUDOS E FORMAÇÃO ECLESIASTICA NO PAIS (LOCAIS/CIDADES)	ESTUDOS E FORMAÇÃO ECLESIASTICA NO EXTE- RIOR (INSTITUIÇÕES/ CIDADES)	ANO DE REGRESSO AO PAIS E DURAÇÃO DO ESTÁGIO NO EXTERIOR	GRUPOS E PATRONOS ECLESIASTICOS	PARTICIPAÇÃO POLITICA EXTERNA	TRAJETÓRIA EPISCOPAL E ANO DE FALECIMENTO(+)
D. PRUDÊNCIO GOMES DA SILVA	1868 - Itabira do Mato Dentro Minas Gerais			1892 - 1907 SECULAR		NÃO	NÃO			B/Colêa/1907 + 1921
D. JOÃO FRANCISCO BRAGA	1868 - Pelotas R. Grande do Sul	comendador	família rica e tradi- cional, de políticos e diplomatas	1886 - 1900 - 1902 SECULAR	Sem./Mariana(39) Sem. Porto Alegre(19)	Humanidades/Alemanha/ Hamburgo/Ginásial(29)			"Chefe católico do Para- ná"; candidato a depu- tado federal aliança com Munhoz da Rocha	B/Petrópolis/1902 B/Curitiba/107 ARC/1926 REN/1935 + 1937
D. AGOSTINHO F. BENASSI	1868 - Rio de Janeiro Rio de Janeiro			1891 - 1908 SECULAR						B/Niterói/1908 + 1927
D. EPAMINONDAS MUNES DE ÁVILA & SILVA	1869 - Serra Frio Minas Gerais	fazendeiro e comercian- te "falido", político local	trabalho materno, D. João Antônio dos Santos, seu primo	1882 - 1892 - 1909 SECULAR	Sem./Diamantina	NÃO	NÃO	D. João A. dos Santos (padrinho de crisma, etc) - financiador de seus estudos	amigo de intelectuais católicos (Jackson, Al- ceu, etc.)	B/Taubaté/1909 = + 1935
D. JOÃO BECKER	1870 - Treveris Alemanha	professor primário		1891 - 1896 - 1908 SECULAR	Gin. Conceição/S. Leopoldo(1888)/Sem. P. Alegre(chegou ao Brasil c/ 8 anos/Sem. Olinda	NÃO	NÃO	1 irmão monsenhor	política estadual (pas- torais)	B/Florianópolis/1908 ARC/P. Alegre/1912 + 1946
D. HERMETO JOSÉ PINHEIRO	1870 - Caldeirões de Traipu - Alagoas			1883 - 1895 - 1912 SECULAR	Sem./Olinda	NÃO	NÃO			B/Uruçuama/1912 + 1941
D. BASÍLIO MANOEL OLÍMPIO PE- REIRA	1871 - Vila Velha do Rio das Contas Bahia			1895 - 1925 FRANCISCANO						B/Murumbi/1925 REN/1941 + 1948
D. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS	1872 - Cachoeira do Campo Minas Gerais			1893 - 1900 - 1919 LAZARISTA	Col. do Caraça, Noviciado Lazarista/ Petrópolis	Sem. S. Sulpício/Paris				Aux./Diamantina/1919 B/Assis/1930 + 1956
D. MANOEL RAÍMUNDO DE MELO	1872 - Capelinha Sergipe			1894 - 1915 SECULAR		Col. Pio Lat. America no e Greg./Roma; DR.7 FILOSOF.				B/Caetité/1915 + 1943
D. MIGUEL DE LIMA VALVERDE	1872 - Santo Amaro Bahia			1895 - 1911 SECULAR	Sem./Bahia	NÃO	NÃO		deputado estadual e pre- sidente da Câmara dos Deputados da BA	B/Sta. Maria/1911 ARC/OLINDA/1922 + 1951
D. JOAQUIM FERREIRA DE MELO	1873 - Crato Ceará			1890 - 1898 - 1921 SECULAR	Sem./Olinda	NÃO	NÃO	D. Manoel Gomes	afilhado de crisma do Pe. Cícero	B/Pelotas/1921 + 1941
D. MANOEL ANTONIO DE PAIVA	1873 - Pilar Paraíba do Norte			1888 - 1896 - 1915 SECULAR	Sem./Olinda Sem./Paraíba			D. Adauto	Centro Católico-indica- ções políticas	B/Tilhéa/1915 B/Cararhuna/1929 + 1937
D. BENEDITO PAULA ALVES DE SOUZA	1873 - São Paulo São Paulo	guarda-livros		1896 - 1918 SECULAR		Univ. Greg./Roma DR.DIR. CANÔNICO	1896	Cardeal Arcoverde		B/Espírito Santo/1918 REN/1933 + 1946
D. JOSÉ TOMAZ GOMES DA SILVA	1873 - Martins R. Grande do Norte	juiz de direito	irmão (grande proprie- tário rural e coronel)	1891 - 1896 - 1911 SECULAR	Sem./Olinda	NÃO	NÃO	D. Adauto		B/Aracaju/1911 + 1948
D. EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA	1874 - Anchieta Espírito Santo			1901 - 1922 SALESIANO	Col. Sta. Rosa/Niterói/ Salesianos				tio monsenhor no RJ, irmão do bispo D. Mel- vécio	B/Colêa/1922 ARC/1933 + 1948
D. MANOEL DA SILVA GOMES	1874 - Salvador Bahia			1890 - 1911 SECULAR					auxiliar de D. Joaquim J. Vieira; indicado por D. Jerônimo de quem foi secretário parti- cular	Aux/B/Ceará/1912 ARC/1914 - REN/1941 + 1950
D. SERAFIM GOMES JARDIM	1875 - Santana de Olhos D'Água Minas Gerais			1901 - 1914 SECULAR						B/Arassuaí/1914 ARC/Diamantina/1934 REN/1953 + 1960
D. MELVÉCIO GOMES DE OLI- VEIRA	1876 - Anchieta Espírito Santo			1901 - 1918 SALESIANO	Col. Salesianos/Sta. Rosa em Niterói e Lo- rena em São Paulo	Univ. Greg./Roma DR/FIL.	1892-1900? 8 anos	irmão de D. Emanuel tio monsenhor no RJ	sucessor de D. Sil- vério em Mariana	B/Corumbá/1918 Luís/1918/B/S. Luís/1918 COAD/Mariana/1922/ARC + 1960
D. AUGUSTO ALVARO DA SILVA	1876 - Recife Pernambuco	educador e professor, dono de colégio parti- cular		1899 - 1911 SECULAR	Sem./Olinda	NÃO	NÃO			B/Floresta/1911 B/Barra/1915 ARC/Bahia/1924 Cardeal/1952 + 1948
D. FREDERICO BENÍCIO DE SOUSA COSTA	1876 - Vila Alboim Pará	sapateiro	mãe/profa. primária	1885 - 1899 - 1904 (Roma)	Sem. Diocesano/Belém	Sem./Sulpício/Paris (c/ 17 anos)/Univ. Greg./Ro- ma - DR/FIL/TEO/Col. Pio Lat. Amer.	1893-1896/Paris 1896-1902/Roma - 9 anos	D. Macedo Costa	mãe gestão/Manaus	B/Santarém/1904 B/Manaus/1907 REN/1914 + 1948
D. JOAQUIM MADEIRA DA SILVA LEITE	1876 - Campinas São Paulo	fazendeiro	irmão padre	1890 - 1900 - 1916 SECULAR	Sem./São Paulo	Col. Pio Lat. Amer./Ro- ma/Univ./Greg. Jacharel/Fil.	1895-1899(?) - 4 anos	Pe. Nery (futuro D. Nery)		AUX/Campinas/1916 B/Caratinga/n. assitou/1918 + 1947 1920/res. Rio
D. HENRIQUE CESAR FERNANDES MOURÃO	1877 - Rio de Janeiro Rio de Janeiro			1894 - 1901 - 1925 SALESIANO	escolas particulares; Col. Sta. Rosa/Nite- rói/Salesianos	Univ./Greg./Roma/DR/ FIL.	1894-1897			B/Campos/1925 B/Cafelandia/1936 + 1945
D. FRANCISCO DE CAMPOS BAR- RETO	1877 - Campinas São Paulo	proprietário de terras		1900 - 1911 SECULAR	Sem./São Paulo			D. Nery	incidente na Revolução de 1930	B/Pelotas/1911 B/Campinas/1920 + 1941
D. MOISÉS SIZENANDO COELHO	1877 - Cajazeiras Paraíba do Norte			1894 - 1901 - 1914 SECULAR	Sem./Olinda Sem./Paraíba	NÃO	NÃO	D. Adauto - parente do Pe. Mestre Inácio de Souza Rolim	incidente em Princesa/ 1930	B/Cajazeiras/1914 COAD c/ SUC/1932 + 1950
JOÃO IRINEO JOFFELY	1879 - Campina Grande Paraíba do Norte	intelectual e político de prestígio; registra- do e deputado; formalis- ta e proprietário de terras - muito rico.	pai/líder do Partido Católico - avô mater- no/proprietário criador da provincia e senhor de engenho	1901 - 1914 SECULAR	Col./Diocesano/Olin- da/Sem./Paraíba	NÃO	NÃO	D. Adauto	festa do "Sirio de Na- zaré"	Aux/Olinda/1914 REN B/Manaus/1916 ARC/Belém/1925 + 1950
D. JOAQUIM DOMINGOS DE OLI- VEIRA	1878 - Vila Nova Portugal			1901 - 1914 SECULAR		DR. DIR. CAN./Roma		D. Duarte		B/ARC/Florianópolis/1914
D. ANDRÉ ARCOVERDE ALBUQUER- QUE CAVALCANTI	1878 - Pesqueira Pernambuco	fazendeiro	tio/Cardeal Arcoverde	1904 - 1925 SECULAR	Sem./São Paulo	Col. Pio Lat. Amer./Ro- ma/Univ. Greg.	1896			B/Valença/1925 B/Taubaté/1936/REN + 1942
D. JOSÉ CARLOS DE AGUIRRE	1880 - Itaquary (hoje Itirapina São Paulo	fazendeiro		1896 - 1904 - 1924 SECULAR	Licou do Sag. Cor. de Jesus/SP/Sem. Episco- pal/São Paulo	NÃO	NÃO			B/Borocoba/1924
D. SEVERINO VIEIRA DE MELO	1880 - Vitória do Santo Antão Pernambuco			1903 - 1923 SECULAR				D. Nery	Revolução de 30	B/Teresina/1923 ARC/1952 + 1942
D. OTÁVIO CHAGAS DE MIRANDA	1881 - Campinas São Paulo			1903 - 1916 SECULAR						B/Pouso Alegre/1916
D. INOCENCIO ENGELKE	1881 - Joinville Santa Catarina			1907 - 1924 FRANCISCANO						COAD/SUC./Campanha/1924 B/Campanha
D. SEBASTIÃO LEME DA SILVEI- RA CINTRA	1882 - Espírito Santo do Pinhal São Paulo	professor primário (público)	trabalho materno para Igreja	1894 - 1904 - 1911 (Roma) (Roma) SECULAR	Sem. Epis./S. Paulo	Col. Pio Lat. Amer./Ro- ma/Univ. Greg. DR/TEO/FIL.	1896-1904/Roma - 8 anos	Monsenhor Cintra(primo materno); D. Arco- verde	regime Vargas, etc.	AUX/RJ/1911 B/ARC/Olinda/1916 ARC/COAD/RJ/1921 CARDEAL/1930 + 1942

FONTES: Biografias e Repertórios Biográficos

1 década de gestão episcopal  
.. 2 décadas de gestão episcopal  
... 3 décadas de gestão episcopal  
.... 4 décadas de gestão episcopal

DR. = Doutor  
B = Bispo  
ARC = Arcebispo  
COAD = Bispo-Coadjutor

REN = Renúncia  
REC = Recusa

QUADRO IV A - BISPOS DA REPÚBLICA VELHA: ORIGEM SOCIAL, FORMAÇÃO ESCOLAR E CLERICAL, CARREIRA EPISCOPAL

BISPOS (III) (N = 13)	ANO, LUGAR E ESTADO DE NASCIMENTO	POSIÇÃO SOCIAL DO PAI	CAPITAL DE RELAÇÕES FAMILIARES	ANOS DE INGRESSO NO SEMINÁRIO, DE ORDE- NAÇÃO E DE CONSAGRA- ÇÃO EPISCOPAL (SECU- LAR/RELIGIOSO)	ESTUDOS E FORMAÇÃO ECLESIASTICA NO PAÍS (INSTITUIÇÕES E CIDADES)	ESTUDOS E FORMAÇÃO ECLESIASTICA NO EXTE- RIOR (INSTITUIÇÕES CIDADES E TÍTULOS)	ANO DE REGRESSO AO PAÍS E DURAÇÃO DO ESTÁGIO NO EXTERIOR	GRUPOS E PATRONOS ECLESIASTICOS	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EXTERNA	TRAJETÓRIA EPISCOPAL E ANO DE FALECIMENTO
D. ÁTIKO EUZÉBIO DA ROCHA	1882 - Inhambupe Bahia			1895 - 1905 - 1923 SECULAR	Sem. Menor/Salvador			D. Jerônimo/D.Miguel (seu prof. no seminá- rio)	aliança c/o então inter- ventor do PR, Manoel Ri- bas, seu companheiro	B/Sta. Maria/1923 B/Cafelândia/1929 ARC/Curitiba/1936 + 1950
D. JOSÉ TUPINAMBÁ DA FROTA	1882 - Sobral Ceará	político local		- 1905 - 1916 SECULAR	Sem./Bahia	Col. Pio Lat.Amer./ Roma - Univ. Greg. Dr./Fil./Teologia	1899	diversos parentes no clero inclusive D. Jerônimo		B/Sobral/1916
D. JOÃO TAVARES DE MOURA	1883 - Nazaré da Mata Pernambuco			- 1906 - 1919 SECULAR						B/Garanhuns/1919 + 1928
D. ANTONIO DOS SANTOS CABRAL	1884 - Propriá Sergipe			- 1907 - 1917 SECULAR	Sem./Bahia			D. Adauto		B/Natal/1917 B/B.Horizonte/1921 ARC/1924
D. MANOEL NUNES COELHO	1884 - Virgínia Minas Gerais									
D. FRANCISCO DE AQUINO CÔR- REA	1885 - Cuiabá Mato Grosso	comerciante e "homem pú- blico" (isto é, políti- co)		1902 - 1909 - 1915 SALESIANO		Acad. S. Tomás de Aquino/Roma Dr./Filosofia			presidente/Mato Grosso ABL/IHGB	Aux./Cuiabá/1915 ARC/1922 + 1956
D. JOSÉ MAURÍCIO DA ROCHA	1885 - Lagoa da Canoa Alagoas	Coronel		1900 - 1908 - 1919 SECULAR	Sem./Olinda Sem./Maceió	NÃO	NÃO			B/Corumbá/1919 B/Bragança/1927
D. JOSÉ MARIA PARREIRA LARA	1885 - Resende Costa Minas Gerais			- 1911 - 1924	Sem./Mariana					B/Manaus/REC/1924 Adm. Apos./Barra do Pi- raí/1924/B/Santos/1926 B/Caratinga/1935
D. ANTONIO DE ALMEIDA LUSTO- SA	1886 - São João Del Rey Minas Gerais			- 1912 - 1925 SALESIANO						B/Uberaba/1925/Corumbá B/Belém/1931/ARC/For- taleza/1941
D. JOSÉ PEREIRA ALVES	1885 - Palmares Pernambuco			- 1907 - 1923 SECULAR					lutas políticas/PE/192	B/Natal/1923 B/Niterói/1928 + 1947
D. RICARDO RAMOS DE CASTRO VILELA	1887 - Olinda Pernambuco			- 1910 - 1919 SECULAR						B/Nazaré da Mata/1919 REN/1946
RANULFO DA SILVA FARIAS	1887 - Nazaré Bahia			- 1910 - 1920 SECULAR						B/Quaxipé/1920 B/Maceió/1939
D. CARLOS DUARTE DA COSTA	1888 - Rio de Janeiro Município Neutro			- 1911 - 1924 (Roma) SECULAR	Col.Sta. Rosa/Nite- rói (salesiano)	Col. Pio Lat.Amer./ Roma		sobrinho de D. Eduardo	fundador da Igreja Cató- lica Apostólica Brasi- leira/Rio de Janeiro	B/Botucatu/1924 REN/1937 Excomungado/1945

FONTES: Biografias e Repertórios Biográficos

- . 1 década de gestão episcopal
- .. 2 décadas de gestão episcopal
- ... 3 décadas de gestão episcopal
- .... 4 décadas de gestão episcopal

DR. = Doutor

B = Bispo

ARC = Arcebispo

COAD = Bispo-Coadjutor

REN = Renúncia

REC = Recusa

tas, Sobral, Taubatê, etc.), os demais nasceram e viveram a primeira infância em fazendas distantes dos grandes centros, ou então, em antigos e longínquos povoados do interior ou do sertão. Aqueles nascidos nas capitais estaduais ou em centros regionais pertenciam, via de regra, a famílias ilustres e abastadas, cuja posição social privilegiada permitiu que alguns deles fossem os únicos a realizar estudos superiores de habilitação às carreiras liberais tradicionais (engenharia, farmácia, etc.), ou então, a darem continuidade por uns tempos aos empreendimentos particulares dos pais antes de "abraçarem" tardiamente a carreira eclesiástica.

**Jerônimo Tomé da Silva**, nascido em Sobral, filho de um coronel da Guarda Nacional e irmão de João Thomé da Silva, alto funcionário imperial e presidente de várias províncias ao longo do Segundo Império, chegou a frequentar a faculdade de Medicina em Salvador antes de seguir para Roma onde se ordenou. **Duarte Leopoldo e Silva**, nascido em Taubatê, fruto de um ramo empobrecido da oligarquia, cursou três anos da Escola de Farmácia anexa à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ingressando no seminário com vinte anos completos. **Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão**, natural de Salvador, filho de um rico e aristocrático desembargador, esteve matriculado na Escola Politécnica em Paris antes de iniciar o noviciado lazarista no Seminário de São Sulpício. **Augusto Álvaro da Silva**, natural de Recife, tentou por uns tempos administrar o colégio particular que abrira em sociedade com seu pai, educador de

nomeada<sup>(2)</sup>.

## OS PRELADOS DA ARISTOCRACIA IMPERIAL

Em termos de origem social, os prelados da República Velha se distribuíam em três grupos principais. Uma primeira leva inclui os recrutados em antigas famílias da aristocracia imperial que associam sua presença na elite de profissionais liberais e políticos eminentes aos interesses econômicos como grandes comerciantes ou proprietários de terras e engenhos. O lastro material (terras, gado, escravos e outros bens de raiz), o cabedal de prestígio e honorabilidade (títulos, honrarias, etc.) e o cacife de relações e apoios políticos, constituíam características sociais altamente cotadas pela hierarquia da época. A necessidade premente de convocar ao episcopado candidatos dispoendo desses trunfos permitiu maximizar o levantamento de recursos para a formação do patrimônio diocesano,

---

(2) Sobre a família Tomé da Silva, consultar Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, Diccionario Bibliographico Brasileiro, Rio de Janeiro, Typographia Nacional (e) Imprensa Nacional, 1883-1902, 7 vols., vol. I/p. 399 e segs., vol. III/pp. 309/310 e vol. IV/ . 60. A respeito do próprio Jerônimo Tomé da Silva, consultar Lourenço Giordano, Esboços Biográficos. Quanto a Duarte Leopoldo e Silva, consultar Arruda Dantas, Dom Duarte Leopoldo, São Paulo, Sociedade Imprensa Pannartz, 1974; Vasco Smith de Vasconcellos, op. cit., pp. 99/106, e Júlio Rodrigues, D. Duarte Leopoldo e Silva, São Paulo, 1929. A respeito de Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, consultar Carlos Albino Zagonel, Igreja e Imigração Italiana (Capuchinhos de Sabóia, Um Contributo para a Igreja no Rio Grande do Sul, 1895-1915), Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Sulina, col. Centenário da Imigração Italiana, nº 5, 1975, cap. III, pp. 105/127, e Arlindo Ruppert, "O clero baiano no Rio Grande do Sul", in Revista Eclesiástica Brasileira, XVI, 1956, p. 611.

contribuindo para a receptividade dos detentores do poder público às demandas por subvenções e concessões em favor dos empreendimentos eclesiásticos bem como para encaminhar favoravelmente à Igreja toda sorte de pendências e litígios com os poderes públicos em torno da reapropriação de bens patrimoniais que estavam em mãos do Estado. Assim, a posse de um montante significativo de capital material e social, tanto mais valorizado quando a família estava em condições de ostentar uma ampla gama de serviços à Igreja, viabilizou o acesso de representantes de importantes clãs oligárquicos à cúpula da hierarquia eclesiástica. Alguns desses prelados chegaram inclusive a lançar mão de recursos pessoais e familiares para custear obras, até mesmo empenhando parte de sua herança na solução de problemas urgentes de caixa. Estando a ascensão organizacional de tais elementos estreitamente vinculada à colaboração que poderiam prestar à acumulação patrimonial, alguns recorreram inclusive a expedientes "condenáveis" que motivaram sérios atritos com autoridades civis. Ficaram conhecidos como estando interessados apenas em dinheiro, sendo por vezes acusados de desvio de recursos para pecúlio pessoal, alvos de graves denúncias por crimes de simonia. Tais acusações, via de regra, exprimiam a revolta de setores dirigentes leigos aos procedimentos "escandalosos" de que se valiam esses bispos.

D. ANTÔNIO XISTO ALBANO (1859-1917)

"Dizem que não impressionou bem a sua insistência sobre o dinheiro, que desde logo foi pedido para construir o palácio(...) Quis cunhar dinheiro de tudo, para constituir o Patrimônio da Diocese e do Seminário" (D. Francisco de Paula e Silva, História Eclesiástica do Maranhão, pp. 466/467).

Nascido em Fortaleza (Ceará) em agosto de 1859, Antônio Xisto Albano era o segundo filho homem do Coronel José Francisco da Silva Albano e Liberalina Angélica da Silva Albano, barão e baronesa de Aratama. Cavaleiro da Ordem de São Gregório Magno, "grande amigo e um infatigável auxiliar de D. Luiz Antonio dos Santos" (bispo do Ceará), seu pai era um dos principais benfeitores da religião católica no estado, tendo associado o nome familiar ao patrocínio do Colégio da Imaculada Conceição, da Santa Casa de Misericórdia e da Igreja do Coração de Jesus. As rendas para essas atividades de benemerência provinham das casas de comércio administradas pelos outros irmãos, o primogênito José Albano, negociante e consul honorário do império alemão, e João Tibúrcio Albano, também negociante. Após estudar quatro anos no Ateneu Cearense, o então adolescente Antônio Xisto seguiu com os pais para a Europa para fruir a esmerada educação a que se haviam acostumado os herdeiros da família. Permaneceu dois anos no colégio dos padres lazaristas em Lisboa, daí seguindo para o colégio dos Irmãos da Doutrina Cristã em Dreux, de onde se transferiu para o estabelecimento mantido pela mesma ordem em Montdidieux onde concluiu os preparatórios. Ao longo desses dez anos de formação religiosa no exterior, talhados de molde a despertar suas inclinações para a vida sacerdotal para a qual a família

lia houve por bem encaminhá-lo e à sua irmã mais moça, congregada às Pequenas Assumpcionistas de Paris, Antônio teve a oportunidade de passar alguns meses na Inglaterra e de percorrer diversos países europeus em viagens de recreio. Em 1880, ingressa no Seminário de São Sulpício em Paris e, ao cabo de cinco anos, é ordenado pelo então arcebispo de Paris. De volta ao Ceará, é incumbido da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, patrocinada pelo empenho materno e recém inaugurada, assumindo ainda o cargo de capelão do externato feminino São Vicente de Paulo onde ensina catecismo. Ainda mais cedo do que era de se esperar, já em 1887, com apenas 28 anos, D. Luiz Antonio dos Santos propôs seu nome ao governo imperial para ocupar a posição de seu coadjutor. A indicação acabou não vingando pela pouca idade de Antônio. Desde esse momento até o ano de sua consagração episcopal, fica aguardando a posição para a qual havia sido treinado e que lhe fora reservada como prêmio aos serviços familiares prestados à Igreja. Em 1890, dirigiu-se ao Pará para assistir à sagração da catedral e circular entre seus futuros pares; em 1894, é nomeado prelado pontifício; no ano seguinte, retorna à Europa em visita aos grandes santuários católicos, tendo alcançado o privilégio de uma audiência com o papa; em 1900, integra como presidente de honra uma romaria de luxo à Terra Santa. Finalmente, em 1901 é sagrado bispo do Maranhão. Após quatro anos de atribulada gestão, durante os quais teve de enfrentar sérias pendências com irmandades, atritos com dirigentes oligárquicos, sendo frequentemente acusado de atos de simonia, criticado pela ostentação de seus empreendimentos, às turras com a maçonaria, teve que se curvar à "solicitação" feita pela hierarquia para que renunciasse. Vendo-se condenado ao ostracismo, afasta-se do país e passa a residir em

Paris onde falece em 1917<sup>(3)</sup>.

## OS BISPOS DO PATRICIADO DECADENTE

Um segundo e numeroso contingente de prelados provinha dos ramos empobrecidos ou declinantes do patriciado rural, desejosos de se beneficiarem com os mecanismos usuais de cooptação através dos quais os parentes pobres buscam redirecionar suas expectativas ao abrigo de funções públicas, ou nos casos extremos, às custas das corporações eclesiástica e militar. O fato de esses herdeiros falidos dependerem da intercessão materna para obterem vagas gratuitas em colégios religiosos de prestígio ou para freqüentarem os seminários diocesanos, contribuiu decerto para reforçar o mandato subalterno que assumiram no espaço da classe dirigente. Nesses termos, a posição social das famílias desses futuros prelados deve ser construída sociologicamente como resultado de uma trajetória declinante de antigos setores proprietários que passaram crescentemente a valer-se de estratégias defensivas no intuito de preservar as chances derradeiras de realocar os seus em postos e carreiras de refúgio em organizações de feição "previdenciário", dispensando essas famílias dos investimentos necessários ao ingresso

---

(3) Ver D. Francisco de Paula e Silva, op.cit., pp. 398/412; D. Felipe Condurú Pacheco, op.cit., pp. 464/482; J.F. Velho Sobrinho, Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Irmaos Pongetti, 1937, vol. I, p. 479; Guilherme (Barão de) Studart, Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense, Fortaleza, 1910-1915.

nas profissões liberais prestigiosas.

Parcela considerável dos futuros prelados descende de famílias de proprietários rurais, residentes em fazendas ou em pequenos lugarejos, quase sempre a braços com proles numerosas, destituídos de qualquer formação especializada nas profissões liberais da época e distanciados dos setores políticos e cultos da classe dirigente. Trata-se, em geral, de famílias piedosas, cumpridoras fiéis dos rigores da prática religiosa como jejuns, dias de guarda, rezas coletas e sacramentos. Alguns dos filhos, mormente aqueles mais jovens desencorajados em suas pretensões de herança do patrimônio e da posição social paterna, estiveram sujeitos a um processo de feminização ainda mais intenso e radical do que aquele sofrido pelos intelectuais<sup>(4)</sup>, com a agravante de não disporem de trunfos escolares capazes de garantir sua sobrevivência fora da organização eclesiástica. Muitos desses filhos de proprietários rurais do interior ficaram órfãos ainda crianças ou logo no início da adolescência, passando desde então a depender da mediação materna e familiar para lograrem vagas gratuitas em colégios religiosos ou em seminários diocesanos. Tendo passado a infância inteira no campo ou em pequenas vilas do interior, a maioria desses futuros prelados não podia deixar de identificar o ingresso no seminário menor ou em algum colégio religioso de prestígio como um lance de sorte propício a livrá-los de um destino social medíocre como parentes relegados de uma família obscura de pro-

---

(4) Ver Sergio Miceli, Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945), São Paulo, Difel, 1979, Cap. II.

prietários rurais.

Essas famílias católicas praticantes, às voltas com uma sobrecarga de filhos e agregados, apelam à Igreja seja para aliviar o ônus da formação escolar da prole seja para lograrem alguma renda complementar aos minguados rendimentos paternos mediante a prestação de serviços de sacristia assumidos pela mãe, por mulheres da família ou pelo trabalho de coroinha exercido pelos filhos. Esses futuros prelados, educados em famílias carolas, seguidoras dos preceitos religiosos da época, tinham, como se costuma dizer, os 'pés' na sacristia, papa-hóstias ou papa-santos que se beneficiaram socialmente com as ofertas de proteção que lhes concederam seus parentes e amigos no clero, quer diretamente através da encomenda de serviços necessários ao culto — costura e reparo de paramentos conservação de alfaias, limpeza de igrejas, trabalhos de portaria, aulas etc. — quer mediante a concessão de bolsas de estudo e outras formas indiretas de auxílio pecuniário, inclusive aquelas, como por exemplo, a dispensa do título de patrimônio no momento da ordenação ou a chance de estudar no exterior, que contribuem para acelerar a promoção no interior da carreira eclesiástica.

Um terço dos prelados do período se beneficiou de alguma maneira dos préstimos e favores concedidos às suas famílias e alguns dispunham ainda de parentes próximos situados em posições destacadas da alta hierarquia eclesiástica.

LISTA DOS PRELADOS PARENTES

## 1) Os 2 OLIVEIRA LOPES

- D. José A. de Oliveira Lopes
- D. Manoel A. de Oliveira Lopes (primos)

## 2) Os 2 GOMES DE OLIVEIRA

- D. Helvécio Gomes de Oliveira
- D. Emanuel Gomes de Oliveira (irmãos, salesianos, ambos favorecidos na carreira eclesiástica pelo empenho do tio, Monsenhor Quintiliano José do Amaral, que não somente entregou os sobrinhos aos cuidados da ordem em Niterói como também doou aos salesianos imóveis no Rio de Janeiro).

## 3) Os 2 DUARTE DA SILVA

- D. Eduardo Duarte da Silva (tio)
- D. Carlos Duarte da Costa (sobrinho) - futuro 'bispo de Maura', fundador da 'Igreja Católica Brasileira', cisma que motivou sua excomunhão.

## 4) Os 2 ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI

- D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (tio) - primeiro cardeal brasileiro e latino-americano.
- D. André Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti.

## 5) - D. João Antonio dos Santos (tio)

- D. Epaminondas Nunes de Ávila (sobrinho)

- 6) - D. Moisés Sizenando Coelho - sobrinho do Pe. Mestre Inácio de Souza Rolim.
- 7) - D. Sebastião Leme da Silveira Cintra - primo materno de Monsenhor Cunha.
- 8) - D. José Tupinambã da Frota - diversos parentes no clero - primo de D. Jerônimo Tomé da Silva.
- 9) - D. Joaquim Mamede da Silva Leite - irmão de Monsenhor Maximiano da Silva Leite.
- 10) - D. Santino Maria da Silva Coutinho - 1 irmão cônego na Paraíba.
- 11) - D. Carloto Fernandes da Silva Távora - 1 irmão padre.

As relações entre essas famílias declinantes, socialmente ameaçadas de serem rebaixadas aos escalões inferiores da hierarquia social, e as oportunidades abertas pelo processo de mudança e desenvolvimento organizacional da Igreja, revelam outra das modalidades de cooptação tão encontradiças nos momentos de crise e remanejamento do espaço da classe dirigente no país. Para as famílias em apreço, a prestação de serviços à Igreja se insere num cálculo complexo de sobrevivência social, dando origem a uma espécie de capital dificilmente conversível em outros setores da classe dominante. Essa dotação peculiar de capital se manifesta sob a forma de parentes e relações íntimas atuantes na cúpula eclesiástica e na liderança do laicato, dando acesso preferencial às concessões e benesses de que são eles podem dispor. Embora não constitua uma espécie de capital transmitido à maneira do que costuma ocorrer com outras formas de herança material (terras, gado, ações, etc.) ou social (títulos, posições, honrarias etc.), faz parte não obstante da dotação global de capital ao alcance de algumas famílias de longa data especializadas nas funções de clientela cativa da Igreja, quer como público exemplar das atividades do culto, quer como concessionários preferenciais das oportunidades (negócios, cargos, posições, etc.) alocados em favor dos seus efetivos.

D. EPAMINONDAS NUNES D'ÁVILA E SILVA (1869-1935)

"Epaminondas foi de compleição delicada e doentio. A escrava se via em apuros para zelar o seu menino de vidro como o chamavam. Mal apanhava a friagem da manhã ou qualquer chuvisqueiro, ou pisava em poças d'água em dias de chuva, já lhe sobrevinham tonteiras, vertigens e era carregado para a caminha todo pálido e trêmulo(...) Por ser doentio não contrariavam os irmãos e o obedeciam e o chamavam seu Nondas! Dirigia e organizava os brinquedos (...) D. Maria Cândida fazia doces, fabricava boas velas de cera, distilava essências de flor de laranjeira, e de outras flores, preparava remédios caseiros, lavava e passava roupa de boa freguesia" (Pe. Ascânio Brandão, D. Epaminondas, pp. 18, 26, 27).

Epaminondas Nunes d'Ávila e Silva, nascido em Serrro Frio (Minas Gerais), era o 15º filho e o caçula do segundo casamento de seu pai, o Major Francisco d'Ávila e Silva, um dos maiores fornecedores comerciais daquela região mineira, dono de uma grande fazenda de criação e de um vultoso patrimônio imobiliário. Era também um homem forte e conceituado na política local, tendo ocupado cargos públicos, inclusive o de Presidente da Câmara Municipal. O falecimento do pai em 1882 deixou a família em dificuldades, obrigando sua mãe a transferir a casa comercial ao genro para saldar as dívidas do marido. Os encargos de manutenção e educação dos sete filhos menores consumiram sua parte da herança, cabendo o restante aos irmãos mais velhos e aos três filhos homens do primeiro casamento do marido. O jeito era distribuir os filhos arranjando-lhes emprego e escola. Valendo-se de seu parentesco próximo com o bispo de Diamantina, D. João Antônio dos

Santos, a viúva Ávila e Silva consegue uma redução na pensão de custeio de quatro filhos no seminário, Manoel e Aristides que lá haviam sido internados antes da morte do pai, aos quais foram se juntar Alcebiades e Epaminondas em outubro de 1882. Apenas os dois últimos persistiram na formação clerical, tendo Alcebiades desistido após a primeira tonsura. Ao longo de dez anos de estudos, passou da condição de colegial à de seminarista, sempre de batina conforme impunham os lazaristas, cumprindo o currículo dos quatro primeiros anos (latim, português, francês, geografia, história universal e do Brasil, aritmética, álgebra, geometria, teórica e eloquência profana, arte poética, música vocal e instrumental, civilidade e catecismo), o curso superior do seminário maior (física, história natural, ensaios de literatura e oratória sagrada, filosofia, história eclesiástica, direito canônico e hermenêutica sagrada, teologia moral e dogmática, liturgia sagrada, teologia moral), e firmando sua reputação de especialista em liturgia, teologia moral e direito canônico. Ordenado em 1892 pelo bispo seu primo, desempenhou por quase vinte anos as funções em sua cidade natal. O rigor extremado em matéria litúrgica constituiu o traço marcante de sua gestão. Inteiramente identificado com o estilo europeizado de culto, importou paramentos de Paris e Roma, deu atenção especial à conservação das obras de arte, prataria, alfaias, privilegiou a adoração eucarística com exposições solenes do Santíssimo, horas santas, visitas coletivas, repartindo os cuidados de cada um dos altares entre as famílias piedosas e abastadas. Reorganizou as irmandades e confrarias, procedeu à reforma da matriz, fez erigir uma capela de estilo gótico no cemitério paroquial, reconstruiu duas antigas igrejas serranas, empe-

nhando-se a fundo num programa de restauração do cenário religioso do período do ouro. Quer através do reaparelhamento das irmandades e confrarias e dos demais empreendimentos, quer através de uma política pastoral empenhada em reavivar as práticas religiosas urbanas surgidas no período do ouro, procissões, rosários em famílias, ladainhas, solenes, devoções, santinhos e escapulários, o padre Epaminondas tomou o peito um ambicioso projeto de restauração das divisões litúrgicas e organizacionais que retraduziam, em termos de uma religiosidade urbana fortemente hierarquizada, as divisões econômicas e sociais produzidas pela sociedade colonial mineira. Não deixava de ser uma tentativa original de ajustar os parâmetros 'romanizados' então em voga aos remanescentes institucionais de uma religiosidade obsoleta. A repercussão de suas iniciativas lhe valeu o título de cônego honorário da sé diamantina, tendo sido brindado na ocasião com "um belo roquete, um par de esporas e um freio de boa prata". A recompensa viria mais tarde através de sua nomeação como primeiro bispo de Taubaté em 1909<sup>(5)</sup>.

## Os Filhos da Igreja

Enfim, uma cota restrita de posições na alta hierarquia foi atribuída a presbíteros de origem humilde, alguns deles ostentando inclusive marcas eloqüentes de desgraça social na sociedade brasileira da época. Este terceiro grupo in-

(5) Ver Pe. Ascânio Brandão, *op.cit.*, de onde foram extraídos os materiais biográficos utilizados no texto.

clui todos aqueles "levados adiante" até ao posto supremo de prelados ao cabo de uma vida inteira moldada pela própria organização clerical. Eram homens que deviam seus estudos, roupas, alimentação, títulos, promoções, vantagens e quaisquer possibilidades de êxito profissional, ou melhor, toda sua sobrevivência material e social à proteção e aos subsídios permanentes da organização eclesiástica. Às voltas com uma situação de completo desamparo desde a mais tenra idade, em seguida à morte dos pais ou em função da perda dos arrimos materiais da família, acabam sendo entregues aos cuidados de algum membro do clero, de uma ordem religiosa ou de um seminário, que assumem os encargos de reprodução material e educação desses jovens e deles se apossam como "donos". Tais patronos garantem o acesso e o trânsito entre as diversas etapas da formação escolar e religiosa em troca da conversão dessas crianças desvalidas em oblatos convictos de serem o testemunho vivo das graças extraordinárias propiciadas pela generosidade organizacional.

Etimologicamente, oblatos são os leigos ofertados ao serviço religioso cujo valor não destoa daquele fixado em relação aos demais bens de que se apropria a instituição eclesiástica. Assim, ao invés de a incorporação dos oblatos ser descrita na linguagem da reclassificação social mediada pela proteção corporativa, tais casos se prestam às suaves eufemizações do dialeto organizacional, oscilando entre a acepção que os enxerga como equivalentes aos demais 'donativos' (terras, gado, ações, etc.) e a significação milagrosa que os converte em 'dâdivas' que a providência divina confiou à Igreja.

D. SILVÉRIO GOMES PIMENTA (1840-1922)

"O pobre filho de Antonio Alves Pimenta e Porsina Gomes de Araújo é hoje o Bispo de Mariana! Altos juízos de Deus (...) uma confirmação eloqüente do sistema observado por Jesus Cristo (...) que é escolher instrumentos tão desproporcionados aos efeitos desejados, que entre pelos olhos de todos ser o braço de Deus quem tudo faz, e que o homem nada" (excerto de sua primeira pastoral como bispo diocesano, 1890).

Silvério Gomes Pimenta nasceu em janeiro de 1840, em Congonhas do Campo (Minas Gerais), o primeiro filho homem e um dos dois sobreviventes de uma prole de cinco. O outro era sua irmã mais moça, Jacintha, que o acompanhou até a morte, fazendo as vezes de administradora da residência episcopal. Tinha nove anos por ocasião da morte do pai que deixou a família na pobreza. Para remediar a situação em casa, arranhou emprego numa casa comercial de onde trazia lenha e o pouco dinheiro arrecadado com a venda de cigarros que ele mesmo enrolava. Auxiliado pelo tio e padrinho, o alferes Manoel Alves Pimenta, começa a frequentar como externo o Colégio de Congonhas, dependente do Santuário do Bom Jesus, ambos dirigidos pelos padres lazaristas. Aí permaneceu três anos estudando latim, francês, geografia, filosofia, mantendo-se às custas da benemerência de conhecidos. O fechamento do colégio em 1855 fez com que voltasse a trabalhar, desta vez como auxiliar de sapateiro. Novamente por interferência do alferes seu tio, amigo íntimo do então bispo de Mariana, D. Antônio Ferreira Viçoso, em cujo palácio costumava se hospedar, alcançou a graça de se tornar afilhado de crisma do bispo que decide trazê-lo para o seminário diocesano menor como aluno

interno e gratuito. Era, então, costume atribuir a jovens necessitados o desempenho de empregos subalternos no seminário, "sendo de ordinário preferidos os pobres que davam fundadas esperanças de se ordenar". Após anos de estudos que custeava com o trabalho de porteiro, foi escolhido para ensinar latim, cargo que manteve durante dezoito anos, vez por outra acumulando a docência em outras disciplinas. Valendo-se da condição de afilhado, protegido é discípulo de D. Viçoso, encurtou ao máximo o período de formação clerical, recebendo a tonsura em 1857 e o presbiterato em 1862 com dispensa da Santa Sé pois ainda não tinha a idade canônica. A conselho de seu protetor, realizou sua primeira viagem à Europa, voltando ao seminário para a atividade docente e a regência do salão dos grandes, seu primeiro encargo de gestão clerical. Entre 1857 e 1890, ministrou quase todas as disciplinas do currículo. Nesse período que antecede sua ascensão ao episcopado, cumpre salientar a postura solidária que assumiu em relação aos bispos da "questão religiosa", editando uma plaqueta de 37 páginas onde defendia arduamente "a causa dos jesuítas, do prelado e da Igreja". No ano seguinte, divulga mais dois escritos seus, o primeiro um opúsculo intitulado "O Papa e a Revolução", coletânea de sermões em torno das "grandezas do pontificado e obrigações dos católicos para com ele", o segundo o manual "A prática da confissão", de 400 páginas. Encerra o ano com a fundação de um periódico religioso, O Bom Ladrão, onde publicaria diversos artigos em defesa dos bispos perseguidos pelo trono. Mesmo não tendo ainda sido agraciado com a dignidade de cônego quando do falecimento de seu protetor em 1875, o cabido diocesano dediciu, em caráter excepcional, elegê-lo vigário capitular durante o período de vacância. Não

obstante, a indicação de seu nome gorou. O fato de ser preto e de origem humilde decerto contribuiu para o desagrado de importantes figuras locais cujo veto acabou prevalecendo a despeito do apoio recebido da parte do nuncio, do bispo do Rio de Janeiro, do próprio bispo de Olinda e de outros líderes católicos leigos. Prevendo as resistências que sua indicação suscitaria, o então vigário-capitular procurou viabilizar seu nome mediante lances ofensivos pouco usuais. De um lado, passa a se comportar como se fosse bispo, lançando mão de prerrogativas canônicas mas raramente utilizadas pelos ocupantes de sua posição vicária. Assim, em janeiro de 1876, divulgou sua primeira pastoral na qualidade de vigário-capitular. De outro lado, empenha-se em fazer render ao máximo o único cacife organizacional de que dispunha, ao publicar a biografia de D. Viçoso. Nada disso impediu a nomeação de D. Antonio Corrêa de Sá e Benevides como novo bispo de Mariana. Como prêmio de consolação, foi agraciado com o título pontifício de prelado doméstico, sendo em seguida indicado cônego honorário, vigário-geral e provisor do bispado. Essas duas últimas posições tornam-no o primeiro auxiliar de direito e de fato de D. Benevides e reacendem as chances de sua promoção à dignidade episcopal. Em 1890, é nomeado e sagrado bispo-auxiliar de D. Benevides que, talvez temendo as reações contrárias que acabaram se concretizando, não deve ter quebrado lanças para lhe conceder tal posição com direito à sucessão, como era o costume entre prelados em idade avançada. Foi o primeiro bispo a ser consagrado no regime republicano e, naquele mesmo ano, foi signatário da Pastoral Coletiva a respeito da separação entre Igreja e Estado, da Proclamação do Episcopado endereçada ao Chefe do Governo Provisório e de outra dirigida à Assembléia Constituinte. Sendo apenas

bispo-auxiliar e não bispo-coadjutor com direito à sucessão quando da morte de D. Benevides, teve de ser reeleito vigário-capitular, desta vez sem o respaldo da unanimidade de votos do cabido. Consegue, entretanto, dobrar a resistência às suas pretensões, sendo nomeado nesse mesmo ano bispo de Mariana. Numa atitude de desforra, faz questão de tomar posse com toda a pompa a que tinha direito. Estiveram presentes à solene pontifical de sua posse o presidente estadual, Bias Fortes, os secretários de governo, o chefe de polícia, desembargadores, lentes, segurando as varas do púlpito por todo o percurso. Seu primeiro ato de política interna foi a nomeação para o cargo de vigário-geral de seu principal cabo eleitoral nas suas duas eleições anteriores para vigário-capitular. E não hesitou, na primeira pastoral como bispo diocesano, em exortar os fiéis a se afastarem das sociedades secretas (maçonaria, espiritismo) condenadas pela Igreja<sup>(6)</sup>.

Cientes do desamparo familiar e social a que se vêem relegados, retribuem com a própria vida, de corpo e alma, aos investimentos de que são beneficiários, tendo que dar mostras fervorosas de entrega e submissão aos ideais organizacio-

(6) Ver D. Joaquim Silvêrio de Souza, op.cit.; Fernando Pedreira de Castro S.J., Dom Silvêrio Gomes Pimenta, Petrópolis, Vozes, 1954, 62 pp.; Fernão Neves (psed. de Fernando Nery), A Academia Brasileira de Letras. Notas e Documentos para a sua História (1896-1940), Pref. de Afrânio Peixoto, Rio de Janeiro, Publicações da Academia Brasileira, 1940, p. 121; Sacramento Blake, op.cit. vol. VII, p. 228. Dentre os prelados da época, Dom Silvêrio Gomes Pimenta foi um dos que mereceram, ao lado do Cardeal Leme, de D. Nery e de D. Joaquim Arcoverde, diversos trabalhos apologéticos que se valem, via de regra, dos materiais biográficos constantes da biografia redigida por D. Joaquim Silvêrio, já citada.

nais. Iniciam sua carreira prontos a aceitar o desempenho de tarefas subalternas, prestando serviços domésticos nas residências e casas de formação do clero, atuando como serviçais de autoridades eclesiásticas, assumindo os encargos de porteiro, auxiliares de limpeza, de cozinha, de jardinagem, ou então, nos casos mais bem sucedidos, como ajudantes nas atribuições e disciplinas desprezadas do trabalho docente.

A cada etapa de sua formação corresponde um ritual de confirmação do status especial de sujeição e obediência aos desígnios organizacionais. Passam da condição subsidiada de alunos gratuitos ou detentores de uma bolsa de estudos concedida por alguma obra pia de vocações sacerdotais, de vez em quando exibidos em cerimônias públicas como os melhores frutos do trabalho organizacional, à situação de postulantes ávidos em apressar o momento de recepção das ordens menores. O próximo passo é a conquista da posição de noviços que passam a frequentar o seminário maior e a merecer o direito de estudar filosofia e teologia, situação que se faz acompanhar por uma série de privilégios envolvendo a utilização do tempo (horários menos rígidos), a dispensa de trabalhos pesados, a possibilidade de viagens e, sobretudo, a concessão de um espaço mínimo de privacidade no próprio seminário.

No intuito de abreviar o prolongado estágio probatório, os oblatos procuram obter a dispensa da idade canônica mínima para ordenação e, como fecho do processo de investigação canônica para acesso à condição eclesiástica, a dispensa do cha

mado "título de patrimônio" a que também estavam obrigados os futuros presbíteros. Tão logo conseguiam a dispensa da idade mínima e a isenção da contribuição patrimonial, esses jovens de condição modesta eram ordenados e brindados no ato com o título de "servidores da Igreja".

Isto significa que os oblatos dispensados da oferta patrimonial passavam a dispor de um **status** inferior de completa sujeição à autoridade diocesana, selando-se um compromisso segundo o qual o trabalho religioso do novo sacerdote deverá ressarcir a Igreja local dos dispêndios já acumulados em favor de sua educação. Nas condições da época, tamanha submissão era ainda mais reforçada pelos poderes discricionários de que se investiam as autoridades diocesanas. Os bispos disputavam não apenas sobre as diversas alternativas de movimentação do clero em geral mas também interferiam especialmente quanto às chances de promoção daqueles presbíteros que haviam praticamente delegado seu futuro profissional aos detentores do comando organizacional.

O caso desses órfãos oblatos, refugio social transformado em óbulo da providência, ou melhor, donativos em espécie moldados pela corporação como mão-de-obra especializada, revela os princípios da produção social desses 'homens de aparelho' em que se convertem os chamados "filhos da Igreja". Condenados às formas extremas de desclassificação que nomeiam suas vítimas na linguagem brutal da orfandade - carentes de pais, arrimos e protetores, sem lugar num mundo social tendente a des

pejá-los — acabam sendo confiados àquelas organizações dotadas de funções previdenciárias.

Por força do tipo de contribuição que fazem ao trabalho de dominação como se fossem domínios especializados no cumprimento de funções universalmente necessárias ao equilíbrio social, tais organizações se vêem impedidas de assumirem diretamente o trabalho de reprodução de seus quadros. Tendo que sobreviver envoltas por ideologias profissionais do "desinteresse" e do desprendimento dos bens temporais, conseguem garantir sua continuidade institucional sob a condição de dissimularem os expedientes de reprodução a que recorrem, tratando como segredos organizacionais o recrutamento e a formação de seus futuros quadros. Ora atribuindo as "vocações" aos desígnios dos céus, onisciente quanto às necessidades de mão-de-obra para encargos no mundo temporal, ora justificando a urgência de braços em função das demandas externas formuladas pelos setores mais desfavorecidos da clientela, cuja dignidade merece ao menos o amparo mínimo dispensado nos hospitais, asilos e demais obras assistenciais geridas pela Igreja.

D. JOÃO BATISTA CORRÊA NERI (1863-1920)

"É pálido, pelas privações e pelo estudo. Uma terrível moléstia de dentes, lhe põe uma cicatriz, nunca mais desaparecida, no rosto, aliás, simpático, e um lenço por muito tempo a encobre". (trecho da poliantêia editada em homenagem póstuma, pp. 288/289).

João Batista Corrêa nasceu em Campinas (São Paulo), em outubro de 1863, primogênito de um oficial de sapateiro que, apesar de vínculos remotos com linhagens abastadas da antiga capitania de São Paulo, se encontrava numa situação de extrema penúria. Durante a primeira infância foi sustentado pelos avós paternos que eram sitiante em Itatiba. De volta a Campinas, começa a estudar graças à concessão de um lugar gratuito no colégio "Culto à Ciência" que lhe ofereceu um dos diretores, o Dr. Campos Salles. Nessa época, frequentou de favor várias escolas primárias, inclusive aquela subsidiada pela loja maçônica Fidelidade, e passou a integrar o corpo de coroinhas do então Padre Joaquim José Vieira, futuro bispo do Ceará, que estava exercendo suas funções na igreja da Santa Casa da Misericórdia. Conseguiu prosseguir os estudos no secundário com apoio recebido dos patronos conhecidos de seu pai, Dr. Ricardo Gumbleton Daunt e Dr. Campos Salles, então um dos diretores do colégio "Culto à Ciência", onde é admitido como semi-interno gratuito. Data dessa fase a decisão de agregar Neri a seu nome de batismo, decerto movido pela intenção piedosa de se mostrar à altura do santo de sua predileção. Afora a oportunidade de fazer amizades entre herdeiros abastados que lhe prestaram auxílio material e que no futuro atuaram como seus interlocutores políticos, João Batista encontrou no colégio espaço su-

ficiente para marcar sua presença. Fundou um grupo dramático que, entre outros espetáculos, encerrou as atividades com uma peça de sua autoria cuja rēcita de despedida arrecadou os fundos necessários à compra do enxoval para ingresso no seminário. Para tanto, valeu-se da intercessão do Cônego Joaquim José Viēira, agora professor no Seminário de São Paulo. Apōs seis anos de formação clerical, foi ordenado em 1886. Embora tenha atuado por uns tempos como professor do seminário, firmou sua reputação de clérigo combativo e empreendedor através do trabalho pastoral, primeiro como pároco, em seguida como vigário encomendado e vigário colado. Suas iniciativas cobriram um amplo espectro de atividades, desde a criação de pequenos jornais católicos, passando pela fundação de grêmios e sociedades de cultura religiosa como por exemplo o "Círculo Católico de São José" e a primeira conferência vicentina em Campinas até o bem sucedido trabalho de aliciamento de 'vocações' através do acolitado que organizou na paróquia sob sua supervisão direta. Nesse grupo de meninos seus coroinhas e discípulos recrutou inúmeros elementos para o estado-maior de sua liderança episcopal, conhecidos como os "bispos de D. Neri". Pelos notáveis serviços prestados, foi designado pároco da nova matriz de Campinas e feito cônego honorário do cabido de São Paulo. Em 1885, um ano antes de sua ordenação, a morte do pai lhe obriga a assumir a responsabilidade pela família, tendo sido esse talvez o fator decisivo para os rumos que tomou sua carreira eclesiástica. Impossibilitado de auferir os proventos de que tinha necessidade com as aulas no seminário, orienta seus esforços para lograr uma posição estável. Em menos de dois anos, passa de propároco a vigário encomendado de Campinas e, com a piora da saúde do titular, obtém o cargo público de vigário colado após ser

aprovado em concurso brilhante. Já em 1889, recebe por carta imperial o título de cônego honorário da sê paulista sem descurar de seu trabalho paroquial. Organiza a primeira conferência vicentina em Campinas e o Apostolado da Semana Santa, funda o jornal católico A Verdade, conclui o altar de Nossa Senhora do Bom Conselho, inaugura o Círculo Católico de São José, institui a escola paroquial de Santa Cruz, logo transferida para a nova matriz de Campinas, que também se converteu numa sementeira de 'vocações' e de pessoal para o estado-maior clerical do período em que exerceu sua liderança episcopal. Firmou, assim, sua reputação de clérigo ilustrado e combativo através do trabalho pastoral, estendendo suas iniciativas em diversas frentes de atuação. Em função dos notáveis serviços e obras que vinha realizando e da visibilidade institucional com que se beneficiava o vigário de uma cidade do porte de Campinas, logo passou a integrar a lista de candidatos à posição episcopal. Decerto levando em conta as qualidades administrativas e o êxito na arrecadação de fundos para suas obras, a nunciatura e o prelado de São Paulo começaram a trabalhar seu nome. Em 1896, D. João Batista Corrêa Neri é sagrado em Roma como primeiro bispo da nova diocese do Espírito Santo<sup>(7)</sup>.

---

(7) Ver D. João Nery, Saudosa Homenagem ao Primeiro Bispo de Campinas, São Paulo, Oficinas Gráficas de Cardozo Filho e Cia., XI-IV-MCMXX; J.C. Ataliba Nogueira, Elogio Histórico de D. João Nery, 1º Bispo de Campinas, Rio de Janeiro, Agir, 1945; Sacramento Blake, op.cit., vol. III, p. 338 e vol. IV, p. 527; Luís Correia de Melo, Dicionário de Autores Paulistas, São Paulo, 1954, p. 418; Amâncio Pereira, Homens e Cousas Espírito Santenses, Vitória, 1914, p. 99.

Esses órfãos constituem a cota de pessoal religioso que a organização incorpora sem os percalços com que se defronta no vale-tudo dos processos de reprodução social. Os oblatos auxiliam pois a desvendar um dos segredos mais bem guardados sobre o funcionamento de organizações como as Forças Armadas e a Igreja. Impedidas em medida distinta de assumirem diretamente através de seus quadros adultos o trabalho de reprodução social, essas corporações valem-se não obstante de procedimentos capazes de assegurar a reprodução de sua própria força de trabalho. Como a definição social de sua contribuição às relações de força entre as classes acaba impedindo-as de se lançarem de "corpo inteiro" (no duplo sentido da expressão) no processo de reprodução de seu pessoal, tendem a operar nessa área através de "instituições - biombo" e de agentes especiais de recrutamento cujos expedientes extraem sua eficácia do comércio de "virtudes" e de outros sortilégios éticos.

O fato de os responsáveis pela política interna de formação de pessoal dessas organizações se verem tolhidos para adotar posturas ofensivas na conquista de novos quadros reforça as precauções contra os "perigos do mundo" e apura as técnicas de segregação dos noviços de seus ambientes de origem.

A promoção aos postos mais elevados da organização de alguns dentre esses "filhos da Igreja" encontra sua razão de ser na possibilidade de afirmação plena dos interesses do próprio corpo sacerdotal. Nesses casos em que a Igreja se

substitui quase completamente à família e a outros arrimos temporais, perfilhando como seus esses meninos desamparados, fica praticamente dispensada das retribuições usuais que costuma conceder àquelas famílias e setores sociais geradores de um contingente apreciável de "vocações". Dos três grupos de prelados já referidos, os "filhos da Igreja" encontraram aí o substitutivo social quase perfeito de suas famílias de origem que, por não poderem arcar com o ônus da educação e manutenção mínima dos seus, também não podem contar com qualquer retribuição por parte da organização. Ou seja, os "filhos da Igreja" não dão margem às negociações que a Igreja estabelece com suas clientelas visando assegurar a reprodução de seus quadros e, por conseguinte, isentam-na da taxa de retorno a que ela está obrigada a pagar em prol das famílias e setores sociais que lhe servem de "celeiros".

Definidos desde o momento de seu ingresso na corporação como frutos de uma "entrega", uma espécie de "mandados do divino", os "filhos da Igreja" tendem a exhibir ostentivamente os atributos característicos de funcionários domésticos. Por isso mesmo, dispõem de algumas vantagens para o desempenho de encargos penosos e delicados, como por exemplo arrecadar recursos sem suscitarem a suspeição de estarem obrando em proveito pessoal, denunciar ameaças potenciais e reais aos interesses organizacionais e reivindicar o cumprimento estrito dos dogmas internos. A lealdade irrestrita à organização faz com que sejam os que mais levam a sério as expectativas do "público

interno" da corporação, sendo, ao mesmo tempo, os mais vulneráveis à influência de capitais de toda ordem acumulados fora da Igreja.

## V. A PRODUÇÃO ORGANIZACIONAL DOS PRELADOS

O processo de produção e reprodução social do clero e, em particular, daquela minoria guindada aos postos de comando, se estende ao prolongado período de formação escolar e de iniciação na vida propriamente eclesiástica. Mormente no caso de uma organização a braços com a implementação urgente de uma política severa de "moralização" e profissionalização de seus quadros, a análise detida dessa etapa-chave na fabricação social do clero permite aclarar algumas das razões organizacionais para o êxito político alcançado pela Igreja na República Velha. Numa carreira amplamente determinada pelo tempo de exposição às regras, costumes e valores da cultura organizacional e, por conseguinte, pelas sucessivas "rupturas" com o meio de origem, a etapa de formação escolar e eclesiástica constitui um dos momentos decisivos na determinação de todo o "futuro" dos novos quadros no interior da corporação eclesiástica. Os mais importantes mecanismos de rompimento com os familiares e companheiros de infância, o progressivo distanciamento dos irmãos e das alternativas de vida social e profissional à carreira eclesiástica, são desencadeados ao longo desse período de segregação desde o ingresso no seminário menor até o momento da ordenação.

O ingresso no seminário se reveste de especial relevância nesse processo de quebra dos laços com a "ordem temporal". A não ser os casos bastante raros dos que "abraçam" a carreira ao final da adolescência ou no início da vida adul-

QUADRO V - IDADES DE INGRESSO NO SEMINÁRIO E DE ORDENA-  
DOS BISPOS (1890-1930)

FAIXAS DE IDADE	INGRESSO NO SEMINÁRIO (n=33)	ORDENAÇÃO (n=79)
9 - 14 anos	27% ( 9)	
15 - 19 anos	52% (17)	
20 - 22 anos	21% ( 7)	
Menos de 20 anos		1% ( 1)
20 - 25 anos		75% (59)
26 - 30 anos		19% (15)
31 - 35 anos		3% ( 2)
Sem informação		2% ( 2)

ta, a grande maioria das "vocações" tende a "despertar" desde a mais tenra idade. Um contingente apreciável dos futuros preladados ingressou no seminário menor nos primeiros anos da adolescência, entre os 12 e 15 anos, havendo uma parcela restrita que passou a frequentar as casas de formação ainda crianças com apenas 9 ou 10 anos. Por força de circunstâncias diversas, como por exemplo dificuldades de transporte ou distância entre as residências familiares e os seminários, muitos jovens só entraram nas casas de formação já adolescentes para aí realizarem estudos secundários ou concluir os preparatórios, como era o costume na época.

Os seminários eram então, ao mesmo tempo, colégios particulares e centros de atração e formação do pessoal religioso. Seja como for, quer fazendo as vezes de colégio interno para os herdeiros das elites, quer servindo como refúgio gratuito de rebentos promissores das famílias decadentes, a transição brusca desses meninos-moços de suas fazendas e vilarejos para um regime de severa disciplina devia tocá-los por dentro e por fora. Os sentimentos e as percepções desempenados não podiam deixar de provocar nesses matutos de estirpe uma perspectiva de distanciamento sobre o que fora sua experiência pregressa. Dado que quase todos os seminários estavam em mãos dos lazaristas e jesuítas, duas das ordens mais sintonizadas com os esforços de "moralização" do clero brasileiro impostos do exterior, não é difícil reconstruir o tipo de vida que esses jovens

passavam a ter<sup>(1)</sup>.

Horários rígidos para refeições, estudos, aulas, exercícios físicos, orações. Visitas rareantes aos familiares, quase sempre coincidindo com feriados religiosos ou durante as férias. Entrevistas regulares com os lentes e o diretor espiritual, contactos periódicos com autoridades diocesanas, visitantes e olheiros do bispo, do nuncio e dos provinciais das ordens, alguns deles em condições de influenciar a seleção dos mais talentosos para estágios no exterior, ou então, de fazer chegar ao conhecimento de seus superiores os feitos de alguém muito aplicado. Há inúmeros depoimentos a respeito da severi-

---

(1) Um relato sugestivo da vida cotidiana e escolar no Seminário de Diamantina consta da obra de Aurélio Pires, Homens e Factos de Meu Tempo, São Paulo, Companhia Editora Nacional, col. Brasileira, vol. 146, 1939, "II, em Diamantina", pp. 23/52, que o frequentou entre 1875-1878. Ainda sobre os seminários nas últimas décadas do século XIX e duas primeiras do atual, além das biografias e trabalhos já mencionados, consultar ainda P. Pascal Lacroix, op.cit.; Revista Seminário Imaculada Conceição, 25 anos, São Leopoldo, 1938; Mons. João Maria Balém, Pe. Balduino Rambo S.J., Astrogildo Fernandes e Klaus Becker, "A Igreja Católica no Rio Grande do Sul até 1912", in Enciclopédia Rio-Grandense, Canoas, Editora Regional, vol. II, 1956, pp. 1/46; Pe. Frederico Laufer S.J., "A Igreja Católica de 1912 a 1975", in Enciclopédia Rio-Grandense, "As Religiões no Rio Grande do Sul", Canoas, Editora Regional, 4ª vol., 1957, pp. 9/128; Mons. José Quinderê, "História Eclesiástica do Ceará", in Anuário do Ceará, pp. 83/97; Pe. Jorge Alfredo Lutterbeck S.J., Jesuítas no Sul do Brasil (Capítulos de História da Missão e Província Sul-Brasileira da Companhia de Jesus), Revisão dos textos e apresentação de Arthur Rabuske S.J., São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, série Publicações Avulsas, nº 3, 1977, especialmente os caps. 10 e 11, "A obra dos seminários" e "A obra dos colégios", pp. 83/109; Livros de Notas de Monsenhor João Soares do Amaral, relativos ao Seminário Episcopal e outros assumptos, 1889-1898, Arquivo da Cúria Arquidiocesana de São Paulo, referência 1/3/2.

dade disciplinar dos jesuítas e lazaristas, motivo frequentemente invocado para justificar conflitos sérios entre eles e os seminaristas brasileiros. Outras vezes, os seminários se convertem em objetos de litígio entre os religiosos responsáveis e as autoridades diocesanas<sup>(2)</sup>. A persistente escassez de "vocações" na sociedade brasileira, a crescente importação de religiosos estrangeiros no início deste século e os frequentes conflitos de jurisdição provocados pelas costumeiras interferências dos bispos e até mesmo de autoridades civis sobre matérias (currículos, orientação doutrinária dos cursos, bibliografia, regime disciplinar etc.) que os religiosos responsáveis consideravam de sua competência exclusiva, são alguns dos fatores que mais contribuíram para tornar os seminários uma importante arena de competição no interior da Igreja. Tais atritos e desentendimentos presenciados pelos seminaristas também devem ter marcado a percepção que passaram a ter das relações de força no interior do clero e da posição subalterna da Igreja brasileira em relação aos centros europeus.

Outro fator conjuntural de influência na formação clerical da geração mais velha de prelados atuantes na República Velha prende-se aos efeitos e desdobramentos da "questão religiosa". À altura da década de 70, pelo menos um terço dos

---

(2) As obras já citadas de Ralph Della Cava e Carlos Albino Zagonel contêm relatos circunstanciados a respeito de graves crises de autoridade ocorridas, respectivamente, nos seminários reformados de Fortaleza e Porto Alegre, ambas motivadas pelas resistências que suscitaram as orientações impostas pelos padres estrangeiros recém chegados e pelas interferências do diocesano local.

futuros prelados estava prestes a receber o presbiterato, alguns deles até mesmo das mãos dos bispos condenados, outros estavam recém ordenados, diversos tendo sido inclusive ex-alunos de D. Vital e D. Macedo Costa ou daqueles pares que haviam reagido publicamente às duras medidas governamentais. Os demais prelados aqui analisados frequentaram os seminários reformados após 1890 mas não devem ter ficado insensíveis aos preitos e homenagens que seus professores e outras autoridades eclesiásticas não perdiam ocasião de render à memória dos bispos de Belém e Olinda. Alguns desses então seminaristas foram alunos e protegidos dos bispos aprisionados, outros ostentavam a honra de serem seus afilhados de crisma ou de terem sido por eles indicados para prosseguirem seus estudos na Europa. As duas últimas décadas do século passado assinalam mudanças substanciais no interior das casas de formação que superaram a situação calamitosa contra a qual os líderes da "questão religiosa" haviam reagido energicamente, dando margem à reforma empreendida pelas ordens estrangeiras recém chegadas da Europa<sup>(3)</sup>.

---

(3) Ver, especialmente P. Joseph H. Foulquier S.J., Jesuítas no Norte, 2a. Entrada da Companhia de Jesus, 1911-1940, Baía, Livraria Duas Américas, 1940; Redovino Rizzardo C.S., A Longa Viagem (Os Carlistas e a Imigração Italiana no Rio Grande do Sul), Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina, 1975; Maria do Carmo Tavares de Miranda, Os Franciscanos e a Formação do Brasil, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1976 (1a. ed., 1969); A Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil nas Festas do Centenário da Independência Nacional, 1822-1922, Petrópolis, Tipog. das "Vozes de Petrópolis", 1922; Pe. Metodio da Nembro (O.F.M. Cap.), I Cappuccini nel Brasile, Missione e Custodia del Maranhão, 1892-1956, Milano, Centro Studi Cappuccini Lombardi, 1957; Pe. Jorge Alfredo Lutterbeck S.J., op.cit.; Pe. Luiz Marcicaglia S.D.B., Os Salesianos no Brasil. Ensaio de Crônica dos Segundos Vinte Anos da Obra de Dom Bosco no Brasil, 1904-1923, São Paulo, Livraria Editora Salesiana, 1958; V.J.M.J., Echos da Provincia do Brazil Septentrional, organizados por ocasião do 19 Centenário da Congregação dos Irmãos Maris-

Os futuros prelados brasileiros sofreram na pele as consequências de toda ordem provocadas pela prisão e condenação de seus superiores, sentindo-se repentinamente como alvos de perseguições e discriminações por parte de figurões de prestígio nos círculos dirigentes. E mesmo os poucos que se encontravam em Roma no calor dos acontecimentos não puderam se furtar aos desafios que lhes atribuíam uma responsabilidade redobrada pelos rumos futuros da Igreja no país. Os mais velhos acabaram participando de alguma maneira do conflito, escrevendo na imprensa, assumindo atitudes de censura e represália, enfim dando mostras de solidariedade. Aqueles ordenados e consagrados após a "questão religiosa", ou durante as primeiras décadas deste século, alunos de D. Adauto, D. Silvério, D. Luiz Antonio dos Santos, D. João Antonio, D. Joaquim Silvério, continuavam por isso mesmo expostos ao ressentimento organizacional generalizado, expresso em pastorais e solenidades públicas pelos diocesanos mais idosos, aferrados à meta de "reconquista" do terreno perdido. Tal intento tomou corpo através de inúmeras políticas entre as quais salienta-se o envio a Roma ou a Paris de uma leva considerável de noviços brasileiros para aí concluir seus estudos habilitando-se aos encargos político-administrativos de cúpula.

Após a conclusão dos estudos secundários de humanidades ou dos preparatórios nos seminários menores, onde permaneciam aproximadamente três ou quatro anos, aqueles que, como se costuma dizer, davam mostras de "perseverança" na carreira eclesiástica, iniciavam os três ou quatro anos de estudos supe-

riores de filosofia e teologia nos seminários maiores. Ao longo dessa etapa terminal iam cumprindo os diversos requisitos de noviciado, recebendo, pela ordem, a primeira tonsura, o subdiaconato, o diaconato e, finalmente, o presbiterato. Em prazo hábil antes da época prevista da ordenação propriamente dita, o candidato devia submeter-se a um processo canônico de investigação a respeito de suas origens e costumes, chamado "de genere et moribus". Dispondo da aprovação das autoridades eclesiásticas, ou seja, tanto do vigário de sua paróquia de batismo incumbido de ouvir as testemunhas convocadas como dos detentores de cargos formais na divisão do trabalho diocesano, o futuro sacerdote teria de providenciar seu título de patrimônio, transferindo à propriedade eclesiástica um dado montante de capital sob a forma de terras, títulos da dívida pública, ações, imóveis e outros bens de raiz. O ritual da ordenação tinha lugar através de cerimônias solenes, cabendo aos bispos o privilégio de imposição do sacramento cuja recepção é pontuada por uma série de votos de entrega e obediência à organização. Era bastante comum o recém ordenado rezar sua primeira missa na cidade natal, em presença dos familiares.

A parcela majoritária dos postulantes era ordenada entre 20 e 25 anos, respeitando portanto os requisitos etários fixados pelo direito canônico. Aqueles poucos, por volta de 20%, cujo ingresso no seminário ocorrera tardiamente, recebiam as chamadas ordens maiores entre 26 e 30 anos. 23 anos era a idade mais frequente de ordenação na época. Havia, pois, certa margem de variação na extensão do período de formação, des

de o mínimo de quatro anos, passando pelos que ficavam entre 6 a 8 anos, até aqueles que chegavam a residir uma década no seminário. Os "filhos da Igreja" e os que realizaram seus estudos secundários no seminário cumpriam, em geral, todos os ritos de passagem entre as diversas etapas da variante mais prolongada de formação eclesiástica.

O período passado no seminário pelos efetivos do clero diocesano e nas casas de formação pelos noviços das ordens religiosas, constituía o principal divisor de águas nos rumos que tomariam na carreira eclesiástica. Afora os deveres escolares de praxe e a incorporação de toda uma cultura organizacional, os anos de seminário propiciam e até incentivam a familiarização com as principais alternativas de carreira clerical, tornando os candidatos cientes da estreita vinculação entre os postos disponíveis numa determinada conjuntura do trabalho religioso e as posições de força no interior da organização. Durante esse período, os seminaristas vão aos poucos se dando conta das estratégias de enquadramento, mais ou menos dissimuladas conforme o prestígio e a autoridade dos lentes, do diretor espiritual, dos reitores, mediante as quais os mentores da organização buscam ajustar as expectativas de trabalho de seus pupilos às posições disponíveis na divisão do trabalho religioso.

Nas condições da época, os seminaristas desprovidos de pistolões dentro e fora da organização, ou então, os que não davam mostras de grande empenho intelectual, pouco pro-

pensos a dilatar o período de estudos, estavam desde logo fadados a permanecer a vida inteira como párocos ou vigários. Os demais podiam inclusive ocupar momentaneamente esses cargos como parte de um período probatório de "sargenteação" antes de serem alçados a postos de prestígio e responsabilidade. Como veremos adiante, são raros os prelados cuja experiência anterior à consagração tenha se limitado apenas ao trabalho pastoral, na época bastante desvalorizado e, no mais das vezes, tomado como sinal de relegação na hierarquia eclesiástica. Ali mesmo no seminário, os postulantes logo se davam conta de que a trajetória docente e intelectual constituia então a via mais segura e prestigiosa de acesso aos altos escalões hierárquicos.

Para os mais esforçados dentre os "filhos da Igreja", o único caminho ascensional era começar como lente, passando a diretor espiritual ou mestre dos noviços, até poder ocupar os postos cobiçados de vice-reitor e reitor. Ao desempenho de tais cargos associava-se a expectativa de que seus ocupantes também dessem provas de competência e talento nas atividades de produção, divulgação e militância intelectual, quer através do púlpito, das cátedras, da imprensa, quer através do timbre ortodoxo que conseguiam inculcar nos jovens que eles estavam formando. A proximidade organizacional, e muitas vezes espacial, entre o seminário e a residência dos bispas diocesanos, facilitava a percepção das engrenagens de poder e autoridade em nível local. Assim, por exemplo, não é de estranhar o contentamento daqueles chamados a preencher os postos de auxiliares de confiança do bispo, outro prenúncio de ascen-

são rápida e garantida na hierarquia. O período de formação constituía, portanto, a oportunidade de os futuros prelados se inteirarem do mercado de trabalho e de oportunidades interno à corporação e, ao mesmo tempo, oferecia o espaço institucional adequado ao discernimento das clivagens de interesse, ao confronto das pretensões, à barganha dos trunfos e à "opção" pelos 'partidos' e patronos eclesiásticos.

Dada a amplitude e variedade de tarefas e funções então desempenhadas pelo clero, não é de se estranhar o fascínio que a carreira eclesiástica devia suscitar junto aos interioranos que compunham o grosso do contingente cujas ambições se voltavam para a Igreja. Numa época de incipiente diferenciação do trabalho político e cultural, inclusive nas capitais estaduais, a Igreja estava em condições de oferecer aos seus quadros uma gama diversificada de posições e encargos que, no espaço da classe dirigente leiga, estariam praticamente fora de seu alcance. Impossibilitados de realizar os estudos superiores que encaminhavam às profissões liberais, aos postos de comando partidário e de representação parlamentar, os seminaristas que mais se distinguiam, segundo os padrões então vigentes de desempenho, tiveram a oportunidade estimulante de se depararem com um mercado de trabalho cativo que duplicava, à sua maneira, as posições leigas mais cobiçadas em termos de produção intelectual, de militância e participação política, de administração e gestão patrimonial.

Na Primeira República, a Igreja era talvez a úni

ca instituição em condições de propiciar uma escolaridade prolongada àqueles jovens excluídos das faculdades superiores (direito, medicina, engenharia, farmácia) que davam acesso às carreiras dominantes. Além de garantir treinamento ao desempenho de funções políticas na organização e prover a competência requerida em disciplinas e áreas de conhecimento (línguas estrangeiras, história, filosofia, português, matemática, etc.) cuja "aplicabilidade" se estendia a domínios leigos de atividade, os colégios religiosos de maior prestígio no país (Anchieta, São Leopoldo, Caraça, etc.)<sup>(4)</sup> formaram gerações sucessivas de herdeiros dos grupos dirigentes.

Na verdade, as diversas alternativas de carreira no interior da organização não encontravam a rigor um paralelo na divisão do trabalho leigo de dominação. Quer o roteiro usual de coadjutor, pároco, monsenhor, quer a trajetória administrativa incluindo inúmeras atribuições na cúria diocesana ou em instituições dela dependentes, quer o caminho prestigioso e especializado de mentores espirituais (diretor de consciência, diretor espiritual, orador sacro, confessor etc.) ou intelectuais (lentes, escritores, jornalistas, etc.), a Igreja ofere-

---

(4) Consultar José Ferreira Carrato, Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais (Notas sobre a Cultura da Decadência Mineira Setecentista), São Paulo, Companhia Editora Nacional, col. Brasileira, vol. 334, 1968, e do mesmo autor, As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça, São Paulo, Companhia Editora Nacional, col. Brasileira, vol. 317, 1963; Luis A. de Boni, "O Catolicismo da Imigração: do Triunfo à Crise", in José Hildebrando Dacanal (org.) e outros, RS: Imigração e Colonização, Série Documenta 4, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, pp. 234/255, trabalho que inclui uma listagem exaustiva dos empreendimentos escolares católicos, masculinos e femininos, no Rio Grande do Sul.

cia diversas possibilidades atrativas de atuação, mais ou menos especializada, conforme o tipo de formação escolar e cultural dos presbíteros recém ordenados.

Constituindo o espaço por excelência das ocasiões de sociabilidade oligárquica, festas, procissões, solenes pontificais, casamentos etc., não é de se estranhar o fascínio que ela devia exercer aos olhos acanhados desses interioranos de vária procedência, quase sempre mal situados numa prole numerosa de proprietários rurais remediados. Os que acabavam "perseverando" deviam enxergar os lugares da organização que tiveram a oportunidade de frequentar e de se familiarizar — a saber, o seminário, a casa do bispo, as igrejas da cidade, as sedes das irmandades — como uma das poucas, senão a única, possibilidade de "escapar à sua condição" para que pudessem continuar estudando na capital do estado, participar das festas que a Igreja empresava e, sobretudo, chegar talvez um dia a pertencer a essa espécie à parte que eram os "padres".

Após alguns anos de experiência no seminário, com a progressiva tomada de consciência das chances pessoais de futura movimentação no interior da organização, cientes dos laços com o exterior e da possibilidade de acioná-los sob a forma de viagens de estudos, os futuros prelados não podiam deixar de se sentir cada vez mais como integrantes de um empreendimento "internacional" cujas ramificações ultrapassavam de muito as fronteiras estaduais e nacionais. Os acenos de que poderiam alcançar a graça de ir a Roma ou a Paris, o sonho feito realidade

de andar de navio, de residir nesses grandes centros por um período prolongado, contribuíam para fazer da profissão eclesiástica algo que valia a pena, talvez a única possibilidade de escapar ao destino ordinário de um menino do interior que, por força de sua posição relegada na linhagem, se via completamente barrado das carreiras masculinas associadas à condição de proprietário de terras, gado e escravos.

Com base nas evidências disponíveis, pode-se tentar reconstruir o que se passava na cabeça de um desses jovens em vias de treinamento para a carreira eclesiástica, um daqueles que estivesse se familiarizando com o "clima" organizacional. Desde logo, entrar para a Igreja tinha algo a ver com o acesso ao mundo oficial do "espetáculo", da "festa", da "encenação", uma oportunidade de se colocar do outro lado, o altar em lugar das bancadas, de passar do anonimato do público à condição de oficiante em relevo, segurar as varas do púlpito, agitar o turíbulo espargindo incenso, tocar as campainhas com energia no momento da consagração, celebrar a missa, subir ao púlpito e falar do alto, alçando-se em suma da despersonalização familiar e social à condição de figurante enfarpelado das cerimônias religiosas.

Diante desses caipiras que se viam inteiramente excluídos da herança das terras e da posição paterma, a Igreja parecia em condições de lhes conceder um lugar no mundo, uma identidade fortemente exteriorizada pelo uso da batina, pela tonsura nos cabelos, pelos sapatos afivelados, e que se abri-

lhantava, nos momentos do culto, pela ostentação de vestes cerimoniais brancas e luxuosamente trabalhadas a mão. Devia contar bastante o sentimento de pertencer a uma organização poderosa e capaz de livrá-los da situação derrisória de caudatários de uma parentela oligárquica.

Entrar para a Igreja tomava assim o significado de, no limite, vencer os constrangimentos do ambiente familiar e social, passando a extrair uma identidade dessa simbiose com as insígnias características do pessoal religioso. Pertencer à Igreja era o mesmo que passar a se movimentar num cenário à parte, infenso às prosaicas determinações econômicas e às injunções políticas mais reles. Um mundo especial, desencarnado, os corpos envoltos em panos, paramentados para o desempenho de funções espirituais que não dispensam os apelos mais intensos aos sentidos, inebriados pelas flores, música, incenso, vinho, desempenados pelo desencadear de sensações que levam às alturas, ao desprendimento do mundo familiar e das rotinas. Tais experiências culminam com a aquisição de uma identidade garantida, de um lugar no mundo para aqueles que se sentem pouco a vontade na "terra dos homens", que manejam com dificuldade o corpo dos homens, e que, por todas essas razões, vivem o enquadramento clerical como sendo capaz de disciplinar as desordens físicas, familiares e afetivas, de que se sentem vítimas. Em outras palavras, a carreira eclesiástica dava assim direito a uma máscara social cujos portadores se sentiam garantidos materialmente e depositários de uma missão valorizada no mundo social a que pertenciam e do qual se sentiam enxotados.

Um contingente apreciável dessa geração de prelados interrompeu sua formação no país para prosseguí-la no exterior, em geral nos colégios e universidades pontifícias em Roma, uns poucos no seminário parisiense dos lazaristas. Aqueles encaminhados a Roma eram, via de regra, escolhidos pelos bispos diocesanos após consulta aos reitores e diretores espirituais dos seminários. Também pesavam no processo de seleção dos "melhores" a intercessão de parentes bem situados na alta hierarquia eclesiástica, ou então, os empenhos das famílias ricas dispostas a financiar o estágio no exterior.

A maioria desses futuros bispos brasileiros permanecia fora pelo menos quatro ou cinco anos, alguns dilatavam esse período até sete ou oito anos ou mais, mormente quando haviam sido incentivados a obter os títulos de doutoramento em teologia, filosofia e direito canônico, as lãureas acadêmicas mais prestigiosas ao alcance da elite eclesiástica.

Muitos desses jovens passavam diretamente dos seminários em Mariana, São Paulo, Olinda, para as casas de formação européias, sendo que algumas delas, como por exemplo o Colégio Pio-Latino Americano, haviam sido fundadas com a atribuição explícita de oferecer aos futuros quadros do primeiro escalão latino-americano uma formação ajustada à política recém implantada de "romanizar" de alto a baixo as igrejas nacionais da periferia. A importância da cota concedida a cada país espelhava, é claro, o peso de sua contribuição regional conforme o esquema de prioridades fixadas pela política externa de investi-

QUADRO VI - FORMAÇÃO SUPERIOR DOS BISPOS (1920-1967) (\*)

TÍTULOS UNIVERSITÁRIOS	1890/1920 %	1967 %
. Doutores em teologia, filosofia e direito canônico	33% (n = 20)	7% (n = 16)
. Licenciados nas mesmas áreas indicadas acima	-	2% (n = 6)
. Licenciados em ciências e letras	-	1% (n = 2)
<b>TOTAL</b>	33% (n = 61)	10% (n = 243)

(\*) A fonte dos dados para 1967 é o artigo do Pe. Godofredo J. Deelen, SS.CC. "O Episcopado Brasileiro", in Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 27, fasc. 2, junho de 1967, pp. 310/331.

mentos do Vaticano.

O ritmo intenso de estudos para obtenção dos diplomas, a aprendizagem de pelo menos duas línguas estrangeiras (o italiano e o francês), o perfeito domínio do latim como "dialeto organizacional e litúrgico", os contactos frequentes com colegas latino-americanos e de outras procedências "periféricas", os incentivos e prêmios à excelência intelectual e à ortodoxia doutrinária nos princípios recém aprovados do Vaticano I, a intimidade com as engrenagens e manhas de uma Igreja em proceso acelerado de "romanização", todas essas experiências marcaram profundamente os estudantes brasileiros, contribuindo para reforçar os sentimentos de lealdade perante as autoridades pontifícias e para desgastar os laços com o ambiente social e político de origem.

Por outro lado, a duração prolongada da formação do clero, sobretudo daquela minoria destinada às funções e posições de comando organizacional, fazia com que esse período fosse pontuado pelos empenhos concedidos aos postulantes por figuras destacadas da hierarquia. Para a maior parte dos estudantes brasileiros estagiando nos seminários parisienses ou em colégios pontifícios, cada uma das etapas assinalando a imposição das ordens podia dar lugar a uma ocasião particularmente emocionante de efusão cooptativa, em presença de algum figurão da hierarquia assumindo o posto de celebrante. Alguns receberam a primeira tonsura de D. Vital, outros foram ordenados pelo arcebispo de Paris, aqueles bem sucedidos nos estudos mere-

ciam a honra de terem a cerimônia de ordenação presidida por cardeais da cúria, as vezes acolitados pelo seu protetor na hierarquia brasileira em visita à cidade papal.

Entretanto, a experiência romana dos estudantes brasileiros não se cingia à absorção de saberes e procedimentos adequados ao manejo das altas funções eclesiásticas, à incorporação das orientações doutrinárias e estilos litúrgicos então em voga, ou aos momentos tocantes de sua progressão pessoal na carreira clerical. Os relatos entusiastas daqueles jovens noviços recém chegados ao centro da cristandade, deslumbrados diante das basílicas, das catacumbas, das solenidades e de tudo o mais que expressava o poder temporal do pontífice, guardam lampejos do arrebatamento de que se sentiam tomados.

A longa viagem transatlântica se fazia quase sempre em companhia de altas autoridades eclesiásticas brasileiras, incluindo-se frequentemente no roteiro a visita a lugares famosos de peregrinação (santuários espanhóis e franceses, Jerusalém, etc.), sendo também a primeira oportunidade de desfrutar das marcas de deferência e dos privilégios então concedidos aos dignitários da Igreja. Esse treinamento internacionalista a que estavam sujeitos os recrutas para os altos escalões eclesiásticos incluía a celebração de missas em lugares santos pelos ordenados ou o desempenho das funções de acólito pelos noviços, eventos que passavam a constar da folha de serviços do futuro prelado. Tais visitas propiciavam ainda um contacto directo com importantes manifestações de força do catolicismo que

a maioria dos seminaristas sô conhecia através de leituras e do proselitismo de seus professores. Portentosas peregrinações com milhares de fiéis arrebanhados conforme o país de origem, a passagem obrigatória pelos sítios dos milagres e pelas casas em que haviam residido os santos da Igreja, as rezas coletivas, o murmúrio uníssono de penitentes ajoelhados, iam se acumulando as provas irrefutáveis de grandeza organizacional.

Os momentos de emoção mais intensa seriam aqueles vividos em Roma. A visita às basílicas romanas, aos túmulos dos papas, aos museus, às catacumbas, às ossadas e relíquias do martirológico cristão, aos palácios e jardins pontifícios, mosaicos, mármore, pedras raras, obras de arte, em suma os tesouros da Igreja que manifestavam nas grandes cerimônias o majestoso aparato do poder pontifício. Era o caso, em especial, das solenidades de canonização, que mobilizavam tropas do paço, guardas de honra, dignitários, alabardas, trombetas, cantos, ladainhas, produzindo o clima de fervor e arrebatamento que precedia o momento culminante de entrada do cortejo pontifício, ladeado por bandeiras e pendões dos santos a serem canonizados, fazendo avançar a cadeira gestatória do papa, fazendo o público presente prorromper em palmas, vivas, lenços brancos, o clero entoando o Regina Coeli, "uma berraria imensa(...)

um verdadeiro delírio" (5).

Os jovens formados nessas condições regressavam ao país convictos de sua excelência, cientes da raridade de sua competência no mercado local de trabalho religioso, muitos deles doutores da Igreja em condições de fazer valer suas pretensões aos postos mais cobiçados e mais condignos às suas expectativas e aos investimentos custosos de que se haviam beneficiado.

---

(5) O trecho citado foi extraído do texto "As Minhas Peregrinações (Um Punhado de Correspondências traduzindo Impressões de Viagem)" que o seu autor, o padre português Moysés Nora, depois prior da freguesia de Porto Ferreira em São Paulo, oferece ao "Exmo. e Revmo. Snr. Conego Mr. Manoel Vicente da Silva, inclito e merecidamente querido Vigário Capitular de São Paulo". Ver Moysés Nora, Recordações da Minha Pátria, "Obra illustrada com o rertato do auctor e auto-biografia do mesmo pelo esperançoso escriptor Carvalho Neves", São Paulo, 1903, "Peregrinação a Roma (1900)", p. 128.

## VI. A GESTÃO DIOCESANA NA REPÚBLICA VELHA

As duas primeiras décadas do regime republicano constituíram um momento particularmente crítico para a Igreja Católica brasileira. Tendo que enfrentar movimentos sociais da magnitude de Joazeiro, Canudos e Contestado, e encontrar soluções viáveis para manutenção e expansão de suas instituições, os dirigentes eclesiásticos viram seus esforços condicionados quer pela necessidade de acertarem fórmulas de acomodação com as elites oligárquicas quer pelas diretrizes impostas pela política pontifícia de "romanização" nas regiões periféricas. As perspectivas de expansão que então se abriram à corporação eclesiástica em diversos domínios de atividade, mormente no sistema de ensino, sucediam em meio a toda sorte de conflitos político-religiosos com que se defrontaram os prelados.

A maioria dos bispos atuantes nesse período se viram envolvidos em conflitos sérios com irmandades leigas e em pendências judiciais com autoridades públicas em torno de questões patrimoniais. Acostumados às prerrogativas vigentes no regime imperial, os membros das mesas administrativas das irmandades resistiram com os meios ao seu alcance aos avanços da autoridade episcopal. Sendo em geral compostas por figuras ilustres das oligarquias locais, as mesas administrativas relutaram em abrir mão do controle que exerciam sobre as rendas coletadas, tanto mais consideráveis quanto mais rendoso o movimento de fiéis nos lugares santos sob jurisdição dessas irmandades. Via de regra, o primeiro passo dos prelados era entabular negociações com os dirigentes, buscando partilhar as principais

QUADRO VII - IDADE DE CONSAGRAÇÃO DOS BISPOS (1890/1920  
-1967) \* (A)

IDADE DE CONSAGRAÇÃO DOS BISPOS	1890-1920 %	1967 %
. Menos de 30 anos	5	-
. 30 - 39 anos	43	1,6
. 40 - 49 anos	47	23,8
. 50 - 59 anos	5	39,9
. 60 anos e mais	-	32,5
. Sem informação	-	2,2

(\*) A fonte dos dados para 1967 é o artigo do Pe. Godofredo J. Deelen, SS.CC., "O Episcopado Brasileiro", in Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 27, fasc. 2, junho de 1967, pp. 310/331.

(A) Comparando-se a idade de consagração dos bispos na República Velha à situação prevalecente em 1967, constata-se a proporção considerável de prelados designados ainda bastante jovens (48%, praticamente a metade do corpo episcopal) ao longo do período 1890-1930, e a reversão quase completa desse perfil do quadro de "altos dignitários" a partir dos anos 60. Tal situação contribuiu sem dúvida para o acirramento das lutas internas na alta cúpula da corporação, dificultando a imposição de um comando centralizado através de uma única liderança (seja aquela exercida em caráter pessoal na época do Cardeal Leme durante o regime Vargas, seja aquela de caráter institucionalizado exercida através da CNBB a partir dos anos 50) e, ao mesmo tempo, favorecendo a montagem de anéis político-organizacionais. A probabilidade de uma carreira episcopal durar 2, 3 ou até mesmo 4 décadas abria perspectivas novas ao trabalho de "conquista" de influência e extensão de poderes dentro e fora da organização. Por outro lado, essa situação facilitou a obediência às diretrizes romanas e postergou a viabilização de um "alto comando" eclesiástico no Brasil durante a República Velha.

posições no sistema interno de poder, aquelas de provedor ou tesoureiro, para as quais desejavam indicar nomes de sua confiança. Quando falhavam sucessivas tentativas de aproximação e equacionamento amigável, os prelados passavam a fazer ameaças de interdição dos bens e, como último ato dessa escalada, chegavam inclusive à destituição sumária dos dirigentes, invocando em seu favor as novas disposições legais assegurando o poder dos prelados sobre os negócios temporais da Igreja. Dado o volume considerável de interesses pecuniários em jogo, a reação dos antigos dirigentes não tardava, decidindo frequentemente iniciar um processo judicial a fim de resguardar os antigos direitos que lhes haviam sido concedidos na vigência do regime de padroado.

Como era de se esperar, os conflitos mais dramáticos tiveram lugar onde eram mais lucrativos os negócios de exploração dos lugares santos, principal fonte de renda das irmandades. A não ser aqueles casos raros em que as negociações encaminhadas pela autoridade episcopal tiveram um desfecho favorável, os prelados quase sempre levaram a melhor, obtendo ganho das causas julgadas em tribunais civis. Os conflitos envolvendo D. Joaquim José Vieira e a Irmandade de São Francisco das Chagas do Canindé, ou então, D. Jerônimo Tomé da Silva e a Irmandade de Bom Jesus da Lapa, ilustram bem as duas modalidades de resolução desse tipo de litígio em torno da administração e apropriação das rendas auferidas pela exploração dos san-

tuários de mesmo nome<sup>(1)</sup>.

O culto a São Francisco na localidade cearense do Canindé, em plena região das secas, remonta a fins do século XVIII, em seguida à construção da igreja e à entronização de uma grande imagem de São Francisco, estimulado no Ceará e em todo o nordeste pelas três ordens franciscanas após a interdição da catequese jesuíta decretada por Pombal em 1759. A irmandade de São Francisco fora instituída para arcar com as despesas das festas anuais do padroeiro, tendo seu compromisso aprovado pela lei de 1870, que lhe assegurava o direito de administrar o patrimônio do referido santuário. A exemplo do que sucedeu em outras tantas confrarias, os recursos disponíveis foram muitas vezes empregados em obras civis e serviços particulares não autorizados pelas autoridades eclesiásticas. Na medida que o santuário foi se convertendo num centro de atração de romarias, arrecadando uma quantidade crescente de bens em espécie e recursos em dinheiro, os dirigen

---

(1) Frei Venâncio Willeke O.F.M., São Francisco das Chagas de Canindé (Resumo Histórico), Salvador/Bahia, Ed. Mensageiro da Fé Ltda., 1962, 184 pp.; Mons. José Quinderê, Dom Joaquim José Vieira, 2º Bispo do Ceará, Aspectos da Sua Vida, Fortaleza, Revista do Instituto do Ceará, s.d., e do mesmo autor, Reminiscências, 2a. ed., Fortaleza/Ceará, 1979; Pe. Turíbio Vilanova Segura (Capelão do Santuário), Bom Jesus da Lapa (Resenha Histórica), São Paulo, Gráfica São José, 1948, 3a. ed.. Conflito semelhante ocorreu em torno do controle das rendas arrecadadas no Santuário do Bonfim, conforme relata o Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho, A Devoção do Senhor Jesus do Bom-Fim e sua História, Bahia, Typ. de S. Francisco, 1923, 220 pp. Entre diversos outros casos ocorridos no período, D. Silvério Pimenta também conseguiu dobrar as pretensões da Irmandade à frente do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matosinhos em Congonhas do Campo, o mesmo ocorrendo com D. Antonio Xisto Albano que teve ganho de causa nos tribunais civis contra a Irmandade de Sant'Anna de Óbidos em torno da "destinação dos bens" por ela angariados. Consultar, respectivamente, D. Joaquim Silvério de Souza, op.cit., p. 407; João Santos, op.cit., pp. 116 e segs.; D. Felipe Condurú Pacheco, op.cit., p. 347 e segs.

tes da Irmandade passaram a se valer dos privilégios garantidos pela legislação civil para que pudessem se furtar a prestar contas das aplicações que faziam à autoridade eclesiástica competente. Em 1886, por ocasião da visita pastoral a Canindé, D. Joaquim externou reservas quanto aos procedimentos da confraria, que deixara de cumprir suas obrigações em relação à pompa externa do culto. Ao cabo de alguns anos, tendo sido infrutíferas suas solicitações concernentes à prestação de contas e vendo negado seu pedido para que se entregasse os bens e documentos do santuário como condição preliminar à eleição da nova mesa regedora, D. Joaquim anulou o compromisso de 1870 e delegou a administração provisória da Irmandade ao pároco de Canindé. Em represália, a antiga mesa regedora moveu um processo contra o prelado que teve ganho de causa. D. Joaquim entregou a direção do Santuário aos capuchinhos e procurou amaciar sua intervenção através da criação de dois orfanatos e da instalação de luz elétrica no Canindé, empenhando-se ainda em providenciar outros melhoramentos urbanos que pudessem favorecer a expansão do culto.

A devoção ao Bom Jesus da Lapa, marco espiritual do ciclo do gado na região do rio São Francisco, também teve início em fins do século XVII, por iniciativa de um ex-pintor pobretão que se fez anacoreta após graves desentendimentos com as autoridades em Salvador, embrenhando-se pelos sertões baianos até fixar-se na gruta do Bom Jesus em adoração à imagem do Cristo crucificado que ele mesmo trouxera. Em face do êxito alcançado pelo místico português, logo chamado de Monge, naquela localidade que se tornara um entroncamento obrigatório no caminho para o ouro das Minas Gerais, por onde passavam fazendeiros, mascates, criadores e escravos, o então arcebispo baiano achou preferível convocar à capital

o Monge que acaba aceitando a proposta de se ordenar e assumir oficialmente a liderança como capelão nomeado do santuário do Bom Jesus da Lapa. As ofertas milionárias dos comerciantes e atravessadores de ouro permitiram a constituição de um patrimônio vultoso sob a forma de alfaias, imagens, paramentos. Valendo-se de seu prestígio, o místico-capelão logrou por sua vez a concessão de terras pela coroa portuguesa, passando a explorá-las e mais tarde incorporando-as ao patrimônio do santuário. Já em 1849, o então arcebispo da Bahia, atendendo à solicitação de pessoas da vizinhança e devotos do Bom Jesus, aprovou um Compromisso de Irmandade que devia zelar pelo Santuário em estado de abandono, cuidar do patrimônio, tratar de expandi-lo e organizar a festa anual de 6 de agosto. Podia pertencer à Irmandade "toda pessoa, homem ou mulher" que pagasse de entrada a esmola de quatro mil réis e anualmente um mil réis, contanto que morassem numa distância de até quinze léguas da gruta, tendo direito ao uso de opas roxas, ao sufrágio de vinte missas e enterramento gratuito no cemitério paroquial. Dos diretores da Irmandade, o procurador era o único a receber os 5% das rendas das fazendas e do Engenho do Brejo e um boi a cada dois meses, devendo os administradores prestarem contas ao Juiz de Órfãos e Capelas ao fim de cada ano. As riquezas provenientes das ofertas dos romeiros e fiéis bem como da exploração dos bens patrimoniais acabaram suscitando a cobiça de alguns dirigentes da Irmandade a ponto de fazer com que o presidente da província mandasse recolher ao depósito público quantia superior a quarenta contos em ouro, prata e papel, pertencente àquela Capela, em meados da segunda metade do século XIX. E os negócios deviam ser de fato bastante lucrativos quando se sabe que as funções de sacristão acabaram se tornando um "objeto de luta e cobi-

ça dos magnatas da terra" por volta de 1878. A essa altura do segundo império, o santuário se convertera num móvel de disputa entre os coronéis da região, pressurosos em monopolizarem as funções dirigentes na Irmandade, criando toda sorte de dificuldades ao trabalho dos capelães, "não se tolerando a presença do Vigário". Em 1884, o Presidente da Bahia apresentou à Câmara o projeto de criação da Freguesia do Bom Jesus da Lapa, encontrando resistência por parte do Governador do Arcebispado que justificou sua atitude invocando as dificuldades para sustento material de um vigário na localidade. Segundo as fontes consultadas, a irmandade em questão "tem sido uma indecente comidilha, pouso de discórdias, princípio e fim de todas as questões do Termo, onde os nós górdios são cortados a ponta de faca, ou a tiros de bala, com a mais revoltante impunidade". Assim, não é de se estranhar que o primeiro prelado da arquidiocese pós separação tenha tomado providências para por fim a essa situação. Para tanto, incumbiu o vigário forâneo do Alto São Francisco de propor à mesa administrativa da Irmandade um acordo pelo qual a administração do santuário com todos os seus bens voltasse às mãos do Arcebispo que, por sua vez, se comprometia "a construir e sustentar com os donativos e esmolas dos fiéis, um estabelecimento para educação de crianças pobres nesta Cidade (...) e a vender o rico patrimônio das fazendas pertencentes ao Bom Jesus, dando preferência aos Diretores da Irmandade". A razão principal dessa disposição tão generosa de liquidar o contencioso num arreglo a portas fechadas entre os dirigentes da confraria e o prelado baiano tem a ver, de um lado, com a estratégia defensiva do bispo desejoso de não abrir mais um flanco em meio à efervescência do movimento de Canudos e, de outro, com a qualidade social de seus inter-

locutores à testa da Irmandade<sup>(2)</sup>. O presidente da mesa administrativa da Irmandade era o Coronel Francisco Joaquim Flores, criador de gado em Sant'Ana dos Brejos, membro ilustre do Partido Republicano da Bahia, intendente do município, senhor todo-poderoso da região, um dos coronéis mais ativos do estado no período 1889-1837. A barganha aventada pelo emissário do arcebispo não poderia ser mais favorável aos interesses dos coronéis locais. O patrimônio, vendido a preços aviltados, incluía a Fazenda da "Barra do Bom Jesus", comprada pelo Capitão Avelino Bastos (suplente do Juiz Preparador do Termo e membro da comissão nomeada pelo arcebispo para edificação do estabelecimento que entrara como uma das cláusulas do acordo) e por Horácio Antonio Fernandes (tesoureiro da Irmandade), por vinte contos; o Brejo do Bom Jesus, comprado por José Marques, do Riacho de Sant'Ana, por cinco contos; várias outras fazendas em Sant'Ana dos Brejos, compradas pelo Cel. Francisco Joaquim Flores (presidente da Mesa Administrativa da Irmandade), por onze contos, etc., todas elas com muito gado e vários engenhos de açúcar. O dinheiro apurado foi empregado no Colégio-Asilo<sup>(3)</sup>. Findas as transações, o Arcebispo da Bahia extinguiu a confraria por ato de 28 de agosto de 1894, por ocasião da visita pastoral que empreendeu à região do santuário. Em 1902, o mesmo arcebispo entregou o santuário aos cuidados dos padres agostinianos recoletos que já se encontravam à frente de algumas paróquias na zona do São Francisco.

---

(2) Turibio Vilanova Segura, op.cit., pp. 201/203.

(3) Idem.ibid., p. 204.

Desejosos de impedir a ocorrência de surtos de mobilização religiosa nesses lugares de devoção que pudessem escapar ao seu controle, a exemplo do que sucedera em Joazeiro e Canudos, os prelados da República Velha não mediram esforços para coibir desmandos nas irmandades, buscando sujeitá-las a um regime idêntico de submissão e respeito à autoridade episcopal a que se sujeitavam as ordens terceiras e associações pias fundadas pela Igreja no contexto da política de "romanização". Nessas condições, o empenho em canalizar as rendas auferidas por essas confrarias por conta da exploração econômica de importantes santuários se inscrevia num quadro amplo de preocupações quanto ao disciplinamento das principais festas religiosas, sobretudo aquelas dos santos padroeiros.

Através de pastorais, circulares, apelos, verifica-se ampla unanimidade entre os prelados do período quanto à urgência de severo disciplinamento das festas religiosas. Trata-se, a rigor, de um problema em tudo idêntico ao das irmandades. Ao longo do século XIX, o encargo de coletar recursos para as despesas com a organização dessas festas se tornou um direito exclusivo de comissões integradas por figuras eminentes das elites locais, muitas vezes dispensando a colaboração dos padres e vigários. Essa tradição fora progressivamente alheando a presença eclesiástica do processo decisório relativo à alocação dos recursos levantados. A situação chegara a tal ponto que parcelas crescentes da arrecadação era empregada na decoração externa de ruas e praças, na montagem de quermesses, festas, fogos e bailes, cabendo à igreja-matriz uma quantia irrisó

ria.

Apesar do esforço orquestrado de muitos prelados para difundir em suas dioceses certos cultos romanizados como a devoção ao Sagrado Coração de Jesus<sup>(4)</sup>, ou então, encorajando a criação de filiais do Apostolado da Oração<sup>(5)</sup>, não havia jeito de se furtarem ao desafio que as festas religiosas tradicionais impunham à própria autoridade diocesana. Nesses casos, era difícil distinguir o interesse meramente pecuniário do empenho manifestamente político de fazer valer, pela via das doutrinas romanizadas da ortodoxia litúrgica, os pontos de vista e sobretudo o monopólio de autoridade doutrinária que os prelados queriam impor em quaisquer campos de sua alçada.

No entender dos bispos, tais festas haviam sofrido um completo desvirtuamento, tendo-se tornado eventos "secularizados", "paganizados", oportunidades de lazer "desbragado", em que os focos de interesse externo haviam suplantado os atos religiosos no interior das Igrejas. E mesmo as procissões haviam se convertido em espetáculos coloridos e pirotécnicos

---

(4) Em 1889, por decreto do Papa Leão XIII, "toda a humanidade foi solenemente consagrada ao Sagrado Coração", sendo que essa devoção, surgida e desenvolvida na França, fora amplamente difundida no Brasil pelas ordens de origem francesa, sobretudo pelos lazaristas, além de haver sido adotada com empenho pelos prelados da época. Ver The Catholic Encyclopedia, New York, 1913, VII, ppl 163/167.

(5) Praticamente a maioria dos prelados do período em pauta instituíram filiais do Apostolado da Oração, obra diocesana votada ao culto do Sagrado Coração de Jesus, estimulado como uma espécie de alternativa às festas populares, em especial aquelas dos padroeiros.

que pouco tinham a ver com suas finalidades originais. Diante do que lhes parecia um descalabro, a grita dos prelados se traduziu rapidamente em medidas disciplinares que desencadearam por vezes ferozes reações de anti-clericalismo. Em geral, o atrito inicial ocorria entre o bispo recém chegado e as comissões organizadoras que relutavam em depositar as quantias arrecadadas em mãos das autoridades eclesiásticas, ou então, o que dava no mesmo, em favor do altar e do templo do(a) padroeiro(a).

Assim, por exemplo, D. Adauto determinou após sua posse como bispo da Paraíba (1899), "que só façam parte das comissões de festas religiosas os verdadeiros católicos obedientes às legítimas prescrições da autoridade diocesana — e que expliquem os Vigários aos fiéis o sentido das esmolas aos Santos Padroeiros, o qual não é nem pode ser a sua aplicação em passeatas, jantares, bailes, foguetes e coisas semelhantes, esquecendo, entre outros elementos essenciais, a própria organização do templo"<sup>(6)</sup>. Entre as medidas tomadas para "re Cristianizar" a Festa das Neves, D. Adauto incluiu a celebração do Corpus Christi com todo o esplendor litúrgico das pompas romanizadas, a adoração do Santíssimo Sacramento, a publicação no jornal diocesano de uma pastoral do bispo de Goiás condenando os abusos do culto externo tais como "estampidos de foguetes, rumores de instrumentos musicais", e mais a exigência de as comissões organizadoras cederem à Igreja a metade da quantia arrecadada, para limpeza do templo e compra de ornamentos<sup>(7)</sup>. Atribuindo ao bispo

(6) Pe. Francisco Lima, op.cit., vol. I, p. 181.

(7) Idem, ibid., pp. 181/182.

intenções gananciosas, as comissões rejeitaram a proposta, com apoio do batalhão militar sediado na capital estadual que abrigava inúmeros membros da maçonaria. Criado o impasse, D. Adauto decidiu adiar a festa, mandando inclusive trancar as portas do templo. As represálias à decisão episcopal consistiram em "festejos profanos no adro da Catedral, passeata saída do quartel do 27º (Batalhão de Caçadores), de algum clube e de edifício da Associação Comercial, ameaças de arrombamento do templo, cantos de litanias ao som de piano, rabeca e flauta, as irmandades acompanhando o préstito, com apoio do exército, dos aprendizes marinheiros, insultos ao bispo e ao clero"<sup>(8)</sup>. No ano seguinte, dando sequência às manifestações de desforra, "um alferes do Exército(...) vestiu-se de bispo, praticando cinicamente pelas ruas da capital toda a sorte de facécias e afrontas à Igreja lançando com suas mãos crispadas em covardes gestos a benção a todos os que encontrava"<sup>(9)</sup>. Sua detenção por alguns dias não pôs fim à pendência nem aos ataques do jornal anti-clerical da cidade. A resposta de D. Adauto foi idêntica à do ano anterior, mandando realizar um "soleníssimo tríduo de preparação para a consagração das dioceses ao Sagrado Coração de Jesus". No sábado de aleluia desse ano 1900, um turma de maçons e militares tomou a iniciativa de exhibir publicamente dois judas em trajes alusivos às figuras do bispo e do cura da Sé, cuja marcha deveria ocorrer após a missa da Aleluia, no momento do regresso do prelado à sua casa.

O plano gorou porque o copeiro do Seminário, por certo trabalhado pelos de sua facção carola, teve

(8) Idem, ibid., p. 184.

(9) Idem, ibid., p. 196.

o peito de destruir os espantalhos a serem tripudiados. O jornal diocesano publicou a lista de integrantes das comissões organizadoras conforme determinação do bispo que alegou motivos de doença para novamente adiar a festa, "desta vez sem protestos nem insultos", que acabou se realizando entre os dias 5 e 15 de agosto, com pontifical procissão e Te deum, obedecendo ao mais estrito figurino romano<sup>(10)</sup>.

As pendências entre os prelados e autoridades públicas envolviam em regra a reapropriação de bens imóveis que, embora tendo pertencido à Igreja, haviam caído em mãos do governo, quer por terem sido abandonados, quer por terem sido objeto de transações legais. Houve também alguns casos de negócios com bens do patrimônio eclesiástico (terrenos, prédios, conventos, etc.) por decisão e iniciativa dos próprios prelados que vislumbraram nessas barganhas a oportunidade de logra-

---

(10) Idem, *ibid.*, p. 201. Os incidentes ocorridos em torno da tradicional festa do "Círio de Nazaré" em Belém, ao tempo de D. João Ireneo Joffily, que a considerava então uma ameaça de desvirtuamento "religioso e litúrgico", foram uma das principais razões da crise que culminou com seu pedido de renúncia. D. Francisco de Paula e Silva, D. Eduardo Duarte da Silva e D. Joaquim Silvério de Souza, entre outros, também combateram as festas populares através de ações e pastorais. Consultar Apolônio Nóbrega, "Dioceses e Bispos do Brasil", in Revista do Instituto Histórico e Geográfico e Brasileiro, vol. 222 (janeiro-março), pp. 3-328, 1954; Sacramento Blake, *op.cit.*, vol. II, p. 246/7 e vol. IV, p. 519; Celso de Carvalho, *op.cit.* p. 106. Em 1896, D. Eduardo Duarte da Silva difundiu a Pastoral das Funções e Festividades Religiosas, que encontrou ampla receptividade entre aqueles prelados a braços com dificuldades semelhantes no disciplinamento dessas festas. Ver ainda o trabalho recente de Isidoro Alves, "O Carnaval Devoto". Um estudo sobre a Festa do Nazaré, em Belém, Petrópolis, Vozes, 1980.

rem outras vantagens sob a forma de subsídios financeiros oficiais ou privados.

D. Antonio Xisto Albano, por exemplo, vendeu por 40 contos de réis o antigo Convento das Mercês, toda uma quadra com diversos edifícios, ao governo maranhense, tendo incluído na transação a cessão gratuita do terreno que abrigava a secular igreja das Mercês. D. Joaquim José Vieira conseguiu fazer com que o governo estadual, por intercessão de seu próprio presidente Dr. Álvaro Machado, devolvesse à diocese o Convento de Santo Antônio, e tornou definitiva a posse eclesiástica do palácio episcopal que passara ao Domínio da União, tendo contado para tanto com apoio do General Pinheiro Machado, parente distante e seu grande amigo<sup>(11)</sup>.

O caso mais interessante, no entanto, foi a pendência envolvendo o governo federal e o prelado capixaba D. Fernando de Souza Monteiro. Tão logo assumiu suas funções como primeiro bispo diocesano do Espírito Santo, D. João Batista Corrêa Nêry decidiu solicitar ao Vaticano autorização para reincorporar o Convento e o Santuário da Penha à jurisdição da cúria

---

(11) Sobre as transações efetuadas durante a gestão D. Antonio Xisto Albano, consultar D. Francisco de Paula e Silva, op. cit., p. 400, e D. Felipe Condurú Pacheco, op. cit., p. 469 e segs.. O palácio arrematado por 60 contos em leilão público por D. Joaquim José Vieira no Ceará fora, primitivamente, oferta do governo estadual ao tempo de seu antecessor, D. Luís Antonio dos Santos, por ato benemérito da Associação Comercial cearense. A esse respeito, ver Mons. José Quinderê, Dom Joaquim José Vieira, ed. cit., pp. 94/96.

diocesana. Sua demanda foi acolhida favoravelmente através do Rescrito da Internunciatura Apostólica de 18 de dezembro de 1889, tendo logo em seguida tomado posse de ambos. Entretanto, em setembro de 1911, o Ministro da Justiça requereu o seqüestro dos bens (convento e igreja) dos franciscanos. O então bispo D. Fernando de Souza Monteiro tomou providências, constituindo um advogado para sustar a execução da medida, logrando ganho de causa junto ao tribunal federal<sup>(12)</sup>.

Outro item importante na agenda de trabalho dessa geração de prelados atuantes na República Velha foram as medidas e iniciativas implementadas no intuito de se alinharem às diretrizes da política de "romanização" em vigor. Tal esforço de sintonia organizacional e doutrinária se manifestou de inúmeras maneiras, desde a firme disposição de implantar o estilo de mando episcopal europeizado, passando pela adoção das pastorais como instrumento por excelência de difusão das palavras de ordem eclesiásticas, pela realização de visitas pastorais regulares, pela convocação de sínodos e retiros anuais para o clero, pelo cumprimento da exigência canônica de viagens periódicas (a cada cinco anos) a Roma para prestação de contas, até a imposição de novos padrões litúrgicos às diversas solenidades de culto e de uma divisão do trabalho diocesano ajustada a esse conjunto de mudanças.

---

(12) Maria Stella de Novaes, História do Espírito Santo, ed. cit., pp. 382/383.

O novo estilo de mando derivava em parte das prerrogativas de que esses prelados estavam investidos enquanto detentores de um poder eclesiástico apreciável nos limites de sua jurisdição. Dispunham assim de faculdades decisórias bastante amplas em todos os domínios de atividade de interesse para a corporação eclesiástica: gestão e orientação disciplinar e curricular dos seminários e casas de formação, atribuições e carreira dos padres seculares, encargos e responsabilidades das ordens religiosas, composição e atuação de colegiados como os cabidos e as câmaras eclesiásticas, ereção de novas paróquias e outras circunscrições eclesiásticas, perfil doutrinário e político dos jornais e periódicos diocesanos, criação de escolas e colégios diocesanos, de obras pias e assistenciais, administração e obras nos santuários e lugares santos, fixação de um programa de investimentos, campanhas políticas de mobilização e de arrecadação de recursos financeiros, criação de novas dioceses, indicação de novos membros do episcopado e dos demais ocupantes de cargos e dignidades eclesiásticas, seleção de ajudantes e auxiliares de confiança, etc.

O desempenho dessa extensa e complexa série de atribuições requereu quase sempre a adoção de um estilo de trabalho decididamente "romanizado", a começar pelo uso corrente das vestimentas e demais insígnias do poder episcopal (anel, báculo, braço, etc.), a encenação de solenes pontificais, 'te-deums' e outras cerimônias conspícuas de estrito enquadramento nas pomposas normas litúrgicas ditadas pela Santa Sé, até a mon

tagem do séquito de cargos cerimoniais e de auxiliares de confiança que eram o apanágio da imagem hierática dos bispos europeus na segunda metade do século XIX<sup>(13)</sup>. Embora essas exteriorizações ostensivas do absolutismo dos bispos tenham certamente contribuído para o êxito do projeto de moralização do clero e da organização eclesiástica, as inclinações romanizantes também marcaram o estilo de trabalho dos prelados no que diz respeito ao detalhamento tanto de seus encargos cotidianos como dos momentos fortes de exercício de suas altas funções.

A despeito da extensão territorial considerável de uma parcela significativa das dioceses e das dificuldades de locomoção e transporte, os prelados assumiram como ponto de honra a realização de penosas visitas pastorais que freqüentemente duravam meses atingindo regiões longínquas da sede episcopal. A programação dessas visitas obedecia a uma dupla intenção. De um lado, era a oportunidade de enquadrar padres e vigários rebeldes aos parâmetros da nova ordem eclesiástica em matéria de costumes, de participação política, de cumprimento de suas obrigações litúrgicas, de tudo enfim que pudesse contrariar as disposições diocesanas quanto ao valor das espórtulas e emolunen-

---

(13) Em Campinas, o séquito de D. Nery incluía um secretário particular, primeiro e segundo mestres de cerimônias, camareiro e caudatário; em Botucatu, D. Lúcio dispunha de um cerimoniário em palácio. Atendendo às diretrizes romanas da época, D. Nery, D. Becker, D. Silvério e D. Joaquim, promoveram sínodos diocesanos, sendo que o último organizou três em Diamantina (1903, 1913, 1927). D. Adauto, D. Joaquim Silvério, D. Jerônimo e D. Silvério, entre outros, realizaram peregrinações aos lugares santos (Lourdes, Jerusalém, etc.), alguns como D. Silvério em mais de uma oportunidade (1905, 1913).

tos, quanto ao reparte das quantias arrecadadas e sobretudo quanto ao quinhão de que se apropriavam os membros locais do clero, propiciando a moldura organizacional adequada à imposição da autoridade episcopal. De outro lado, tais visitas eram operações explícitas de arrecadação<sup>(14)</sup>. Quer através da administração dos sacramentos e da regularização de uniões maritais, quer através da coleta de recursos e donativos junto às classes proprietárias, os relatos posteriores dessas missões pelo interior dos estados, do próprio punho dos prelados e seus ajudantes, procediam a uma contabilidade rigorosa dos indicadores de produtividade capazes de atestar os dividendos materiais e espirituais. À quantidade de batizados, crismas, comunhões, casamentos (descritos como "reparações de uniões ilícitas"), missas e pregações, seguia-se um balanço dos recursos materiais amealhados através de espórtulas, dinheiro vivo e donativos de bens móveis e imóveis, ofertados em troca de indulgências, do acesso honorífico ao quadro de associações pias, do direito de construção de igrejas e capelas nos domínios territoriais dos grandes proprietários, e até mesmo em função do cobiçado

---

(14) A respeito das visitas pastorais feitas por D. Joaquim Silvério, diz seu biógrafo Celso de Carvalho, op.cit., pp. 104/5: "(...) Além disso, as bolsas se abriam com maior generosidade, às vezes, nestas ocasiões, para as obras que o pastor tinha em mente ou em execução. E os ardorosos companheiros dele alargavam as inscrições de membros da Associação de São José pelos seminaristas pobres". Meramente a título de ilustração de algo corrente na época, D. Jerônimo atravessou 1.500 léguas pelos sertões baianos em 1894, fazendo outra visita em 1906/1907 que durou seis meses.

privilégio de hospedar o prelado em trânsito e sua comitiva<sup>(15)</sup>.

Essas visitas exigiam um amplo planejamento, a começar pela indicação dos acompanhantes e discriminação de suas posições hierárquicas na comitiva, passando pela fixação de um roteiro incluindo freguesias e lugares santos, providências quanto aos meios de transporte, aos lugares de hospedagem, até a definição de um ritmo de atividades, repartindo o tempo disponível entre audiências, atos e cerimônias litúrgicos, jantares e homenagens, pregações e visita aos lugares santos.

O prolongado período de ausência dos titulares das sedes diocesanas, algumas dessas visitas tendo alcançado a marca de cinco ou seis meses, requeria cuidados especiais na seleção do pessoal eclesiástico para o preenchimento de cargos estratégicos nas cúrias, como os de vigário-geral, provisor do bispado, cura da sé, e dirigentes do seminário, do colégio e do jornal diocesanos. Quando por vezes a visita pastoral assumia o caráter de uma expedição punitiva no intuito de repreender padres faltosos ou sustar a programação de movimentos religiosos que escapavam ao controle da hierarquia, os prelados titulares preferiam delegar tais missões politicamente sensíveis e espi-

---

(15) D. Adauto percorreu nove paróquias em sua primeira visita pastoral em 1905, com o saldo de 24.121 crismas, 16.356 comunhões e 1.115 "reparações de uniões ilícitas". Na primeira visita pastoral realizada por D. Francisco de Paula e Silva no Maranhão, com duração de quatro meses e 2.500 quilômetros, foram efetuados 55 pregações, 573 batizados, 250 casamentos, 2.868 crismas e 3.249 comunhões.

pinhosas aos bispos-auxiliares, preservando uma área de manobra em caso de radicalização das posições em confronto ou de acirramento dos conflitos entre os grupos de interesse envolvidos.

Em termos de política externa, as tendências romanizantes impunham algumas obrigações aos prelados, dentre elas o pronto atendimento às demandas pecuniárias pontifícias, a veiculação das disposições da Santa Sé em quaisquer matérias envolvendo os interesses da Igreja, e a realização das já citadas visitas ad limina apostolorum. Tais visitas se destinavam à prestação de contas perante as autoridades pontifícias das realizações e iniciativas dos prelados, servindo ainda para o encaminhamento dos seminaristas selecionados para estudos e treinamento em Roma, bem como para o reforço das ligações dos prelados com as diversas panelas da cúria. Alguns prelados estendiam sua visita a outros países católicos europeus onde buscavam firmar diversas modalidades de colaboração com ordens religiosas, visando a importação de mão-de-obra especializada para colégios, seminários e outras obras diocesanas. Outros prolongavam suas viagens ao exterior, dando-lhes o feitiço de peregrinação aos lugares santos tanto na Europa (Lourdes, etc.) como na Palestina (Jerusalém, etc.).

O processo de romanização envolvia também cuidados especiais na difusão e vulgarização das devoções e associações piás ligadas ao culto do Sagrado Coração de Jesus e da Virgem Maria, objetos da predileção dos bispos brasileiros quando se impunha a escolha dos motivos iconográficos que ornariam

seus braços e lemas episcopais.

Muito embora a descrição do tipo-ideal de gestão episcopal no período em questão se aplique particularmente às dioceses novas, as diretrizes então vigentes de acumulação patrimonial e a busca de alianças rentáveis junto a setores católicos dirigentes eram também adotadas pelos prelados à testa de circunscrições constituídas antes da separação entre a Igreja e o Estado (1890). A documentação consultada não deixa margem de dúvida quanto ao teor das diretrizes transmitidas aos jovens prelados no momento de sua indicação quer pelos bispos mais velhos, 'donos' de seu ingresso no episcopado, quer diretamente pelo nuncio residente, quer por outras figuras de peso na hierarquia eclesiástica local ou pontifícia.

Na impossibilidade de contarem com a remuneração pública a que faziam jus na vigência do regime de padroado (a qual continuavam tendo direito aqueles bispos e padres nomeados antes da instalação do regime republicano), os novos prelados se viram premidos pela necessidade imperiosa de regularizar as fontes de renda nas dioceses recém criadas para que eles mesmos pudessem ostentar um padrão de vida condigno seja com seu elevado status na hierarquia eclesiástica e política, seja com as expectativas romanizadas de exercício de autoridade a que se sentiam compelidos em seguida ao prolongado estágio fora do país e às sucessivas visitas que faziam ao exterior.

Conforme assinalam as evidências empíricas dispo

níveis, a indicação de um jovem prelado para uma diocese nova se fazia acompanhar por um trabalho concomitante das autoridades hierárquicas superiores com vistas a instilar nele um compromisso explícito de se empenhar a fundo com a consecução de um programa mínimo de realizações no território eclesiástico para onde fora designado.

Numa conjuntura particularmente difícil (e decisiva) do ponto de vista financeiro — as duas primeiras décadas após a perda das rendas asseguradas pela Coroa —, convinha cercar-se em primeiro lugar de condições mínimas de cobertura material e financeira das atividades eclesiásticas. A urgência premente de dar conta de tais desafios acabou convertendo inúmeros prelados da República Velha em verdadeiros "empresários" empenhados com brio e energia na tarefa complexa e politicamente delicada de formação de um patrimônio diocesano capaz de garantir fontes regulares de receita. Para tanto, cumpria ampliar os contactos junto aos grupos dirigentes, encontrar "benfeitores" generosos dispostos a fazer doações de terras, fazendas, terrenos urbanos, prédios, ações, ou então, a ceder esses mesmos bens imóveis a preços irrisórios.

Ademais, era preciso levar a bom termo negociações espinhosas junto aos dirigentes de ordens religiosas estrangeiras que se mostrassem inclinados a fazer investimentos no país. Embora as perseguições religiosas em curso na Europa favorecessem as condições de negociação com os provinciais das

ordens estrangeiras, havia inúmeras outras regiões concorrendo pelos recursos materiais e de pessoal em disponibilidade no contexto do amplo movimento expansionista da Igreja em escala mundial. Assim, as gestões dos novos prelados chegaram por vezes a envolver o apoio de figuras eminentes em Roma em condições de pressionar as decisões superiores dessas ordens e congregações.

O principal elemento das práticas político-administrativas dos prelados brasileiros da época diz respeito ao programa básico de empreendimentos e iniciativas que se empenharam em implantar nas dioceses.

Os integrantes dessa nova geração de prelados brasileiros sentiam-se eles mesmos, em maior ou menor medida, fundamente engajados no compromisso de encetar um programa mínimo de realizações. Esse projeto-padrão de investimentos incluía a edificação do palácio episcopal<sup>(16)</sup>, a criação do semi-

---

(16) Entre outros, mandaram construir palácios episcopais, D. Alberto (em Ribeirão Preto), D. Nery (em Pouso Alegre), D. Lúcio (em Botucatu), D. Santino (em Maceió), D. Antonio Xisto Albano (em São Luís, "suntuoso palácio episcopal (...) onde gastou mais de 140 contos de réis", soma apreciável na época), D. Hermeto (em Uruguaiana), D. João Antonio Pimenta (em Montes Claros), D. Joaquim Arcoverde (Palácio São Joaquim, no Rio de Janeiro), D. José Carlos de Aguirre (em Sorocaba), D. José de Camargo Barros (em Curitiba), D. José Maurício da Rocha, (um em Corumbá e outro em Bragança Paulista), D. Ranulfo (em Guaxupé), D. Agostinho Benassi (em Niterói). D. Joaquim José Vieira, D. Duarte Leopoldo e Silva (Palácio S. Luís em São Paulo) e D. Aduino adquiriram e reformaram prédios senhoriais já existentes.

nário diocesano<sup>(17)</sup>, a construção ou reforma da catedral<sup>(18)</sup>, a fundação de estabelecimentos de ensino<sup>(19)</sup> e de jornais e/ou periódicos, a cada uma dessas instituições correspondendo as principais frentes de atuação da organização eclesiástica conforme os conteúdos dominantes que definiam a contribuição da Igreja ao trabalho político e cultural.

- 
- (17) Foram criados seminários diocesanos (imóvel e curso) em Ribeirão Preto, Pouso Alegre, Campinas, Vitória, Paraíba (um na capital estadual e um de férias na Serra da Raiz), Botucatu, Campos, Teresina, Ilhéus, Natal, Belo Horizonte, Campanha, Uruguaiana, Porto Alegre, Pelotas, Diamantina (um novo de férias e um prédio novo para o antigo seminário), Sorocaba, Curitiba, Taubaté, Niterói, Maceió e São Paulo (prédio novo para o Seminário Central da Imaculada Conceição na capital).
- (18) Foram construídas novas catedrais em Ribeirão Preto, Campos, Belo Horizonte, Belém (concluída por D. Jerônimo), Montes Claros, Porto Alegre, Diamantina, Sorocaba, São Paulo (início da construção em 1912, na gestão D. Duarte). Melhoramentos e reformas importantes foram feitos nas catedrais de Fortaleza, Pelotas e Rio de Janeiro.
- (19) As gestões episcopais mais empreendedoras na área educacional foram as seguintes: D. Nery/Vitória, Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, D. Nery/Pouso Alegre uma escola agrícola, um colégio, uma escola normal e um ginário diocesano - D. Nery/Campinas/Externato de São João, Ginásio Diocesano de Santa Maria, uma escola agrícola e Colégio do Coração de Jesus; D. Adauto/Paraíba/Colégio Nossa Senhora das Neves(fem.), um colégio em Mossoró(fem.), Colégio Santo Antonio em Natal(masc.), Colégio da Imaculada Conceição em Natal(fem.), restauração do Colégio do Padre Rolim em Cajazeiras, um colégio diocesano na capital e o Colégio São José para meninos pobres; D. José de Camargo Barros/Curitiba/Colégio dos Anjos(fem.), Florianópolis/Colégio do Sagrado Coração(fem.), colégios em Tubarão e Blumenau(fem.); D. Helvécio/Mariana/Ginásio Arquidiocesano, Ponte Nova/Ginásio "Dom Helvécio", Itabira/Escola Normal Nossa Senhora das Dores, Cataguazes/Escola Normal das Carmelitas, Anchieta/Escola Rural; D. Silvério/colégios em Mariana, Ponte Nova, Pitangui e Ubã; D. Antonio dos Santos Cabral/Natal/Círculo, escola e recreatório para operários, Escola de Comércio para moços e Instituto de Proteção para moças, Belo Horizonte/Círculo Operário. Foram criados ginásios diocesanos também em Botucatu (e mais o Colégio dos Anjos, feminino), Teresina, Campanha, Goiás e Taubaté. Por iniciativa dos respectivos diocesanos, foram fundadas as Escolas Normais de Cajazeiras e Lavras, colégios confessionais em Pelotas, etc...

Em dioceses situadas em regiões economicamente prósperas, os prelados dilatavam suas ambições empreendedoras com a abertura de escolas secundárias masculinas e femininas em cidades de algum porte pertencentes à sua jurisdição, concedendo subsídios de todo tipo para auxiliar as despesas de instalação de ordens religiosas convidadas, e determinando a criação de outras obras assistenciais, como asilos, hospitais, orfanatos, etc...

Além disso, esses bispos não mediram esforços para que suas dioceses pudessem contar com as obras pias e devocionais (o Apostolado da Oração, por exemplo) recém constituídas nos moldes espirituais e hierárquicos do apostolado "romaniizado" então em voga desde o Concílio Vaticano I que subordinara inteiramente essas atividades leigas ao controle dos superiores eclesiásticos. Diversamente das antigas irmandades criadas ao longo do período colonial e cujas mesas diretoras leigas dispunham de virtual autonomia decisória perante a autoridade diocesana<sup>(20)</sup>, as congregações leigas recém fundadas constituíam extensões do poder episcopal que indicava seus dirigentes, ratificava suas decisões e transmitia as senhas do culto, os obje-

(20) Consultar a obra clássica de C.R. Boxer, The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825, Londres, Penguin, 1973, caps. 10, 11 e 12; Marieta Alves, História da Venerável Ordem 3a. da Penitência do Seráfico Pe. São Francisco da Congregação da Bahia, Salvador/Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948; Henrique da Silva Fontes, A Irmandade do Senhor dos Passos e o seu Hospital e Aqueles que os Fundaram, Florianópolis, edição do autor, 1972.

tos de devoção, as motivações das campanhas, e o estilo completo de atuação religiosa e política. No caso das antigas regiões de colonização portuguesa onde as autoridades eclesiásticas podiam invocar o legado de dissídios e pendências patrimoniais e políticas com as irmandades e ordens terceiras, o zelo foi tanto maior no sentido de garantir o controle das atividades desenvolvidas pelas novas associações.

O empenho em dotar cada diocese de um prédio luxuoso para servir como residência episcopal prendia-se à tradição romanizante que concebia política e simbolicamente a posição de bispo como chefe supremo da igreja local e representante encarnado da figura do papa. Após a ruptura entre a Igreja e o Estado, era preciso edificar um espaço arquitetônico ajustado às pretensões de influência política e espiritual de que estavam imbuídos os integrantes da primeira geração de preladados nomeados pós-separação. No contexto de 'estadualização' do poder eclesiástico, a residência episcopal devia procurar ombrear-se com os prédios que sediavam a intendência, a associação comercial, o instituto histórico e geográfico, e outras instituições de relevo no âmbito da divisão do trabalho oligárquico, de preferência buscando-se como modelos dessas residências algum famoso palácio romano <sup>(21)</sup>.

O seminário diocesano constituia, por assim di-

---

(21) Aquele construído em Botucatu, por exemplo, era "uma cópia do Palácio da Chancelaria em Roma", in Cônego Luís Castanho de Almeida, op.cit., p. 38.

zer, um ponto de honra no programa mínimo de realizações episcopais. Tendo frequentemente seu desempenho aferido em função do número de padres que ordenava ao longo de sua gestão, da eficácia das associações pias fundadas para estimular e subsidiar vocações, e do montante de recursos que lograram alocar em favor das casas de formação, os bispos dessa época não mediram esforço para fazer sobressair suas iniciativas no tocante ao recrutamento e formação de futuros quadros para a organização eclesiástica. Afora sucessivas campanhas para levantamento de recursos destinados à construção dos seminários, os bispos procuravam garantir a continuidade das casas de formação firmando contratos com os dirigentes de províncias européias de algumas ordens religiosas, renomadas pelos bons frutos já alcançados através da gestão de seminários, chegando por vezes a pôr em risco projetos ambiciosos nessa área pela excessiva intromissão em assuntos internos aos seminários (fixação dos conteúdos e da orientação doutrinária de disciplinas, diretrizes disciplinares, etc.), motivando ciúmeiras entre ordens concorrentes<sup>(22)</sup>, atritos entre alunos e professores, sem falar no sem número de ocasiões em que se desentenderam gravemente com os dirigentes de seminários que eles próprios haviam selecionado.

Os cuidados extremados com as casas de formação

---

(22) Como, por exemplo, o conflito entre capuchinhos e jesuítas em torno do controle do Seminário de Porto Alegre, conforme relata Carlos Albino Zagonel, op.cit., no capítulo a respeito da gestão D. Claudio José Gonçalves Ponce de Leão

também se explicam por outras razões, a principal delas sendo a estreita ligação entre as possibilidades de expansão e influência das ambições políticas dos prelados e a produção regular e numerosa de braços religiosos. Dada a persistente escassez de vocações na maioria dos estados brasileiros desde aquela época, em parte como resultado de sucessivas medidas de contenção no regime imperial, a fundação de um misto de seminário e colégio masculino oferecia às famílias da região um sucedâneo institucional bastante apreciado em regiões desprovidas de estabelecimentos escolares, como era o caso de inúmeras cidades médias e capitais estaduais da época<sup>(23)</sup>.

Cientes das resistências que acabariam encontrar do junto ao clero mais idoso, remanescente dos tempos do Império, acostumado a toda sorte de regalias e facilidades em matéria de rendas e costumes, e habituado à práticas usuais de clientelismo político, os bispos pós-separação tinham necessidade urgente de ampliar a oferta de mão-de-obra religiosa sob pena de não poderem levar a cabo os empreendimentos de porte que se dispunham a realizar. Embora não houvesse maiores empecilhos à importação de religiosos europeus, mormente em países

---

(23) "A tendência do catolicismo brasileiro, sobretudo através do aporte estrangeiro, passou a ser no sentido de um maior aprofundamento doutrinal. Torna-se mais letrado e intelectual. Encontrará maior afinidade entre as camadas cultas da população e dispensará de fato o melhor de suas energias na criação de colégios para as classes altas e médias da população", in José Oscar Beozzo, "A Igreja na Crise Final do Império, 1875-1888", in História da Igreja no Brasil, tomo II/2, Segunda Época, "A Igreja no Brasil no século XIX", Petrópolis, Vozes, 1980, p. 290.

a braços com perseguições anti-clericais ferozes como a Alemanha, França e Portugal, a saída era sem dúvida a formação de um contingente nativo de padres leais à autoridades episcopal, sin tonizados com suas pretensões de poder e influência. Por força de todas essas injunções, o seminário se incluía entre as prioridades do programa mínimo de realizações diocesanas da época.

Conforme as circunstâncias políticas do estado, quer dizer, em função das demandas dos grupos dirigentes para ampliação da rede escolar, das disponibilidades dos recursos públicos e privados, e das facilidades para subsidiar a vinda de religiosos estrangeiros, outra prioridade de peso consistiu na abertura de escolas e colégios diocesanos (femininos e masculinos). Afora o fato de favorecerem a reaproximação ou mesmo a colaboração mais estreita com as elites locais, o funcionamento desses estabelecimentos de ensino proporcionava uma fonte segura de renda para manutenção do pessoal e das obras diocesanas. Aliás, os dirigentes eclesiásticos encontravam maior receptividade quando solicitavam recursos e donativos em favor de instituições de prestação de serviços altamente especializados para os filhos das classes abastadas. Por outro lado, as iniciativas no mercado escolar permitiam acomodar materialmente os grupos de religiosos estrangeiros, a maioria esmagadora de europeus, cuja instalação no país dependeu muitas vezes de gestões dos próprios prelados junto aos dirigentes provinciais das congregações e às altas autoridades pontifícias.

A República Velha constituiu a fase áurea para a expansão dos colégios religiosos, tendo sido criados ginásios diocesanos em praticamente todas as cidades-sedes das novas circunscrições eclesiásticas, a que se seguiram as escolas confessionais abertas nos principais centros urbanos, aquelas geridas por freiras para atendimento da clientela feminina e aqueles entregues aos padres voltados para o público masculino, afora os inúmeros estabelecimentos de ensino destinados a acolher crianças e jovens dos grupos subalternos. Em algumas dioceses, a iniciativa episcopal praticamente monopolizou o mercado de ensino, quer se incumbindo diretamente dos colégios, quer entregando a direção às ordens religiosas. Ao longo do episcopado de D. Adauto na Paraíba, por exemplo, foram abertos quatro colégios diocesanos (2 masculinos e 2 femininos, respectivamente, em João Pessoa e Natal, uma escola para meninos pobres e restaurado o Colégio do Padre Rolim em Cajazeiras). As iniciativas episcopais no campo do ensino incluíram ainda a fundação de escolas normais e agrícolas, escolas para filhos de operários, escolas-asilos, etc<sup>(24)</sup>.

Outro item importante no programa mínimo de investimentos e realizações dos prelados da época consistiu na criação de diversos gêneros de publicações, desde algumas poucas iniciativas bem sucedidas de jornais diários, passando pelas revistas diocesanas com periodicidade mensal, pela impressão de boletins eclesiásticos para divulgação de documentos e

---

(24) Sobre tais iniciativas, ver nota 19.

diretrizes pontifícias e outras informações de interesse do clero local, até as revistas das obras e associações pias<sup>(25)</sup>. Nas condições de acirrada competição ideológica da época, e tendo em vista o agravamento da concorrência no campo religioso brasileiro, com a presença ofensiva das denominações protestantes e os surtos radicais de heresia e contestação religiosa (Canudos, Joazeiro e Contestado), a fundação de um jornal diário era um instrumento precioso para difusão das tomadas de posição em matérias polêmicas envolvendo os interesses da Igreja no sistema de ensino e nas lutas políticas, contribuindo ainda para o êxito da cooptação de intelectuais leigos e para o adestramento de quadros promissores do clero para os embates doutrinários com ateus, hereges, apóstatas, maçons, protestantes e outros porta-vozes de grupos políticos locais e estaduais discordantes das posições eclesiásticas ortodoxas. Uma vez que as classes abastadas constituíam então o público-alvo das iniciativas dos prelados, as publicações diocesanas asseguravam a presença da Igreja numa das principais instâncias da luta ideológica.

---

(25) Nessa área da produção cultural, cumpre destacar os jornais criados por D. Adauto na Paraíba (A Imprensa, um dos poucos diários católicos do país, aberto em 1903, substituído em 1906 pela revista mensal Boletim Eclesiástico), D. Nery em Campinas (O Mensageiro), D. Antonio dos Santos Cabral em Belo Horizonte (primeiro o semanário O Horizonte, mais tarde transformado em O Diário), D. José de Camargo Barros (São Paulo, em 1905, depois substituído pela Gazeta do Povo), D. Silvério em Mariana (D. Silvério em 1912, impresso numa moderna rotativa Marinoni), e mais os periódicos editados por D. Nery (A Semana Religiosa e o Mensageiro Eclesiástico), D. Joaquim Silvério em Diamantina (Boletim Eclesiástico, A Messe e a revista da Obra das Vocações), D. José de Camargo Barros em Curitiba (semanário A Estrela) e em São Paulo (Boletim Eclesiástico), D. Epaminondas em Taubaté (o semanário O Lábaro/1910) e D. Francisco de Paula e Silva em São Luís (O Mensageiro Diocesano), dentre os principais.

lógica e política da época.

Esse conjunto de empreendimentos requeria, no en tanto, um esforço redobrado em termos de acumulação patrimo- nial, seja através da coleta de recursos pecuniários ou de doa- ções de imóveis (terrenos, casas, etc.), seja através da explo- ração de propriedades agrícolas (algumas adquiridas ou doadas para a exploração de produtos de exportação como café, outras cedidas através de inventários e utilizadas para abrigar resi- dências de férias para seminaristas e para o clero em geral), se ja através do entesouramento de apólices e letras financeiras, contando para isso com o auxílio das lideranças católicas lei- gas. A política patrimonial de alguns prelados baseava-se, por tanto, na compra de apólices da dívida pública e de letras do tesouro, na arrecadação de dinheiro vivo e na incorporação de imóveis, valendo-se da mediação exercida pelas ligas de senho- ras católicas, pelas confrarias diocesanas, pelas obras pias de vocações sacerdotais, secundada pelos subsídios e doações das autoridades governamentais estaduais e federais, bem como pe- las contribuições dos chamados grandes beneméritos pertencentes aos setores abastados da classe de proprietários rurais. Diver- sas dioceses adquiriram casas de aluguel, fazendas, engenhos, fá- bricas, buscando realizar aplicações rentáveis onde pudessem fa

zer benfeitorias com finalidades produtivas<sup>(26)</sup>. O programa mínimo de realizações episcopais incluiu ainda as pioneiras instituições previdenciárias do clero no país, datando desse mesmo período a fundação de duas congregações femininas, respectivamente, em Campinas e Taubaté, por iniciativa dos respectivos bispos diocesanos<sup>(27)</sup>.

A implantação de todos esses projetos teve de enfrentar toda sorte de embaraços, tanto da parte dos setores di-

---

(26) Apenas a título de ilustração, D. Lúcio adquiriu uma turbina para alimentar duas máquinas de beneficiar café e algodão, construiu represa, plantou eucaliptos, explorando uma grande fazenda de café em Bernardino de Campos (que rendeu 400 contos de réis na colheita de 1923) e outra chá cara na cidade com 70.00 pés de café, e mantendo ainda uma série de casas de aluguel na rua do palácio, além de gerir criteriosa e eficientemente tanto o Santuário do Senhor Bom Jesus do Iguape como a carteira de letras, apólices do tesouro e títulos privados, que havia recebido como dotação para o patrimônio diocesano. D. Silvério Gomes Pimenta, por sua vez, adquiriu, ao longo de sua profícua e prolongada gestão, as fazendas Marimbondo onde instalou moderno engenho de cana (1893/200 alqueires) e Primavera (1894), uma outra propriedade rural em São José do Rio Preto (1897), uma fábrica de tecidos em Tombadouro (1901), tendo instituído como pré-condição, para elevar qualquer vila à categoria de freguesia, a existência de igreja, casa paroquial e patrimônio sob a forma de apólices para que se pudesse manter no seminário um ordinando pobre. A respeito de ambas as gestões, respectivamente, em Botucatu e Mariana, consultar as obras já citadas do Cônego Luís Castanho de Almeida e de D. Joaquim Silvério de Souza.

(27) Uma das primeiras entidades assistenciais do clero foi a "União do Clero" aberta em 1884 no Ceará por D. Joaquim José Vieira, dotada de prédio próprio. Em seguida, diversos prelados fundaram instituições de caráter previdenciário para atender ao clero diocesano, entre outros D. Duarte em São Paulo ("Recolhimento de São Pedro"), D. José de Camargo Barros (Abrigo em Itu), etc.. D. Francisco de Campos Barreto fundou o Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado (1927) em Campinas e D. Epaminondas de Ávila e Silva criou a congregação das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada em Taubaté.

rigentes como de grupos anti-clericais que tentaram resistir aos avanços da corporação eclesiástica, valendo-se, entre outros expedientes, de táticas de desmoralização da autoridade episcopal. Inúmeros bispos e altos dignitários do clero, mormente aqueles mais afoitos em implementar as iniciativas do programa mínimo, foram acusados de interesseiros, materialistas, caluniados como praticantes de atos de simonia, denunciados por estarem apenas interessados em tirar proveito pessoal das campanhas de arrecadação de recursos, sendo-lhes endereçadas críticas de teor semelhante àquelas com que eram brindados os dirigentes políticos republicanos. Embora certas acusações tivessem algum fundamento nos excessos e liberalidades cometidos por uns poucos prelados, boa parte dessas acusações era consequência da crescente visibilidade institucional da corporação eclesiástica, ou então, provinha daqueles setores dirigentes que tiveram seus interesses políticos feridos pelo alinhamento da Igreja com outras facções oligárquicas.

Em resumo, a Igreja contribuiu amplamente para a unificação do sistema político republicano e para a manutenção da ordem social vigente através de seu envolvimento intenso nos diversos domínios de atividade onde logrou alcançar uma posição de virtual monopólio. A criação e gestão dos estabelecimentos de ensino primário, secundário, agrícola e profissional, converteram a organização eclesiástica no maior e mais importante empresário da rede de ensino privada, exercendo o controle sobre 70% das instituições em funcionamento no final dos anos 20<sup>(28)</sup>.

---

(28) José Oscar Beozzo, op.cit., p. 290.

A participação nas principais campanhas cívicas promovidas pelos grupos dirigentes ao longo da República Velha — em prol do alistamento e do serviço militar obrigatório, das reformas da instrução, a mobilização patriótica da mocidade acadêmica — garantiu à hierarquia eclesiástica a concessão de subsídios e empréstimos governamentais, envolvendo montante significativo de recursos, em favor de instituições, ordens, dioceses, colégios, etc..

Ademais, o estilo "romanizado" de culto então em voga e tão apreciado pelas frações dirigentes católicas se prestava ao trabalho de legitimação do poder oligárquico através da encenação de solenidades festivas de entronização de imagens-padroeiros(as), de missas campais, de procissões e outras ocasiões propícias à consagração dos dirigentes e de seus feitos. Afora os amplos dividendos simbólicos e políticos carreados por essas iniciativas, a Igreja católica contribuiu ainda para a organização intelectual e cultural do setor católico da classe dirigente através da fundação de instituições como o Centro Dom Vital e a revista A Ordem, a Confederação Católica, e tantas outras obras militantes. Também prestou uma colaboração direta ao trabalho político oligárquico assumindo o desempenho de cargos executivos em nível estadual (D. Aquino Correa, bispo de Cuiabá e presidente do Mato Grosso, prefeitos, secretários estaduais, etc.), parlamentares, partidários, bem como através de militância na imprensa, em instituições culturais (academias, etc.) e cívicas. Por último, cabe mencionar o auxílio prestado pela organização eclesiástica às forças governamentais na

repressão aos movimentos messiânicos de Canudos e da região do Contestado que punham em risco a própria organização eclesiástica local.

CONCLUSÕES

A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930) é fruto de uma série de investigações sociológicas sobre a classe dirigente no país, projeto que tomou corpo com os trabalhos já publicados acerca dos intelectuais<sup>(1)</sup> e que, ampliando seu escopo de análise numa perspectiva comparativa, acabou se estendendo aos políticos profissionais<sup>(2)</sup> e agora aos preladados da Igreja Católica<sup>(3)</sup>.

Desde o início, a intenção explicativa do projeto buscava aliar uma indagação sistemática a respeito das fontes biobibliográficas utilizadas<sup>(4)</sup> ao trabalho propriamente dito de investigação sobre as condições de formação e desenvolvimento das diversas frações constitutivas da classe dirigente brasileira. A despeito da feição eminentemente sociológica do

---

(1) Ver Sérgio Miceli, Poder, Sexo e Letras na República Velha, São Paulo, Perspectiva, 1977, e Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945), São Paulo, Difel, 1979.

(2) Ver Sergio Miceli, "Carne e Osso da Elite Política Brasileira Pós-1930", in Boris Fausto (ed.), III o Brasil Republicano, 3, Sociedade e Política, 1930-1964, São Paulo, Difel, vol. 10, 1981, pp. 557/596.

(3) Este primeiro trabalho, ora apresentado como tese ao curso para livre-docente, é o volume inicial e exploratório de uma pesquisa mais ampla a respeito do desenvolvimento organizacional e político da Igreja Católica no Brasil, no período 1890-1980, da perspectiva dos setores dirigentes da corporação eclesiástica, que contou com generoso apoio financeiro e institucional da Fundação John Simon Guggenheim, Nova York.

(4) Consultar, a esse respeito, os trabalhos citados nas notas 1 e 2 e mais o texto "Biografia e Cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil)", in Caderno Especial do Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1980.

projeto em pauta, a reação da crítica acadêmica e jornalística muitas vezes preferiu sublinhar a contribuição dos argumentos contidos nesses trabalhos para uma revisão historiográfica dos períodos e das relações de classe examinados. Ainda que deva admitir que essa consequência tenha ocorrido em maior ou menor medida conforme o viés do comentarista, uma das razões disso é a carência de trabalhos de fôlego entre os historiadores. não impressionistas a respeito da sociedade brasileira contemporânea. Outra razão parece ter sido a conjuntura de 'abertura política' em que ocorreu a publicação da tese sobre os intelectuais (5).

As eventuais divergências de postura metodológica e de linhas interpretativas em relação à literatura consagrada sobre a Igreja Católica na República Velha merecem alguns comentários além daqueles já registrados no corpo da tese. Essa literatura acadêmica e/ou organizacional carece de um contacto mais fecundo com as fontes disponíveis para uma reconstrução empiricamente fundamentada da história da Igreja. Inúmeros trabalhos recentes preferem se apoiar em contribuições clássicas mas cujo tratamento de algumas questões "canônicas" está a exigir completa revisão.

O ponto mais grave, contudo, reside na postura de altivo pessimismo com que até mesmo certos especialistas

---

(5) Ver as recensões listadas no Memorial preparado para este concurso.

tendem a lidar com esse momento da história da Igreja. Tornou-se praticamente um clichê o argumento corrente que consiste em datar o momento da separação entre o Estado e a Igreja (1890) como o início de um "período de trevas" de ponto de vista do poder de fogo político da corporação eclesiástica prolongando-se até o renascimento institucional no primeiro período Vargas que coincide com a gestão centralizadora do Cardeal Leme. Embora essa fase seja quase sempre tratada às pressas nas obras desejosas de oferecer uma visão de conjunto da instituição eclesiástica no país, não obstante costuma-se descrevê-la num registro bastante negativo, como se o "abandono" pelo Estado tivesse praticamente comprometido quaisquer atividades expansionistas ou meramente "afirmativas".

Esse período de "perfil baixo", fortemente caracterizado pelo acanhamento institucional e pela precária visibilidade política, segundo as lentes usuais da literatura especializada, acaba constituindo um óbice a qualquer projeto explicativo empenhado em dar conta da transição brusca para uma era de efervescência já no início dos anos 20 com a criação do Centro Dom Vital e da revista A Ordem, e cuja continuidade se deveu a outras tantas iniciativas sob a liderança do Cardeal Leme e de alguns leigos de prestígio como Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima.

Na verdade, as coisas ocorreram de maneira bastante distinta do que reza a historiografia consagrada. Guardadas as proporções e sobretudo as diferenças de estilo orga-

nizacional e peso político, poder-se-ia dizer que a Igreja Católica atravessou um período de "construção institucional" bastante similar àquele por que passaram as Forças Armadas (e o Exército em particular) na República Velha<sup>(6)</sup>. A exemplo do que sucedeu no Exército, a Igreja Católica logrou êxito considerável em múltiplas frentes de atuação: estabilizou suas fontes de receita e recuperou seu patrimônio imobiliário, reconstruiu e "modernizou" suas casas de formação e seminários, dinamizou consideravelmente sua presença territorial, "moralizou", profissionalizou e ampliou seus quadros de pessoal ainda que para tanto tivesse que apelar maciçamente à importação de mão-de-obra religiosa, diversificou a pauta de serviços escolares que passou praticamente a monopolizar, celebrou alianças com as facções oligárquicas estaduais, em suma a Igreja Católica viabilizou-se como empreendimento religioso e como organização burocrática. Tais conquistas logo demonstraram sua eficácia quando a Igreja passou a operar numa posição de relevo no centro da vida política nacional ao longo das décadas de 30 e 40.

Não fora a maturação do conjunto de investimentos e empreendimentos bem sucedidos deslanchados nos vinte cinco anos pós-separação, seria praticamente impensável que a corporação eclesiástica pudesse vir a exercer o grau de influên-

---

(6) Ver José Murilo de Carvalho, "As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador", in Boris Fausto (ed.), III O Brasil Republicano, 2, Sociedade e Instituições, 1889-1930, São Paulo, Difel, 1978, vol. 9, pp. 183/234.

cia e autoridade ou a poder operar em níveis idênticos de capacidade de pressão como vem atuando desde os chamados "anos cruciais" de 1930-35, passando pelo período constitucional, por todo o Estado Novo, até o momento de refluxo do início dos anos 50 que motivou a criação da CNBB.

Nestas condições, conviria dar prosseguimento ao trabalho aqui iniciado de se proceder a uma completa revisão da história da Igreja na República Velha, cujo esclarecimento poderá proporcionar subsídios indispensáveis à compreensão do regionalismo político, das feições que tomou a expansão dos sistemas de ensino público e privado, das bases simbólicas dos poderes regional e local, sob pena inclusive de se perder de vista um momento crucial para a inteligibilidade das raízes sociais da crise político-institucional do Brasil contemporâneo.

O segundo ponto a ser desenvolvido aqui é de caráter estritamente metodológico apenas em aparência. Eu me incluo entre aqueles cientistas sociais que ajuizam o mérito, o acerto ou a relevância dos resultados alcançados em parte como decorrência do domínio que o autor demonstra ao lidar com as fontes e materiais de que se serviu. Tal passo se revela indispensável àqueles estudiosos para os quais as definições correntes sobre quaisquer objetos são parte do objeto que se pretende desvendar, ou melhor, que não existe a rigor separação ou descontinuidade entre o objeto e os materiais que falam dele, que o expressam ou que de alguma maneira lhe dão al-

guma forma de existência. Vale dizer, os modos de operação, os valores, a cultura política dos grupos, os sentimentos vigentes de hierarquia, os padrões de relacionamento, enfim todas as características materiais e mentais das elites, estão como que inscritas nas fontes que elas mesmas produzem (ou subsidiam ou encomendam) e que, via de regra, falam desses grupos como eles apreciam que se fale deles.

É forçoso admitir que a existência desse imenso acervo documental se prende às peculiaridades do proceso de formação do poder no interior da sociedade brasileira, quer dizer, ao fato de que os laços familiares e corporativos desempenham um papel crucial nas estratégias de acumulação e reprodução social das diversas frações dirigentes. E a repentina visibilidade dessas fontes documentais se explica, em última análise, pelo declínio relativo dos setores da classe dirigente retratados nessas fontes. Até então, a força dos interesses sociais nelas investidos contribuía para impedir um tratamento científico e não apologético das informações aí contidas.

O levantamento das fontes para o estudo da elite eclesiástica brasileira vem confirmar a hipótese de que inúmeras características dos grupos ou setores da classe dirigente só chegam verdadeiramente a serem detectadas a partir do exame acurado das fontes que documentam a experiência de seus integrantes. Nessa direção, o cuidado metodológico trivial consiste em buscar explicitar as condições de produção das fontes

no intuito de averiguar em que medida as características do material coligido remetem a propriedades socialmente pertinentes dos grupos na mira de observação. Assim, discernir os princípios de produção das fontes utilizadas revela-se condição indispensável ao delineamento dos principais indicadores objetivos e subjetivos capazes de permitir construir um perfil do grupo sob análise, tanto em termos de sua posição relativa na estrutura social quanto de sua contribuição à gênese e mudança do sistema de poder. Isto significa que a história dos processos de acumulação e reprodução responsáveis pela existência social do grupo enquanto tal está na raiz mesma da constituição das fontes documentais, determinando ainda as conjunturas propícias a investimentos nos diversos gêneros que compõem tal acervo. O estado dessas fontes — quer dizer, as modalidades de mecenato, eventos propícios a investimentos na fatura dessas obras, características sociais dos produtores, propriedades internas de cada gênero, etc. — constitui por si só uma pista fecunda para o conhecimento das relações entre os grupos dirigentes no país.

Essas fontes documentais são parte de uma atividade de simbolização através da qual esses setores de elite manifestam seus interesses, valores e estratégias, peças do repertório de imagens com que o grupo veicula e gere sua identidade, sua face pública e seu rosto privado. Como diria Weber, tais fontes documentais servem tanto para exprimir certas demandas por significado e cálculos "coletivos" do grupo como também lhes dão forma e sentido.

no intuito de averiguar em que medida as características do material coligido remetem a propriedades socialmente pertinentes dos grupos na mira de observação. Assim, discernir os princípios de produção das fontes utilizadas revela-se condição indispensável ao delineamento dos principais indicadores objetivos e subjetivos capazes de permitir construir um perfil do grupo sob análise, tanto em termos de sua posição relativa na estrutura social quanto de sua contribuição à gênese e mudança do sistema de poder. Isto significa que a história dos processos de acumulação e reprodução responsáveis pela existência social do grupo enquanto tal está na raiz mesma da constituição das fontes documentais, determinando ainda as conjunturas propícias a investimentos nos diversos gêneros que compõem tal acervo. O estado dessas fontes — quer dizer, as modalidades de mecenato, eventos propícios a investimentos na fatura dessas obras, características sociais dos produtores, propriedades internas de cada gênero, etc. — constitui por si só uma pista fecunda para o conhecimento das relações entre os grupos dirigentes no país.

Essas fontes documentais são parte de uma atividade de simbolização através da qual esses setores de elite manifestam seus interesses, valores e estratégias, peças do repertório de imagens com que o grupo veicula e gere sua identidade, sua face pública e seu rosto privado. Como diria Weber, tais fontes documentais servem tanto para exprimir certas demandas por significado e cálculos "coletivos" do grupo como também lhes dão forma e sentido.

Esse esforço metodológico de fazer uma determinada fonte 'falar', as vezes como locutor privilegiado do próprio objeto, confundindo-se com ele ou "falando" em seu lugar, fazendo-se com que o feitiço (isto é, a fonte) se volte contra o feiticeiro (isto é, membro ou fração da elite), acaba desvendando a rede de interesses sociais em operação na fatura de quaisquer fontes. No limite, falar dessa rede é o mesmo que nomear os suportes simbólicos do grupo, de sua escrita, de sua sintaxe, de sua 'arte visual', em suma da organização sensível do texto e imagens, fazendo-se com que quaisquer elementos expressivos acabem deixando transparecer a marca do interesse social impresso naquela fonte de expressão. Em outras palavras, o desvendamento das condições de produção dessas obras oferece algumas das "chaves" para a construção dos indicadores pertinentes à investigação das elites, ou então, o que dá no mesmo, a dinâmica característica das relações de classe na sociedade brasileira repercute sobre o engendramento das fontes disponíveis.

O exame sistemático dos materiais contidos nessas fontes permite, inclusive, construir o espaço de posições no interior da classe dirigente tomando-se como unidade de análise e referência os núcleos de formação de poder que são os círculos familiares, as panelas ou os anéis de sociabilidade e não os indivíduos isolados (quer como "agentes" ou "atores" conforme as preferências de linguagem e doutrina do usuário, quer como agregados estatísticos segundo certos recortes burrualizadores da estrutura social) nem as entidades coletivas

(a 'classe social', qualquer que seja, e muito menos os integrantes de uma dada carreira ou fileira ocupacional).

Tais considerações não pretendem sugerir que o resgate dos laços de interesse no interior dos círculos familiares e de sociabilidade deva substituir-se à descrição e análise das instituições onde os integrantes desses círculos concentram seus investimentos. Na verdade, esse modo de existência social ancorado em laços familiares e corporativos constitui, ao mesmo tempo, a mediação requerida para se chegar a deslindar a determinação exercida por componentes classistas, tanto para se compreender alguns processos básicos de formação do poder como para captar aquelas dimensões institucionais resultantes das pressões exercidas por esses círculos.

O terceiro ponto, (a rigor, um desdobramento do anterior) à guisa de conclusões, prende-se às relações de classe na sociedade brasileira a partir dos focos propiciados por este conjunto de estudos de caso sobre diferentes frações da elite brasileira. Estou convencido de que os trabalhos já mencionados e mais a análise aqui empreendida a respeito do episcopado se inscrevem numa linhagem explicativa que já rendeu dividendos apreciáveis nessa direção.

Pelo menos desde o regime imperial e por força de constrangimentos os mais diversos que não cabe aqui considerar, é forçoso reconhecer que o desempenho de tarefas políticas e/ou culturais propiciou a formação de elites altamente es

pecializadas. Embora quase sempre assimiláveis, ou então, deli-  
beradamente auto-incorporadas, aos setores econômicos dominan-  
tes, as condições de desenvolvimento desses grupos 'funcio-  
nais' — militares, intelectuais, políticos profissionais, al-  
tos dignitários eclesiásticos, magistrados, etc. — não são  
redutíveis à lógica de realização dos interesses econômicos. A  
rigor, poder-se-ia apenas afirmar que a cada etapa de expan-  
são econômica corresponde um estágio distinto de desenvolvimen-  
to das forças sociais incumbidas dos encargos de gestão políti-  
ca e/ou cultural.

No meu entender, o elemento de surpresa suscita-  
do por esses trabalhos sobre as elites deriva muito mais do  
espaço e dos graus relativamente elevados de autonomia de ope-  
ração e movimentação de que desfrutam esses grupos corporati-  
vos do que o inarredável travo de suas ligações com os deten-  
tores do poder econômico. Nesses termos, mesmo o equacionamen-  
to das relações de classe através da noção de cooptação con-  
tinua sendo uma maneira de pontuar a antiga a hierarquia so-  
cial que se pretende colocar a nu, buscando-se destrinchar os  
modos através dos quais os setores econômicos à testa do Esta-  
do acabam 'cómprando' o respaldo de setores proprietários em  
declínio em troca de posições, renda e influência no setor go-  
vernamental.

O exame acurado do comportamento social e polí-  
tico dessas diferentes frações da elite brasileira demonstra a  
margem de manobra relativamente ampla de que dispõem (é claro,

conforme as circunstâncias e as conjunturas) para cobrar e fazer valer o quinhão que entendem ser o seu em termos institucionais e materiais e que muitas vezes acaba se revelando um óbice de proporções consideráveis a quaisquer políticas redistributivas que coloquem em risco seus interesses e privilégios.

Tanto no caso dos intelectuais como agora dos preladôs, a experiência social de setores sociais em declínio, quase sempre antigas famílias de proprietários rurais buscando sustar o rebaixamento social mediante a reconversão de sua mão-de-obra no rumo das profissões intelectuais e burocráticas, constituiu o terreno social por excelência onde vicejam as "vocações" patrimoniais. Essa aliança regressiva entre "fazendeiros do ar", o setor público e as grandes corporações nacionais como a Igreja, não pode ter deixado de imprimir a marca dos interesses assim contemplados sobre as possibilidades de arranjo político envolvendo o conjunto da sociedade.

A segunda contribuição de peso desses setores políticos e intelectuais para as feições assumidas pela estrutura social brasileira deriva do caráter doméstico e clientelista com que até mesmo os integrantes de qualquer setor social tendem a dessorar os componentes classistas, via de regra sobrepondo seus laços de vassalagem e dependência em face daqueles definidos e 'vividos' como 'superiores' aos sentimentos de lealdade e identidade em relação aos 'pares'.

A força dos arranjos clientelistas, tão bem expressa em designações como "panelas", "anéis", "curriolas" e em toda uma etimologia que remonta aos imperativos dos interesses familiares e privados, acaba assim se sobrepondo às demandas de setores profissionais e de outras modalidades de articulação de interesses. Praticamente todos os expedientes de que se vale o clientelismo, desde o filhotismo, o favoritismo, passando pelo empreguismo, pelo compadrio, pelo caciquismo até as modalidades mais extremadas de nepotismo, não deixam margem de dúvida quanto ao fato bruto (e brutal) de que não existe qualquer imperativo legal ou sequer algum constrangimento social, político ou doutrinário capaz de resistir à força dos particularismos domésticos e, num âmbito mais dilatado, das proteções corporativas asseguradas pelo espaço decisório que vem a ser a "cozinha" do arreglo afetivo, das barganhas de parentesco e do aparar arestas que precedem as sessões solenes de colegiados eminentes prá inglês ver.

## BIBLIOGRAFIA

## 1. REPERTÓRIOS E DICIONÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS

BITTENCOURT, Liberato

1914. "Parahyba: Parahybanos illustres". In: Homens do Brasil, Rio de Janeiro, Gomes Pereira.

1917. "Sergipe". In: Homens do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Mascotte, 2a. ed.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento

1883/1902. Dicionário bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro, Typographia Nacional e Imprensa Nacional, 7v.

BORGES, Ricardo

1970. Vultos notáveis do Pará. Belém, Conselho Estadual de Cultura (Coleção História do Pará, Série Arthur Viana).

BRINCHES, Victor

1965. Dicionário bio-bibliográfico luso-brasileiro. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

CORTÉS, C.

1957. Homens e instituições no Rio. Rio de Janeiro, S.l.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da

1882. Diccionario biographico de pernambucanos célebres. Recife, Typographia Universal.

COUTINHO, Afrânio

1961. **Brasil e brasileiros de hoje.** Rio de Janeiro, 2 v.

CUNHA, Raymundo Cyríaco Alves da (Ten.Cel.)

1970. **Paraenses ilustres.** Belém, Conselho Estadual de Cultura, 3a ed. (Coleção História do Pará. Série Barão de Guajará).

FREITAS, Clodoaldo

s.d. **Vultos piauienses: Apontamentos biographicos.** Terezina, Typ. d'O Estado, v. 1.

GALANTI, Rafael Maria (padre, S.J.)

1911. **Biographias de brasileiros ilustres.** São Paulo.

GUARANÁ, Armindo

1925. **Diccionario bio-bibliographico sergipano.** Rio de Janeiro, Empreza Graphica Editora Paulo, Pongetti & C.

GUIMARÃES, Argeu

1938. **Diccionario bio-bibliographico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional.** Rio de Janeiro, edição do autor.

HILTON, RONALD

1945/1951. **Who's Who in Latin America (a biographical dictionary of notable living men and women of Latin America).** 3a. ed. Stanford, Stanford University Press. 6v. (Brasil - 6o volume)

MARTIN, Percy Alvim

1940. Who's Who in Latin America (a biographical dictionary of the outstanding living men and women of spanish America and Brazil). 2<sup>nd</sup> ed. Stanford, Stanford University Press.

MELO, Luís Correia de

1944. Subsídios para um dicionário dos intelectuais riograndenses. São Paulo, Civilização Brasileira.

1954. Dicionário de autores paulistas. São Paulo, Editora Gráfica Irmãos Andrioli S.A.

LACOMBE, Américo Jacobina

1973. Introdução ao estudo da história do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional/EDUSP (Coleção Brasiliana), v. 350.

NEVES, Fernão pseud. (Fernando Nery)

1940. A Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, publicação da Academia Brasileira de Letras.

NÓBREGA, Apolônio

1954. "Dioceses e bispos do Brasil". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. v. 222, janeiro/março 1954.

PEREIRA, Amâncio

1897. Traços biográficos. 1a. série, 1º livro, s.l., s.e.

1914. Homens e cousas espírito-santenses, Vitória, Artes Gráficas, 1º livro.

PORTO ALEGRE, Aquiles

s.d. Homens ilustres do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Livraria Selbach. 2a. ed.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

1935. Boletim: Directoria - Socios - Resumo Histórico - "A Revista" - Publicações especiais. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

SANTANA, Moisés

1928. Vultos e factos de Goyaz. Rio de Janeiro, Papellaria Brazil, v. 1.

SANTOS, Lery

1880. Phanteon fluminense: esboços biográficos. Rio de Janeiro, Typ. G. Leuzinger & Filhos.

SILVA, Inocêncio Francisco da

1858/1923. Diccionario bibliographico portuguez. Lisboa, Imprensa Nacional, 22 v.

SILVA, Zedar Perfeito da

1948. Perfis de alguns catarinenses ilustres. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio/Rodrigues & Cia, v.1.

SOARES, José Carlos de Macedo

1954. Fontes da história da Igreja Católica no Brasil. Rio de Janeiro, separata da Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 220, julho/setembro 1953.

SOTOMAIOR, Sebastião de Sã

1922. Galeria paranaense: notas biographicas. Curityba, Livraria Mundial. Edição Comemorativa de 19 Centenário da Independência do Brazil.

SOUSA, Antonio Loureiro de

1949. Bahianos ilustres, 1564-1925. Bahia.

SOUSA, J. Galante de

1963. Índice de biobibliografia brasileira. Rio de Janeiro, INL/MEC, Enciclopédia Brasileira, biblioteca de obras subsidiárias, v. 1.

STUDART, Guilherme (Barão de)

1910/1915. Diccionario bio-bibliographico cearense. Fortaleza, Typo-Lithographia a vapor e Typ. Minerva, de Assis Bezerra, 3.v.

VELHO SOBRINHO, J.F.

1937. Dicionário bio-bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, v.1.

1940. Dicionário bio-bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Saúde, v. 2, ilustrado.

## 2. BIOGRAFIAS

ALMEIDA, Luis Castanho de (Cônego)

1938. Dom Lúcio: 1863/1923. São Paulo, Odeon.

1956. Dom Lúcio, bispo de Botucatu, Petrópolis, Vozes.

ALONSO, Martins

s.d. Dom Jaime de Barros Câmara: vida, pensamento e obra do 3º cardeal arcebispo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, iniciativa da Ordem 3a. dos Mínimos de São Francisco de Paula.

ATHAYDE, Tristão de

1943. O cardeal Leme. Rio de Janeiro, José Olympio.

BEUTTENMÜLLER, Leonila Linhares

1955. Frei Pedro Sinzig O.F.M., Petrópolis, Vozes

BRANDÃO, Ascânio (padre)

1941. D. Epaminondas. São Paulo, Oficinas Gráficas da Ave Maria.

CARVALHO, Antonio Gontijo de

1951. **Ensaio biográfico.** São Paulo, Empresa gráfica da Re  
vista dos Tribunais.

CARVALHO, Celso de (padre)

1933. **Dom Joaquim, 1º arcebispo de Diamantina.** Petrópolis,  
Vozes.

CASTRO, Fernando Pedreira de

1954. **Dom Silvério Gomes Pimenta: um santo arcebispo brasí-**  
**leiro.** Petrópolis, Vozes.

CORREIA, Francisco de Aquino S.D.B. (arcebispo)

1951. **Uma flor do clero cuiabano: à memória do padre Armindo**  
**Maria de Oliveira.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

COSTA, Arlindo Drumond

1962. **A nobreza espiritual de Dom Aquino Corrêa.** São Paulo,  
Livraria Teixeira.

COSTA, F. de Macedo

1916. **Lutas e vitórias.** Bahia, Estabelecimento Dois Mundos.

DANTAS, Arruda

1974. **D. Duarte Leopoldo.** São Paulo, Sociedade Impressora  
Pannartz.

D' ELBOUX, Luiz Gonzaga da Silveira (padre, S.J.)

1953. Padre Leonel Franca, S.J. Rio de Janeiro, Agir. Prefá-  
cio de D. Aquino Corrêa/ABL.

FEDERAÇÃO DAS ACADEMIAS DE LETRAS DO BRASIL

1954. In *Memorian*, Jonathas Serrano. Rio de Janeiro, suple-  
mento da Revista das Academias de Letras nº 54.

FURTADO, Andrade

1963. "O centenário de Dom Quintino", In: Revista do Insti-  
tuto do Ceará, LXXVII, Fortaleza.

GAMA, Afonso Dionísio

1911. Esboço biográfico de D. Alberto J. Gonçalves, 1º bispo  
da diocese de Ribeirão Preto. São Paulo, Escolas Pro-  
fissionais Salesianas.

GIORDANO, Lourenço

s.d. *Esboços biográficos*. (sobre o arcebispo D. Jerônimo  
Tomé da Silva).

GOLDMANN, M.A.

1951. *Madre Maria Imaculada de Jesus: biografia da primeira  
superiora geral das irmãs franciscanas missionárias da  
Imaculada Conceição*. Bahia, Mensageiro da Fé.

GOMES, Antonio Osmar

s.d. *O bispo missionário, Dom Frei Eduardo Herberhold*. Sal-  
vador, Mensageiro da Fé.

GOMES, Perilo

1932. D. Vital. Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Alberto Prado (engenheiro, sócio efetivo da sociedade de Geografia de Lisboa)

1963. Notas biográficas sobre o arcebispo D. José Gaspar de Affonseca e Silva. São Paulo, Gráfica Bradesco.

GUISARD Fº, Felix e Silva, Duarte Leopoldo e

1939. ... D. Rodovalho e D. José: chegadas à história de Taubaté. São Paulo, Athena.

1945. D. José Pereira da Silva Barros: sua vida e sua obra. São Paulo, Universal.

HORTA, Francisco

1939. Monsenhor Horta: esboço biográfico. Belo Horizonte, Livraria Católica do Ginásio Arnaldo.

HULSEMANS, Venâncio (padre, SS.CC.)

1944. Padre Eustáquio Van Lieshout SS.CC., o vigário de Poá: notas biográficas. Rio de Janeiro, Centro Nacional de Entronização.

JÄEGER, Luiz Gonzaga (padre, S.J.)

1977. Padre Pedro Lenz, S.J., primeiro provincial da companhia de Jesus restaurada no Brasil: tópicos da vida. São Leopoldo/RS, Instituto Anchieta de Pesquisas (Publicações Avulsas, nº 4).

JOFFILY, José

1982. Entre a monarquia e a república: idéias e lutas de Ire

KARAM, Elias

1969. *Antístites de Curitiba*. Curitiba, Gráfica Voz do Paraná Ltda.

KÖHLER, Leo (padre)

s.d. *Biografia completa: padre João Batista Réus, sacerdote e místico segundo o divino coração de Jesus*. Porto Alegre, Livraria Selbach.

s.d. *Vida do padre Réus*. Porto Alegre, A Nação.

LACERDA, Stella

1956. *Traços da vida do monsenhor Júlio Maria do Rêgo Barros*. (prefácio de José Lins do Rego, apresentação do frei Romeu Pérea).

LIMA, Francisco (padre)

1956/1958. *D. Adauto, subsídios biográficos*. João Pessoa, Imprensa Oficial, 2v.

LIMA, Jorge de

1945. *D. Vital*. Rio de Janeiro, Agir.

LUSTOSA, Antônio de Almeida (arcebispo)

1939. *D. Macedo Costa, bispo do Pará*. Rio de Janeiro, Cruzada da Boa Imprensa, 2a. ed..

MARIZ, Celso

1942. *Ibiapina, um apóstolo do Nordeste*. João Pessoa.

MEDEIROS, Bianor

1976. Monsenhor Walfredo Gurgel: um símbolo. Brasília, Senado Federal.

MIRANDA, Antônio (padre, S.D.N.)

1948. Padre Júlio Maria: sua vida, sua missão, o homem, o sacerdote, o fundador. Manhumirim/MG, O Lutador.

NEVES, José Teixeira

1960. "Aspectos do século XIX na vida de um prelado mineiro: atividades e influência de D. João Antônio dos Santos, bispo de Damantina". In: *Revista do Livro*, XX, dezembro/1960.

NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba

1941. D. Joaquim Mamede da Silva Leite: traços biográficos. Mogi-Mirim.

1945 Elogio histórico de D. João Nery, 1º bispo de Campinas. Rio de Janeiro, Agir.

NOVAES, Maria Stella de

1952. Um bispo missionário: Dom Fernando de Souza Monteiro. Prêmio ABL.

1960. O presidente Jerônimo de Souza Monteiro. Rio de Janeiro, DASP (Pequenos Estudos sobre Administradores Brasileiros 14). (irmão de D. Fernando de Souza Monteiro, bispo do Espírito Santo).

OLIVEIRA, Alípio Odier de(monsenhor)

1941. Traços biográficos de Dom Silvério Gomes Pimenta. Mariana.

OLIVOLA, Felix de(frei, missionário capuchinho)

1936. Um grande brasileiro: D. frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda. Recife, Imprensa Industrial, 2a. ed. ilustrada.

PACHECO, D. Felipe Condurú (bispo)

1954. D. Luís de Britto, 19 arcebispo de Olinda. Rio de Janeiro, Depto. de Imprensa Nacional, 2v.

1955. Dom Francisco de Paula e Silva, XXIII bispo do Maranhão: esboço biográfico. Petrópolis, Vozes.

PAIXÃO NETO, José

1980. Dom Silvério: uma vida a serviço dos outros. São Paulo, Dom Bosco (Coleção Heróis, v. 16).

PIMENTA, Silvério Gomes (arcebispo)

1876. Vida de D. Antonio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana, conde da Conceição. Mariana (2a. ed/1892, 3a.ed./1920. Niterói).

PINHÃO, Tavares

1944. D. José Gaspar: biografia-depoimento. Petrópolis, Vozes.

... e outros vultos eminentes do clero brasileiro

PINHEIRO, R. Nonato (padre)

1956. D. João da Matta e Amaral. Petrópolis, Vozes.

PINTO, Luiz

1966. Octacílio de Albuquerque: época, vida e obra. Rio de Janeiro, Minerva.

PIRES, Aurélio

1939. Homens e factos de meu tempo. São Paulo, Cia Editora Nacional (Brasíliana).

QUEIROZ, Estâquio de (cônego)

1952. O padre Machado. Recife, Editora Salesiana de Artes Gráficas.

QUINDERÉ, José (monsenhor)

s.d. "Dom Joaquim José Vieira, 29 bispo do Ceará: aspectos da sua vida". In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza.

REIS, Antonio Manuel dos

1940. O bispo de Olinda perante a história (D. frei Vital M. Gonçalves de Oliveira, dos Meninos capuchinhos). Recife, Imprensa Industrial. Tomo I. (1.ª ed., 1878).

RIBEIRO, Boanerges

1950. O padre protestante. (sobre o ex-padre José Manuel da Conceição). São Paulo, Casa Editora Presbiteriana.

RIZZARDO, Redovino (padre)

1974. João Batista Scalabrini: profeta da Igreja peregrina.  
Petrópolis, Vozes.

RODRIGUES, Julio

1929. D. Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo: esboço biographico, homenagem do clero e dos cathólicos da archidiocese, por ocasião do jubileu de sua sagração episcopal - 1894/1929. São Paulo, Instituto D<sup>a</sup> Anna Rosa.

ROSÁRIO, Maria Regina do Santo (irmã) pseud. (Laurita Pessoa Raja Gabaglia)

1962. O cardeal Leme - 1882/1942. Rio de Janeiro, José Olympio.

SANTINI, Cândido (padre)

1962. O servo de Deus, padre João Baptista Réus, S.J. Porto Alegre, Metrôpole, 2a. ed. ampliada.

SANTOS, João

1978. Monsenhor Frederico Costa, 19 prelado de Santarém. Belém, Conselho Federal de Cultura. (Coleção História do Pará, Série Arthur Vianna).

SERRANO, Jonathas

1924. Julio Maria. Rio de Janeiro, Centro D. Vital, 2a. ed., Livraria Boa Imprensa, 1941.

SILVA, Lauro Monteiro de Carvalho e; SILVA, Maximiliano Oswaldo de Carvalho e (orgs.)

1948. In Memoriam, Dom Joaquim Mamede da Silva Leite, bispo titular de Sebaste. (Mogi-Mirim) São Paulo, Editora Casa Cadorna.

SILVA NETO, Belchior J. da (C.M.)

1966. Dom Viçoso, apóstolo de Minas. Belo Horizonte.

SINZIG, Pedro (frei, O.F.M.)

1934. Frei Rogério Neuhaus O.F.M.. Petrópolis, Vozes (2a. ed., 1939).

s.d. Um apóstolo dos nossos dias.

SOUSA, J. Moreira de

1960. Dom Lino Deodato. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará.

SOUZA, Joaquim Silvêrio de (arcebispo)

1927. Vida de D. Silvêrio Gomes Pimenta. São Paulo, Lyceu Coação de Jesus.

TEVES, Matias (frei, O.F.M.)

1948. Entre os mocambos de Recife: frei Casimiro Brochtrup O.F.M., o missionário dos pobres. Salvador Mensageiro da Fé.

TRINDADE, Raimundo (conêgo)

1929. Biografia de Dom Silvêrio Gomes Pimenta. Ponte Nova.

VIDIGAL, Pedro Maciel (ex-padre)

1973. O cardeal de Vasconcellos Motta. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

### 3. MEMÓRIAS E CORRESPONDÊNCIA

AMSTAD, Teodoro

1981. Memórias autobiográficas. São Leopoldo, Unisinos.

ARAÚJO, Heitor (padre)

1953. Vinte anos de sertão. Bahia.

BASTOS, Francisco (monsenhor)

1973. Reminiscências de um pároco de cidade. São Paulo, Edições Paulinas.

CORRÊA, Francisco Aquino (bispo, S.D.B.)

1924. Elogio fúnebre do comendador Antonio Thomaz de Aquino Corrêa. Cuiabá, Salesianas.

1949. Testamento do vosso arcebispo: carta pastoral. Rio de Janeiro.

FIGUEIREDO, Jackson de

1983. Correspondência. Rio de Janeiro, Editora A.B.C. (com um estudo de Tristão de Athayde e introdução de Barreto Filho).

LUSTOSA, Antônio de Almeida (arcebispo)

1952. Notas a lápis. São Paulo, Salesianas. (Coleção Salesiana - Série Narração e Contos, 1).

1976. No estuário amazônico: à margem da visita pastoral. Belém, Conselho Estadual de Cultura.

MEMÓRIA, Francisco de Assis (padre)

1929. Memórias de um cura. Rio de Janeiro.

NÓRA, Moysés (prior da freguesia de Porto Ferreira, SP)

1903. Recordações da minha pátria. São Paulo. (obra ilustrada com o retrato do autor e auto-biografia do mesmo pelo esperançoso escriptor Carvalho Neves).

OLIVEIRA, Isócrates de (ex-padre)

s.d. Drama de um padre: o meu escândalo. Rio de Janeiro, Livraria Calçadense Ltda.

PEDROSA, Francisco Raymundo da Cunha (pároco na freguesia de Escada, PE)

1905. A terra santa: relato de viagem a Jerusalém e lugares santos/Palestina.

PINTO, Adolfo Augusto

1971. Minha vida: memórias de um engenheiro. São Paulo, Comissão Estadual de Literatura (Coleção História) (pai de D. Gastão Liberal Pinto, bispo de São Carlos/SP).

QUINDERÉ, José(monsenhor)

1979. Reminiscências. Fortaleza, 2a. ed.

RÉUS, João Batista(padre)

1952. Diário e Autobiografia: escritos autobiográficos, 2a. ed.

SINZIG, Pedro(frei, O.F.M.)

1917. Reminiscências d'um frade. Petrópolis, Vozes.

1975. "Diário inédito de um frade franciscano nos Canudos - 1897", in Vozes, Petrópolis, ano 69, nº 5, jn./jul.

SOUZA, Joaquim Silvério de(arcebispo)

1897. Sítios e personagens. São Paulo, Salesiana.

THIAGO, Arnaldo S.

1953. Memórias de um franciscano. Florianópolis.

UCHOA, João de Barros(monsenhor)

1944. Reminiscências de um cardinalato. Petrópolis, Vozes.

## 4. POLIANTÉIAS

## ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA

1940. Recepção do padre Manoel de Aquino Barbosa em 22.6.

1940: a saudação do acadêmico Dr. Magalhães Netto e o discurso do recipiendário. Bahia, ALB.

## CARVALHO, Afonso José de

1934. O novo bispo de São Carlos: saudação a D. Gastão Liberal Pinto, bispo de São Carlos. (pronunciado na Cúria Metropolitana de São Paulo, a 5 de junho em nome da Confederação Cathólica). São Paulo, Ave Maria.

## CARVALHO, João Batista (padre) e Otávio, Benedito

1920. Saudosa homenagem a D. João Nery, 1º bispo de Campinas  
Oficinas Gráficas Cardozo Filho & Cia.

## CAVALCANTI, Joaquim Arcoverde de Albuquerque (cardeal)

1916. As festas cardinalícias. (notícia da festiva recepção feita no Rio de Janeiro, no dia 1º de Abril de 1906, a S. Eminência, o senhor cardeal arcebispo do R.J., D. Joaquim A. de A. Cavalcanti). Rio de Janeiro, Jornal do Commercio.

## CORRÊA, Francisco Aquino S.D.B. (arcebispo)

1945. Discursos. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 2,  
2a. ed.

## DIOCESE DE RIBEIRÃO PRETO

1934. A diocese de Ribeirão Preto em homenagem grata e festiva a seu amado bispo D. Alberto José Gonçalves na feliz ocorrência das datas jubilares de seu sacerdócio e episcopado. São Paulo, Revista dos Tribunais.

## GUILLEMOT et LAMOTTE

s.d. Jackson de Figueiredo - 1891-1928. (álbum de fotos). Paris, imprimé par Guillemot et Lamotte, exemplar nº 470.

## MELLO, José Marcondes Homem de (arcebispo)

1931. Homenagem ao Exmo. e Revmo. Sr. D. José Marcondes Homem de Mello, arcebispo-bispo de São Carlos.

## PACHECO, José Felix Alves

1924. O jubileu de sua Eminência o cardeal D. Joaquim A. de A. Cavalcanti. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio.

## PEDÁVOLI, Celestino de (frei)

1882. Oração fúnebre por ocasião das solenes exéquias do Exmo.Revmo. Sr. bispo de Olinda, D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Recife, Typ. Central.

## 5. HISTÓRIAS ECLESIÁSTICAS

ALVARENGA, Dr. Manoel de

1915. O Episcopado Brasileiro. Subsídio para a história da Igreja Católica no Brasil pelo.... São Paulo, Arquivo da Cúria, 6/4/4.

BALÊM, João Maria(monsenhor) et alii

1956. "A Igreja Católica no Rio Grande do Sul até 1912". In Enciclopédia Rio-Grandense.

BARATA, José do Carmo(conêgo)

1922. História eclesiástica de Pernambuco. Recife, Imprensa Industrial.
1926. Escola de heróis: o colégio de N.S. das Graças, o seminário de Olinda. Recife, Imprensa Industrial.

BARBOSA, Manoel de Aquino(monsenhor)

1945. A Igreja no Brasil: notas para sua história. Rio de Janeiro, Editora A Noite.
1972. Retalhos de um arquivo. Salvador, Editora Beneditina.

BEOZZO, José Oscar(coord.) (padre)

1980. História da Igreja no Brasil. Petrópolis, Vozes. Tomo II/2.

BONI, Luis A. de(ex-padre)

1980. "O catolicismo da imigração: do triunfo à crise". In José Hildebrando Dacanal(org.), RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto (Série Documento 4).

CÂMARA, Jaime de Barros(cardeal)

1943. "A Igreja no estado de Santa Catarina". In: Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis, v. 2, fasc. 2, junho/1943.
1945. Apontamentos de história eclesiástica. Petrópolis, Vozes.

CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira(monsenhor)

- 1952/1953. A Igreja na história de São Paulo.
1955. História eclesiástica do Brasil. Petrópolis, Vozes.

CARRATO, José Ferreira

1963. As Minas Gerais e os primórdios do Caraça. São Paulo, Cia. Editora Nacional (Coleção Brasileira 317).
1968. Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais: notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista. São Paulo, Cia Editora Nacional (Coleção Brasileira 334).

CONGRESSO NACIONAL. CÂMARA DOS DEPUTADOS

1978/1980. **O clero no parlamento brasileiro 1823/1889.** (documentos parlamentares 124, 124A, 124B, 124C, 124D). Rio de Janeiro, Câmara dos Deputados/Fundação Casa de Rui Barbosa/MEC - 5.v.

COSTA, Rovílio et alii (capuchinho)

1976. **Antropologia visual da imigração italiana.** Porto Alegre, Escola superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Universidade de Caxias do Sul, EST/UCS.

D'APREMONT, Bernardin e Gillonay, Bruno de (padres)

1976. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul - 1896/1915.** Porto Alegre, EST/UCS.

DEELEN, Godofredo (padre, SS.CC.)

1967. "O episcopado brasileiro". In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro. v. 27, fasc. 2, junho/67. p. 311/331.

DESCHAND, Desidério (padre)

1910. **A situação atual da religião no Brasil.** Rio de Janeiro.

## EDIÇÕES COMEMORATIVAS DE CONGRESSOS EUCARÍSTICOS

1922. Rio de Janeiro.

1933. Salvador.

1936. Belo Horizonte

1939. Recife.

1942. São Paulo.

## FIDES BRASILIAE

1944. Álbum do clero do Brasil - 1943/1944. Rio de Janeiro, Edição de Fides Brasiliae, v. 2.

FORTES, Amyr Borges e WAGNER, João B.S.

1963. História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora Globo.

FROTA, José Tupinambá da (bispo de Sobral)

1974. História de Sobral. Fortaleza, Edit. Henriqueta Galeno, 2a. ed.

HOORNAERT, Eduardo (coord.) (padre)

1979. História da Igreja no Brasil. Petrópolis, Vozes. Tomo 2.

JAEGER, Luís Gonzaga (padre, S.J.)

1946. O clero na epopéia farroupilha. Porto Alegre, Livraria do Globo. Separata do IV Congresso de História e Geografia do RS. v. 2., p. 619/716.

LAUFER, Frederico (padre, S.J.)

1957. "A Igreja Católica de 1912 a 1957" In: Enciclopédia Rio-Grandense. Canoas, Editora Regional, v. 4.

LEHMANN, João Batista (padre)

1947. O Brasil católico, 1947: sinopse da hierarquia eclesiástica brasileira, inclusive ordens e congregações religiosas. Juiz de Fora, Lar Católico, 5a. ed.

MARQUES, César Augusto

1977. A Igreja no Maranhão. São Luiz, Fundação Cultural do Maranhão.

MARIA, Julio (padre) pseud. (Julio Cesar de Moraes Carneiro)

1981. A Igreja e a República. Brasília, Ed. UnB (Biblioteca do Pensamento Político Republicano 9).

MOURA, Odilão (O.S.B.)

1978. "As idéias católicas no Brasil: direções do pensamento católico do Brasil no séc. XX. São Paulo, Convívio.

NEIS, Ruben (padre)

1978. "A Igreja no pastoreio do Rio Grande do Sul luso-brasileiro". In: Renovação. Porto Alegre, Regional Sul 3 da CNBB, nº 122, novembro/78.

NOVAES, Maria Stella de

s.d. História do Espírito Santo. Vitória, Fundo Editorial do Espírito Santo.

1955. Relicário de um povo: o santuário de Nossa Senhora da Penha no Espírito Santo. Vitória. (2a. ed. 1958).

PACHECO, D. Felipe Condurú(bispo)

1969. História eclesiástica do Maranhão. São Luís, Deptº de Cultura Maranhense.

PIRES, Heliodoro(padre)

1917. "Visões e ressonâncias: alguns aspectos sociais do catolicismo no Brasil (publicado com o pseudônimo Hildebrando, edição íntima). Campinas, Typ. Livro Azul, A.B. de Castro Mendes.

1964. Temas da história eclesiástica do Brasil. São Paulo, São Paulo Editora S.A.

QUINDERÉ, José(monsenhor)

s.d. "História eclesiástica do Ceará". In: Anuário do Ceará. Fortaleza.

RABUSKE, Arthur(padre, S.J.)

1978. "Nova fisionomia da Igreja no RS, a partir de 1850: visão geral desde o imigrante teuto e seus descendentes", In: Renovação. Porto Alegre, nº 122, novembro 78.

RAMOS, Alberto Gaudêncio(arcebispo)

1952. Cronologia eclesiástica da Amazônia. Manaus, Tip. Fenix.

REIS, Arthur Cezar Ferreira

1942. A conquista espiritual da Amazônia. São Paulo, Salesianas.

RODRIGUES, Anna Ma. Moog(seleção e introdução)

1981. A Igreja na República. Brasília, Ed. Unb.

RUPPERT, Arlindo(padre)

1956. "O clero baiano no Rio Grande do Sul". In: Revista Eclesiástica Brasileira. v. 16.

SILVA, Francisco de Paula e(arcebispo)

1922. Apontamentos para a história eclesiástica do Maranhão. Bahia. Typ. de São Francisco.

TRINDADE, Raimundo(conêgo)

s.d. História da arquidiocese de Mariana.

TORRES, João Camilo de Oliveira

1968. História das idéias religiosas no Brasil. São Paulo, Grijalbo.

VASCONCELOS, Vasco Smith de

1957. História da província eclesiástica de São Paulo. (ilustrada pelo heraldista Paulo Braga de Menezes). São Paulo, Saraiva.

**6. HISTÓRIAS DAS ORDENS, IRMANDADES E OUTRAS INSTITUIÇÕES E CIRCUNSCRIÇÕES RELIGIOSAS**

ALVES, Marieta

1948. História da venerável ordem 3a. da penitência do seráfico padre São Francisco da Congregação da Bahia. Salvador, Imprensa Nacional.

AMARAL, João Soares do (monsenhor)

s.d. Livro de notas do mons. João Soares do Amaral relativo ao seminário episcopal e outros assumptos - 1889/1898. São Paulo, arquivo da Cúria Arquidiocesana de São Paulo.

BALÉM, João Maria (monsenhor)

s.d. A paróquia de São José do Taquari, no bicentenário da colonização açoriana no Rio Grande do Sul - 1752/1952. Porto Alegre, A Nação.

BULCÃO, Octávio de Aragão

1977. O colégio Antonio Vieira de meu tempo - 1927/1933. Salvador.

CARVALHO Fº, José Eduardo Freire de

1923. *A devoção do Senhor Jesus do Bom-Fim e sua história.*  
Bahia, Typ. de São Francisco.

CONGREGAÇÃO DOS IRMÃOS MARISTAS

1917. *Echos da província do Brazil septentrional.* (organizado por ocasião do 1º centenário da Congregação). Bahia, Typ. Bahiana de Cincinnato Melchiades.

CÚRIA PRELÁTICA/PADRES FRANCISCANOS DE SANTARÉM

1953. *O cinquentenário da prelazia de Santarém - 1903/1953.*  
Petrópolis, Vozes.

FARIA, Tasso Vieira de

1943. *A ronda dos sacrifícios.* (publicação comemorativa do cinquentenário de atuação das irmãs franciscanas na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre - 1893/1943). Porto Alegre, Livraria do Globo/Barcellos, Bertraso Cia., 2a. ed.

FONTES, Henrique da Silva

1972. *A irmandade do Senhor dos Passos e o seu hospital e aqueles que os fundaram.* Florianópolis, edição do autor.

FOUQUIER, Joseph H. (padre, S.J.)

1940. *Jesuítas no Norte, 2a. entrada da Companhia de Jesus - 1911/1940.* Bahia, Livraria Duas Américas.

LÜTTERBECK, Jorge Alfredo (padre, S.J.)

1977. **Jesuítas no sul do Brasil: capítulos de histórias da missão e província sul-brasileira da Companhia de Jesus.** (Revisão e apresentação de Arthur Rabuske, S.J.). São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas (Série Publicações Avulsas 3).

MARCICAGLIA, Luiz (padre, S.D.B.)

1958. **Os salesianos no Brasil: ensaio de crônica dos segundos vinte anos da obra de Dom Bosco no Brasil - 1904/1923.** São Paulo, Salesiana.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de

1976. **Os franciscanos e a formação do Brasil.** Recife, Univ. Fed. Pernambuco. (1a. ed. 1969).

MÜLLER, Gregório (monge, O.S.B.)

1947. "Histórico da abadia de São Sebastião da cidade de Salvador/Bahia". In: **Os Beneditinos na Bahia - 1581/1947.** Salvador, Tip. Beneditina.

NEMBRO, Metodio (frei, O.F.M. cap.)

1957. **I cappuccini nel Brasile: missione e custodia del Maranhão - 1892/1956.** Milano, Centro Studi Cappuccini Lombardi.

PALAZZOLO, Jacinto de (frei, O.F.M. cap.)

1945. **Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce: como surgiu a cidade Itambacuri, fundada por frei Serafim de Gonizia, missionário capuchinho - 1873/1944.** Petrópolis, Vozes (apresentação de Alceu Amoroso Lima).

PALAZZOLO, Jacinto de (frei, O.F.M. cap.)

1966. Crônica dos capuchinhos do Rio de Janeiro. Petrópolis, Vozes.

PASSOS, Zoroastro

1929. Notícia histórica da Santa Casa de Sabará - 1787/  
1928. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

PIO, Fernando

1975. A ordem terceira de São Francisco do Recife e suas igrejas. Recife, Imprensa Universitária da Univ. Fed. de Pernambuco, 5a. ed. (1a. ed., Diário da Manhã S.A., 1938).

A Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, nas festas do centenário da Independência Nacional - 1822/1922.

1922. Petrópolis, Vozes.

RABUSKE, Arthur (S.J.)

s.d. Os "Bruder" jesuítas no sul do Brasil: alguns esboços biográficos. Separata da obra "Anais do 1º simpósio de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul".

1978. Os inícios da colônia italiana no Rio Grande do Sul em escritos de jesuítas alemães. Porto Alegre, UCS/EST.

REVISTA SEMINÁRIO IMACULADA CONCEIÇÃO, 25 anos

1938. São Leopoldo

RIZZARDO, Redovino (C.S.)

1975. *A longa viagem: os carlistas e a imigração italiana no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, EST/Sulina.

RÖWER, Basílio (frei, O.F.M.)

1947. *Páginas de história franciscana no Brasil.* Petrópolis Vozes.

SEGURA, Turibio Vilanova (padre)

1948. *Bom Jesus da Lapa: resenha histórica.* São Paulo, Gráfica São José, 3a. ed.

O SEMINÁRIO CENTRAL DA IMACULADA CONCEIÇÃO E A HISTÓRIA DAS VOCAÇÕES NO SUL DO BRASIL.

1950. In: *O Seminário.* São Leopoldo, nº 3.

SIMONETTI, Breno (padre)

1976. *História de um seminário: 50 anos do seminário diocesano de Santa Maria - 1926-1976.* Santa Maria/RS, Livraria Editora Pallotti.

WILLEKE, Venâncio (frei, O.F.M.)

1962. *São Francisco das Chagas de Canindé: resumo histórico.* Salvador, Mensageiro da Fé.

1977. *Franciscanos na história do Brasil.* Petrópolis, Vozes.

ZAGONEL, Carlos Albino

1975. Igreja e imigração italiana: capuchinhos de Sabóia, um contributo para a Igreja no RS - 1895/1915. Porto Alegre, EST/Sulina (Coleção Centenário da Imigração Italiana - 5).

## 7. TRABALHOS ACADÊMICOS

AZEVEDO, Thales de

1955. O Catolicismo no Brasil. Rio de Janeiro, MEC/Serviço de Documentação (Cadernos de Cultura 87).
1978. Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia. São Paulo, Ática. (Coleção Ensaios 51).

AZZI, Riolando (padre)

1981. Presença da Igreja Católica na sociedade brasileira - 1921/1979. Rio de Janeiro, Tempo e Presença (Cadernos do ISER 13).

BOERHER, George C.A.

1970. "A Igreja no segundo reinado: 1840-1889. In: Henry H. Keith e S.F. Edwards, **Conflito e continuidade na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

BRUNEAU, Thomas G.

1974. **O catolicismo brasileiro em época de transição.** São Paulo, Edições Loyola.

DELLA CAVA, Ralph

1976. **Milagre em Joazeiro.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FAUSTO, Boris(org.)

1977. **O Brasil republicano.** Rio de Janeiro, Difel, Tomo III, v. 2 (Sociedade e Instituições - 1889/1930).

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo

1979. **Igreja e política no Brasil: o partido católico 1870/1889.** São Paulo, USP. (tese de doutoramento).

MONTENEGRO, João Alfredo de Souza

1972. **Evolução do catolicismo no Brasil: novo enfoque da história do catolicismo no Brasil.** Petrópolis, Vozes.

PEREIRA, Neto

1966. **Dom Vital e a questão religiosa no Brasil.** Recife, Imprensa Universitária.

1970. **Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil.** Recife, Univ. Fed. de Pernambuco.

TODARO, Margaret P.

1971. **Pastors, prophets and politicians: a study of the brazilian Catholic Church - 1916/1945.** New York, Co-

VIEIRA, David Gueiros

1980. O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil. Brasília, Editora da UnB.

VILLAÇA, Antonio Carlos

1974. História da questão religiosa no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

**8. HABILITAÇÕES DE "GENERE ET MORIBUS" - ARQUIVO DA CÚRIA DE SÃO PAULO**

ESTANTE	GAVETA	Nº	BISPO
3	10	1743	José de Camargo Barros
15	64	2163	José de Camargo Barros
3	12	1762	Alberto José Gonçalves
3	5	1651	Duarte Leopoldo e Silva
3	6	1657	Benedicto Paulo Alves de Souza
3	6	1674	José Aguirre
3	7	1684	Sebastião Leme da Silveira Cintra
3	8	1710	Gastão Liberal Pinto
3	9	1727	Paulo de Tarso Campos
3	16	1812	José Gaspar D'Affonseca e Silva
3	5	1639	José Marcondes Homem de Melo
3	76	1990	Francisco Borja do Amaral (processo desaparecido)

ESTANTE	GAVETA	Nº	BISPO
3	77	1995	Antonio Mayer
3	77	1993	Ernesto de Paula
15	62	2127	Manoel da Silveira D'El <u>l</u> boux.